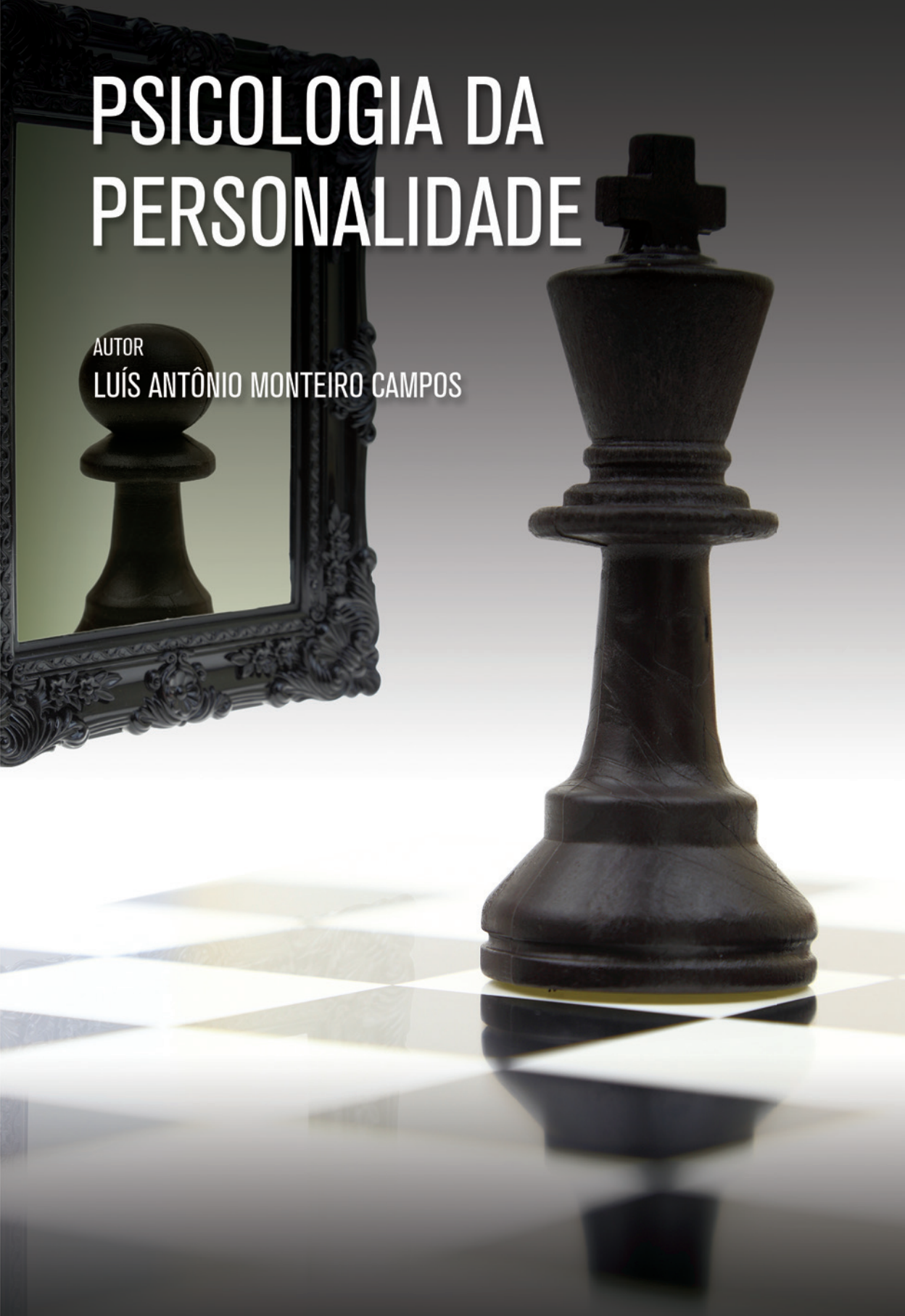


PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE

AUTOR

LUÍS ANTÔNIO MONTEIRO CAMPOS



PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE

AUTOR

LUÍS ANTÔNIO MONTEIRO CAMPOS

1ª EDIÇÃO

SESES

RIO DE JANEIRO 2016



Estácio

Conselho editorial SERGIO AUGUSTO CABRAL, ROBERTO PAES E PAOLA GIL DE ALMEIDA

Autor do original LUÍS ANTÔNIO MONTEIRO CAMPOS

Projeto editorial ROBERTO PAES

Coordenação de produção PAOLA GIL DE ALMEIDA, PAULA R. DE A. MACHADO E ALINE
KARINA RABELLO

Projeto gráfico PAULO VITOR BASTOS

Diagramação BFS MEDIA

Revisão linguística BFS MEDIA

Revisão de conteúdo MARIA CRISTINA FONTES URRUTIGARAY

Imagem de capa PRESSMASTER | SHUTTERSTOCK.COM

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Copyright SESES, 2016.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198P CAMPOS, LUÍS ANTÔNIO MONTEIRO

Psicologia da personalidade / Luís Antônio Monteiro Campos.

Rio de Janeiro: SESES, 2016.

152 P: IL.

ISBN: 978-85-5548-390-5

1. PSICOLOGIA. 2. PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE. 3. PERSONALIDADE.

I. SESES. II. ESTÁCIO.

CDD 150

Diretoria de Ensino — Fábrica de Conhecimento
Rua do Bispo, 83, bloco F, Campus João Uchôa
Rio Comprido — Rio de Janeiro — RJ — CEP 20261-063

Sumário

Prefácio	7
1. A personalidade como constructo teórico	11
1.1 Perspectiva de Bases Biológicas	22
1.2 Perspectiva psicanalítica	27
1.3 Perspectiva dos Traços	30
1.4 Perspectiva da Aprendizagem	31
2. O estudo e a avaliação da personalidade	55
3. Perspectivas básicas da personalidade	83
3.1 A perspectiva Psicanalítica Freud	84
3.2 As perspectivas neoanalíticas de C. G. Jung e A. Adler. E Fromm	106
3.3 Abordagem humanista da personalidade: Rogers e Maslow	124
3.4 Perspectivas cognitivas da personalidade	137
3.5 A psicologia de traço cognitiva e humanista	145

Prefácio

Prezados(as) alunos(as),

A Psicologia como conhecimento científico, apesar de ser uma ciência jovem, possui grande variedade e diversidade de conhecimentos e a cada ano se desenvolve mais. Gostaria de fazer menção aos professores Helmuth Krüger e Eliane Gerk, que foram e são importantes na minha formação e nos estudos da Psicologia no Brasil e aos professores que já nos deixaram: Franco Lo Presti Seminário e Antônio Gomes Penna, que muito contribuíram para o desenvolvimento da Psicologia.

Neste livro, buscou-se produzir um material acessível, que permita desenvolver o conhecimento sobre Personalidade, tema central no estudo da Psicologia. Não se tem a pretensão de esgotar o tema nem de discutir questões mais profundas e epistêmicas.

Quem não tem a curiosidade de se perguntar se somos assim porque nascemos assim, ou seja, herdamos nossas características ou se foram aprendidas? Se mudamos nossa personalidade ou ela se mantém ao longo da vida? Exemplo: Ane sempre foi uma pessoa meiga, tranquila e generosa, mas com o tempo, mudou. Diversas hipóteses sobre sua personalidade podem vir às nossas mentes, tais como: se teve algum acontecimento marcante em sua vida que a fez mudar, se esta mudança é para sempre ou se é apenas um período ou se ela nunca foi meiga, tranquila e calma. Enfim, o que a caracteriza? Qual a sua Personalidade? Este livro não trará todas as respostas a todas as questões sobre Personalidade, mas objetiva permitir que, através dele, se desenvolva um pensamento crítico em relação ao estudo da Personalidade.

Inicialmente, desenvolveu-se no primeiro capítulo uma revisão geral em relação ao cenário da Psicologia da Personalidade na atualidade, objetivando:

1. Entender o conceito de personalidade para a Psicologia Moderna;
2. Compreender as variáveis estudadas da personalidade;
3. Ter uma visão geral das correntes da psicologia que estudam a personalidade;
4. Visualizar a história cronológica das correntes de pensamento na história da psicologia da personalidade.

No segundo capítulo, apresenta-se a questão da avaliação em Personalidade, objetivando:

1. Explicar a relação entre teoria e pesquisa;
2. Compreender quais técnicas de medida são mais usuais;
3. Noções dos métodos de pesquisa mais utilizados;
4. Saber aspectos básicos em qualquer ;
5. Ter conhecimento sobre aspectos que podem levar ao erro em pesquisa.

No terceiro capítulo, apresentam-se as seguintes abordagens da personalidade:

1. A Psicanálise que transformou sua época, já que conceitos como: sexualidade, libido, estudo dos sonhos, inconsciente, dentre outros tópicos, geraram grande impacto na sociedade do início do século XX.

2. As perspectivas Neoanalíticas: pode-se verificar de maneira direta na história da Psicologia que um sistema, mesmo depois de ser criticado e mesmo sem ter pressupostos validados, tem sua importância no simples fato de inspirar outros pensadores a criticarem e desenvolverem o conhecimento. Isto aconteceu com a Psicanálise. Quem melhor desenvolveu críticas sobre a corrente de pensamento de Freud foram seus discípulos. Neste contexto, surgiram os neoanalíticos, como: Jung, Adler e Fromm.

3. A Psicologia Cognitiva da Personalidade é uma das últimas correntes desenvolvidas e uma das que mais se desenvolve na atualidade. O seu estudo é importante por trazer à Psicologia de modo mais sistemático o estudo sobre a mente e seus processos.

4. Traços: a importância da psicologia da personalidade dos traços se deve à mensuração destes. A Psicologia já ocupava o patamar de conhecimento científico, mas foi com a abordagem dos traços na personalidade que a Psicologia colocou em primeiro plano a contagem de seus resultados

5. O Comportamentalismo foi um dos sistemas mais predominantes da psicologia. Além de conhecimentos sobre a personalidade humana que ainda são considerados, o fato de ter servido como base para o desenvolvimento de outros sistemas também coloca o behaviorismo e seu sistema de personalidade num ponto de destaque na Psicologia da personalidade.

6. A perspectiva Humanista: a questão de se ter colocado o ser humano no centro de tudo, além de observá-lo como um todo e não em partes separadas, foi seu grande diferencial. Apesar de não ter servido como base para o surgimento

de outra corrente, o humanismo produziu conhecimentos e também recebeu críticas, que fizeram a Psicologia também se desenvolver.

Com este contexto delimitado, fica fácil explicar que o intuito desta obra é permitir que os nossos alunos tenham condições de visualizar questões fundamentais da psicologia da personalidade e tenham o aparato necessário para buscar informações complementares, tornando assim o seu conhecimento sólido e completo, de acordo com as demandas acadêmicas e de sua formação.

Sendo assim, espero que aproveite este material da melhor maneira possível e que o seu sucesso reflita na trajetória acadêmica e profissional.

Bons estudos!

1

A personalidade como constructo teórico

1. A personalidade como constructo teórico

Neste capítulo, vamos estudar a maneira como a Psicologia compreende a Personalidade e os seus detalhes, que vão desde perspectivas que influenciaram a Psicologia da Personalidade, sua história, até questões básicas que constituem este campo do saber.

Sem sombra de dúvida, o estudo da personalidade é um dos assuntos mais intrigantes da Psicologia, pois, quem não quer saber o motivo de nós, seres humanos, termos nossas formas peculiares de conduta? Ou, sendo mais específico, quem não quer saber o motivo pelo qual uma pessoa responde a um determinado estímulo ou situação? Por que algumas reagem de um jeito e outras de outro? Por que somos gratos a pessoas que influenciaram nossas vidas, como nossa primeira professora e outros professores ao longo da vida e outros não? São muitos questionamentos e neste capítulo começaremos a esclarecer melhor este cenário, para que seja possível formarmos opinião de como a Psicologia encara este assunto.



OBJETIVOS

- Entender o conceito de personalidade para a Psicologia Moderna;
- Compreender as variáveis estudadas da personalidade;
- Ter uma visão geral das correntes da psicologia que estudam a personalidade;
- Visualizar a história cronológica das correntes de pensamento na história da psicologia da personalidade.

O que é personalidade?

Desde a Antiguidade, com Sócrates, Platão e Aristóteles, os mistérios da personalidade humana estão no centro das discussões e estudos. Perguntas como “Quem sou eu?”, “Por que agimos de determinada maneira?”, “Por que uma pessoa é diferente da outra?”, “Como reagiremos numa determinada situação?” costumam aguçar a nossa curiosidade desde sempre, afinal, ainda hoje, mantemos dúvidas sobre como agimos.

Cabe ressaltar que **a Psicologia é uma ciência pré-paradigmática, porque não temos uma Lei ou verdade absoluta que rege o nosso conhecimento.** Ainda

estamos num patamar de termos várias teorias explicando um mesmo assunto e o campo da personalidade é uma área da Psicologia que reforça bastante esta posição. Como veremos mais a frente, temos diversas linhas que abordam a personalidade humana por diversos vieses diferentes. Em alguns casos, muitas se aproximam, mas, raramente, explicam da mesma maneira.

Aprofundando estas questões, Pervin e John (2001) levantam uma pergunta: o que buscamos explicar com uma teoria da personalidade? Se estudarmos indivíduos intensivamente, queremos descobrir o que eles são, como eles se tornaram daquela forma e por que eles se comportam de certa maneira. Assim, queremos uma teoria para responder questões sobre o que, como e por quê? O “o que” refere-se às características da pessoa e a forma como umas estão organizadas em relação às outras. A pessoa é honesta, persistente e tem alta necessidade de realização? O “como” refere-se aos determinantes da personalidade de uma pessoa. Em que nível e de que maneiras as forças genéticas e ambientais interagem para produzir esse resultado? O “por que” refere-se às razões para o comportamento do indivíduo. **As respostas dizem respeito aos aspectos motivacionais do indivíduo – por que ele ou ela se move, e por que em uma determinada direção.** Se um indivíduo deseja fazer muito dinheiro, por que esse caminho particular foi escolhido? Se uma criança vai bem à escola, é para agradar aos pais, para utilizar seus talentos, para aumentar sua autoestima ou para competir com seus colegas? Uma mãe seria superprotetora por ser afetuosa, porque tenta dar aos seus filhos aquilo que não teve quando criança ou evitar expressar qualquer ressentimento ou hostilidade que possa sentir para com a criança? Uma pessoa está deprimida como resultado de alguma humilhação, pela perda de um ente querido ou por estar se sentindo culpada? Uma teoria deveria nos ajudar a compreender até que ponto a depressão é característica da pessoa, como essa característica da personalidade se desenvolveu, por que a depressão é experimentada em determinadas circunstâncias e por que a pessoa se comporta de certa maneira quando está deprimida ou por que uma delas sai e compra coisas, ao passo que a outra se retrai e se fecha.

Segundo Cloninger (2003), a personalidade pode ser definida como as causas subjacentes do comportamento e da experiência individual que existem dentro da pessoa. Nem todos os psicólogos da personalidade concordam sobre quais sejam essas causas subjacentes, como sugerem as várias teorias presentes neste livro. Eles fornecem uma grande variedade de respostas a três perguntas fundamentais. Primeiro, como pode ser descrita a personalidade? A

descrição da personalidade considera os modos como deveríamos caracterizar um indivíduo. Deveríamos descrever os traços da personalidade comparando as pessoas entre si ou utilizar alguma outra estratégia, como, por exemplo, estudar um único indivíduo? Quais termos, além dos oferecidos pela linguagem cotidiana, deveriam ser empregados para descrever as pessoas? Segundo, como poderemos entender a dinâmica da personalidade? Como as pessoas se adaptam às suas situações de vida? Como são influenciadas pela sociedade e por seus próprios processos cognitivos (de pensamento)? Terceiro, o que se pode dizer sobre o desenvolvimento da personalidade? Ele reflete a influência de fatores biológicos ou o influxo das experiências infantis e posteriores? Como muda a personalidade durante a vida de um indivíduo, da infância à idade adulta? Algumas teorias enfatizam uma destas questões em detrimento das outras. Por exemplo, as teorias dos traços encarecem a descrição, enquanto as teorias psicanalíticas acentuam os temas do desenvolvimento (cf. Magnusson & Torestad, 1993). No entanto, essas três questões são tão fundamentais e cada teoria as considera de alguma maneira. Além disso, os temas estão inter-relacionados; a maneira como uma teoria descreve a personalidade tem implicações sobre a dinâmica e o desenvolvimento da personalidade, e vice-versa.

Por enquanto, vamos utilizar a seguinte definição de trabalho da personalidade: *a personalidade representa aquelas características da pessoa que explicam padrões consistentes de sentimentos, pensamentos e comportamentos*. Esta é uma definição bastante ampla, que permite que nos concentremos em muitos aspectos diferentes da pessoa. Ao mesmo tempo, ela sugere que prestemos atenção a *padrões consistentes de comportamento e qualidades internas à pessoa, que explicam essas regularidades* – em oposição, por exemplo, a enfocar qualidades no ambiente que expliquem tais regularidades. As regularidades de interesse, para nós, envolvem os pensamentos, sentimentos e comportamentos explícitos (observáveis) das pessoas. De particular interesse para nós é a maneira como esses pensamentos, sentimentos e comportamentos se relacionam entre si para formar o indivíduo único e peculiar (Pervin & John, 2001).

Como verificamos mais acima, o estudo da personalidade considera aspectos relacionados à *descrição, dinâmica e desenvolvimento da personalidade*. De acordo com Cloninger (2003), estas estruturas possuem alguns aspectos relevantes:

- **Grupos ou gradações (Tipos e Traços)**

Muitas maneiras de descrever as diferenças individuais foram sugeridas. Podemos, essencialmente, escolher entre classificar as pessoas dentro de um número limitado de grupos – uma abordagem por tipos – e decidir quais outras dimensões são necessárias e descrever as pessoas, dizendo quantas das dimensões básicas elas possuem – uma abordagem por traços.

- **Abordagens nomotéticas e idiográficas**

Traços e tipos de personalidade nos permitem comparar uma pessoa com outra. Esta é a abordagem mais comum na investigação da personalidade, a abordagem nomotética. Grupos de indivíduos são estudados e as pessoas são comparadas pela aplicação dos mesmos conceitos (geralmente traços) a cada pessoa. Frequentemente, grupos de sujeitos são submetidos a um teste de personalidade e seus escores são comparados. Cada pessoa recebe um escore para indicar quanto do traço ela possui.

Em contraposição, outros psicólogos estudam a personalidade sem focar as diferenças individuais. A abordagem idiográfica estuda o indivíduo por vez, sem fazer comparações com outras pessoas. Na prática, abordagens totalmente idiográficas são impossíveis, já que qualquer descrição de uma pessoa implica comparação com outras pessoas, mesmo que essa comparação esteja apenas na memória daquele que efetua a análise. Embora comparações implícitas com outras pessoas sejam inevitáveis, chamamos uma pesquisa de ideográfica quando ela enfoca as particularidades de um caso individual. A descrição geralmente é feita mais por meio de palavras do que de mensurações numéricas. Estudos de casos e análises psicobiográficas, que serão discutidos mais adiante, são abordagens idiográficas.

- **Coerência e personalidade**

Espera-se que a personalidade, enquanto causa subjacente do comportamento de um indivíduo, **produza comportamentos coerentes em diferentes situações.** Que outra razão nos levaria a descrever um amigo como **confiável ou um paciente como depressivo?** Walter Mischel (1986b), contudo, estava incomodado com o excesso de generalizações feitas pelos clínicos quando prediziam comportamentos com base em testes de personalidade. Argumentava que

a pesquisa não conseguia provar a suposição de coerência do comportamento em diferentes situações. Constatou, pelo contrário, que as situações são mais fortes do que a personalidade como determinantes do comportamento. Muitas pesquisas e controvérsias concentram-se no tema da importância relativa dos traços de personalidade e das situações na terminação do comportamento (Funder, 1983; Kenrick & Funder, 1988; Mischel, 1984^a; Mischel & Peake, 1982, 1983), mas dos dados disponíveis não permitem uma afirmação clara sobre a relação entre situações e comportamento (Houts, Cook & Shadish, 1986).

Dinâmica

- **Adaptação e ajustamento**

As situações requerem que se lide com elas. A personalidade implica uma maneira individual de lidar com o mundo, de adaptar-se às exigências e oportunidades do meio (adaptação). Essa ênfase reflete a associação historicamente sólida entre a teoria da personalidade e a psicologia clínica. Muitas teorias da personalidade têm raízes no tratamento clínico dos pacientes. Observações de seus desajustamentos (e de um ajustamento cada vez melhor com o tratamento) sugeriram ideias mais gerais sobre a personalidade, que foram amplamente aplicadas à populações não clínicas.

- **Processos Cognitivos**

Que papel desempenha o pensamento? As teorias a esse respeito variam consideravelmente. Baseado na experiência clínica, Sigmund Freud propunha que os pensamentos conscientes são apenas uma parte limitada da dinâmica da personalidade. As dinâmicas inconscientes são mais importantes na teoria psicanalítica. Nas últimas décadas, os psicólogos aprenderam muito sobre a cognição. A personalidade é influenciada pelas nossas maneiras de pensar sobre nós mesmos, sobre nossas capacidades e sobre outras pessoas. Quando a experiência ou uma terapia muda os nossos pensamentos, muda também nossa personalidade.

- **A Sociedade**

Historicamente, as teorias da personalidade centraram-se no indivíduo, deixando a sociedade de lado, produzindo assim um retrato incompleto da personalidade e impedindo as teorias de explicar adequadamente as diferenças sexuais e as diferenças étnicas e culturais. Embora ainda haja muito por

fazer, as teorias da personalidade atuais consideram mais cuidadosamente as influências sociais sobre a personalidade.

- **Influências múltiplas**

As dinâmicas da personalidade envolvem influências múltiplas, tanto do meio como internas à pessoa. As situações podem fornecer oportunidades para atingir objetivos ou desafios que requerem adaptação. **Vários aspectos da personalidade podem se combinar para influenciar o comportamento. Por exemplo, tanto a ambição (necessidades de realização) quanto a amizade (necessidades de associação) influenciam o comportamento de “estudar com um amigo”.**

Desenvolvimento

- **Influências biológicas**

Algumas crianças podem parecer tranquilas, agitadas ou apresentar qualquer outra característica desde o nascimento. Será lícito pensar que a personalidade é determinada geneticamente? O termo “temperamento” refere-se a estilos coerentes de comportamento, que estão presentes desde a infância, presumidamente devido a influências biológicas.

Raymond B. Cattell, como veremos mais a frente, investigou o papel da hereditariedade como determinante da personalidade e descobriu que alguns de seus aspectos são fortemente influenciados pela hereditariedade, embora outros não o sejam. As diferenças de sexo são atribuídas basicamente a influências biológicas por alguns teóricos, por exemplo, Freud e Jung, mas outros as atribuem à experiência (por exemplo, Horney).

Vale ressaltar que a maior parte das teorias da personalidade que abordaremos aqui considera a experiência mais relevante que a hereditariedade. No entanto, esta última não perde sua importância e valor de suas contribuições.

- **Experiência na infância e na idade adulta**

A personalidade desenvolve-se ao longo do tempo. A experiência, particularmente na infância, influencia a maneira como cada pessoa desenvolve sua personalidade única. Muitas das principais teorias da personalidade descritas neste livro fazem afirmações sobre o desenvolvimento da personalidade. Freud, por exemplo, encarecia a experiência dos anos pré-escolares na formação da personalidade. Muitos outros teóricos, especialmente os de tradição

psicanalítica, concordam em que os primeiros anos de vida são importantes. Erikson ampliou a reflexão sobre o desenvolvimento, incluindo a fase adulta e a velhice.

Além destes pontos citados por Cloninger (2003), outro fator que também é muito importante para a definição da personalidade e que bem provavelmente deve ter sentido falta tem a ver com a influência do passado, do presente e do futuro sobre o comportamento. Constantemente, nos questionamos sobre o impacto da influência do nosso passado, se ele existe, em nosso modo de ser no presente. Da mesma maneira, nos perguntamos como será nosso futuro ou como reagiríamos perante uma situação que possa acontecer em nossas vidas.

Até que ponto somos “prisioneiros do nosso passado”, em oposição, por exemplo, a sermos sempre moldados por nossa visão do futuro? A questão final a ser considerada aqui diz respeito à importância do passado, do presente e do futuro em governar o comportamento. Os teóricos concordam que o comportamento apenas pode ser influenciado por fatores que operam no presente. Nesse sentido, somente o presente é importante para compreender o comportamento, mas o presente pode ser influenciado por experiências ocorridas no passado distante ou no passado recente. De maneira semelhante, aquilo que o indivíduo pensa sobre o presente pode ser influenciado por pensamentos sobre o futuro imediato ou o futuro distante. As pessoas variam quanto à extensão em que se preocupam com o passado e com o futuro. E os teóricos da personalidade diferem em seu interesse no passado e no futuro como determinantes do comportamento no presente. Em um extremo, está a teoria psicanalítica, que atribui importância a experiências de aprendizado passadas. No outro extremo, está a teoria cognitiva, que enfatiza os planos do indivíduo para o futuro. Entretanto, a questão não é se os eventos que aconteceram no passado podem ter efeitos no presente (os teóricos concordam, sem dúvida, que ambos são possíveis e ocorrem), mas como conceitualizar o papel das experiências passadas e de previsões futuras, e como conectar sua influência com aquilo que está ocorrendo no presente (Pervin & John, 2001).

Em suma, como foi possível perceber, existem diversos pontos de vista que caracterizam os estudos da personalidade e que ainda hoje, século XXI, não foram resolvidos, permitindo que a Psicologia da Personalidade ainda ocupe um papel pré-paradigmático. Além de diversos pontos de vista sobre o mesmo tema, existem diversos pontos estruturais que caracterizam a personalidade. No entanto, com esta visão geral a respeito da Psicologia da Personalidade,

começamos a semear o terreno para podermos nos aprofundar nos detalhes de cada linha de pensamento.

Perspectivas teóricas sobre personalidade

No tópico anterior, desenvolvemos os aspectos importantes para a definição da personalidade, comentando tanto uma frase ampla, que seja capaz de caracterizá-la, assim como os fatores importantes para um estudo completo sobre o assunto.

Neste momento, nós desenvolveremos um resumo básico das principais teorias da personalidade, para que possamos, mais adiante, adentrarmos neste assunto de maneira mais concreta, direta e embasada.

Entretanto, antes de começarmos neste processo panorâmico, precisamos entender o processo de conteúdo das teorias. Primeiramente: o que é uma teoria?

Uma teoria é um instrumento conceitual que permite compreender alguns fenômenos específicos. Inclui conceitos (construtos teóricos) e afirmações sobre como eles estão relacionados (proposições teóricas). Para mais detalhes, veja o capítulo 2.

Seguindo os pressupostos de Pervin e John (2001), em um sentido, todos somos teóricos da personalidade e psicólogos da personalidade, ou seja, todos nós desenvolvemos maneiras de organizar informações sobre as pessoas, de fazer previsões sobre a maneira como indivíduos irão se comportar, de fazer observações e de revisar nossas posições de acordo com elas (G. A. Kelly, 1955). O que diferencia o trabalho das pessoas em seu comportamento cotidiano é que os teóricos profissionais tornam suas teorias mais explícitas e são mais sistemáticos ao testá-las, ao passo que, em nossas vidas cotidianas, normalmente deixamos nossas teorias implícitas, raramente formulando-as ou conferindo-lhes alguma organização formal. Como psicólogos da personalidade, tornamos nossas teorias explícitas, declarando claramente as unidades e os processos básicos que consideramos e que regulam o comportamento humano.

Em outras palavras, assim como acontece com outros ramos da Psicologia (por exemplo, Psicologia Social), também no campo da personalidade, muitos dos assuntos que foram estudados de maneira mais estruturadas, em algum momento ou ainda hoje, são levantados numa mesa de um bar. Trata-se da

Psicologia Ingênua, que surge com suas problemáticas no cotidiano, com pessoas comuns.

Neste contexto, numa ciência pré-paradigmática, cujos temas ainda são levantados em conversas informais e não possuem pontos considerados fechados, a transformação que o conceito de ciência sofreu no decorrer do século XX, transformando o modelo de Bacon para algo muito maior e mais amplo, permitiu que um conhecimento seja considerado ciência mesmo não seguindo os preceitos de construção do conhecimento desenvolvido nas ciências naturais. Assim, apesar de parecer algo negativo, esta pluralidade de visões é positiva para a construção da Psicologia como área do conhecimento.

Esses princípios básicos, que a maioria de nós seguimos em nossas vidas cotidianas, possuem paralelos nos princípios seguidos pelos psicólogos da personalidade como cientistas, embora, mais uma vez, existam diferenças, sendo que as regras da ciência exigem que as teorias sejam explicitadas ao invés de ficarem implícitas. Além disso, ao passo que podemos ser não sistemáticos na coleta de informações em nossas vidas cotidianas, as regras da ciência requerem que sejamos sistemáticos em nossa coleta de dados e que outros cientistas consigam obter resultados idênticos àqueles que relatamos ter observado. Com relação à avaliação de teorias, os critérios utilizados pelos psicólogos da personalidade assemelham-se àqueles que seguimos em nossas vidas cotidianas e baseiam-se nas funções da teoria – a organização de informações existentes e a previsão de novas descobertas. Os critérios para avaliação de teorias da personalidade são a **abrangência**, a **parcimônia** ou a **simplicidade** e a **relevância** para a pesquisa (Hall e Lindsey, 1957). Assim como ocorre com as teorias implícitas que utilizamos em nossas vidas cotidianas, as teorias explícitas dos psicólogos da personalidade **podem ser avaliadas de acordo com a quantidade de dados que podem explicar de maneira simples e parcimoniosa e com sua utilidade para nos ajudar a prever e explicar eventos**. Foi sugerido, anteriormente, que a função de uma teoria é organizar o que é conhecido e apontar para a descoberta do que ainda é desconhecido. **Os dois primeiros critérios, a abrangência e a parcimônia, relacionam-se com a função de organização da teoria; o terceiro critério, a relevância para a pesquisa, com a função de direcionamento** (Pervin & John, 2001):

Abrangência: Uma boa teoria é abrangente no sentido que ela abrange e explica uma ampla variedade de dados. Essa teoria dirige-se a cada um dos domínios do comportamento discutidos anteriormente. É importante questionar

quantos tipos diferentes de fenômenos a teoria consegue explicar. Entretanto, não devemos ser meramente quantitativos. Nenhuma teoria consegue explicar tudo, portanto, também **devemos questionar se os fenômenos que uma teoria explica são tão importantes ou centrais para o comportamento humano quanto os fenômenos que outra teoria abrange.**

Parcimônia: Além de ser abrangente, uma teoria deve ser **simples e parcimoniosa.** Ela deve explicar diversos fenômenos de maneira econômica e internamente consistente. Uma teoria que utilize **um conceito diferente para cada aspecto do comportamento ou conceitos que se contradigam será fraca.** Esses objetivos **de simplicidade e abrangência, por sua vez, levantam a questão do nível apropriado de organização e abstração de uma teoria da personalidade.** À medida que as teorias tornam-se mais abrangentes e parcimoniosas, elas tendem a se tornar mais abstratas. Portanto, é importante que, tornando-se abstratas, as teorias retenham conceitos claramente relacionados com o comportamento estudado. **Em outras palavras, conceitos nebulosos ou obscuros não devem ser o preço pago para que uma teoria torne-se mais parcimoniosa.**

Relevância: Finalmente, uma teoria não é verdadeira ou falsa, mas útil ou inútil. Uma boa teoria tem relevância para a pesquisa no sentido de que **conduz a muitas hipóteses novas, que podem ser confirmadas através de pesquisas sistemáticas.** Isso é o que Lindzey e Hall chamam de tradução empírica. Ela especifica variáveis e conceitos de tal modo que haja concordância quanto ao seu significado e com relação ao seu potencial de medição. A tradução empírica significa que **os conceitos de uma teoria são claros, explícitos e levam à expansão do conhecimento; eles devem ter poder preditivo.** Em outras palavras, **uma teoria deve conter hipóteses testáveis sobre as relações entre os fenômenos.** Uma teoria que não está aberta ao teste da negação – que potencialmente não pode ser demonstrada como errada – é uma teoria fraca; ela conduziria à discussão e ao debate, mas não ao progresso científico. Seja qual for o destino da teoria, **se ela conduz a novos insights e novas técnicas de pesquisa, ela faz uma contribuição valiosa para a ciência** (Pervin & John, 2001).

Após desenvolvermos os conceitos da origem do conhecimento trabalhado pela Psicologia da Personalidade, muito através da Psicologia Ingênua, assim como estes tópicos que caracterizam uma teoria, desenvolvida por Hall e Lindzey e que especificaremos no capítulo 2, que foi mencionado por Pervin e

John, vamos sinalizar as mais importantes perspectivas teóricas na Psicologia da Personalidade:

1. Perspectiva de Bases Biológicas;
2. Perspectiva Psicanalítica;
3. Perspectiva dos Traços;
4. Perspectiva da Aprendizagem;
5. Perspectiva Humanista;
6. Perspectiva das Teorias Orientais.

1.1 Perspectiva de Bases Biológicas

De acordo com Pervin e John (2001), em sua fascinante exploração da relação entre biologia e personalidade, o iminente neurologista Antônio Damásio (1994) começa com o caso de Phineas Gage, um operário da construção civil que, em 1848, sobreviveu a um acidente singular em que uma barra de ferro de mais de um metro atravessou a sua cabeça. Trabalhando na construção de uma ferrovia, Gage estava realizando explosões para abrir caminho através da rocha sólida. Ele perfurou o chão, encheu o furo com pólvora e colocou uma barra de ferro. O próximo passo seria acender o estopim. Gage era considerado um virtuoso nessa operação, mas, nessa ocasião, ele estava distraído, e a carga explodiu em seu rosto, lançando a barra de ferro através de sua bochecha esquerda, a qual cravou-se na base do seu crânio, penetrando na parte frontal de seu cérebro e saindo na parte superior de sua cabeça. Milagrosamente, Phineas Gage ficou atordoado, mas não morreu. Ele conseguia caminhar e falar. De fato, ele conseguia descrever o que havia acontecido detalhadamente e comunicar-se de forma racional. Entretanto, à medida que a história se desenrolava, a disposição de Gage, seus gostos e suas aversões, seus sonhos e suas aspirações, todos mudaram. O corpo de Gage poderia estar vivo e passando bem, mas um novo espírito o animava. Gage não era mais um homem sério, diligente, vigoroso e responsável; agora era irresponsável, descuidado para com os outros, imprevidente e indiferente às consequências de seus atos. A barra de ferro havia destruído amplamente uma parte do córtex frontal de Gage.

Por que contar esta história? Damásio sugere que nesse caso, vemos a importância do cérebro para propriedades humanas específicas. A visão segundo a qual o corpo e a mente, a biologia e a personalidade são interconectadas, tem uma longa história. Iremos começar traçando parte dessa história em relação

ao conceito de temperamento, considerado por muitos como um aspecto fundamental de nossa personalidade e claramente uma parte da personalidade de Gage, que foi alterada quando a barra de ferro atravessou o seu cérebro (Pervin & John, 2001).

Quem nunca se perguntou a origem do jeito de ser das pessoas? Afinal de contas, tantas pessoas passam pelas mesmas situações, mas cada um reage de uma maneira diferente. Quem já conviveu com um recém-nascido, consegue perceber algumas reações que muitos acreditam já serem traços de sua personalidade e a pergunta vêm à tona: por que este bebê reage desta maneira?

Os primórdios da relação entre aspectos biológicos e a psicologia teve em Darwin um dos seus personagens mais importantes, pois, com sua teoria da evolução, diversos aspectos da psicologia que foram descobertos posteriormente só foram possíveis através da teoria deste autor.

Partindo do fato óbvio da variação entre membros individuais de uma espécie, Darwin raciocinou que essa variabilidade espontânea é transmissível por herança. Na natureza, um processo de seleção natural resulta na sobrevivência dos organismos mais bem preparados para o seu ambiente e na eliminação dos que não se ajustam. O ocorre uma contínua luta pela sobrevivência, escreveu Darwin, e as formas que sobrevivem são as que fizeram adaptações ou ajustes bem-sucedidos às circunstâncias ambientais a que estão expostas. Espécies que não podem adaptar-se não sobrevivem (Schultz & Schultz, 2002).

Ainda de acordo com Schultz e Schultz (2001), a seleção natural não foi o único mecanismo da evolução que Darwin reconheceu. Ele também acreditava na doutrina lamarckiana de que as mudanças de forma produzidas pela experiência no decorrer da vida de um animal podem ser transmitidas a gerações subsequentes.

A influência que estes pensamentos exerceram sobre a Psicologia tem relação com alguns aspectos:

- **Indiferenciação entre a mente do ser humano e dos animais:** Esta teoria acabou com a tão propagada superioridade humana, pois, com a teoria da evolução, concluiu-se que o ser humano nada mais é que a continuação de outros animais, como o chimpanzé. A consequência direta deste argumento tem o aspecto do surgimento da psicologia animal, que possui todo um arcabouço particular e permitiu que diversos pontos da vida humana fossem melhorados através de pesquisas com os animais.

- **Mudança de foco no estudo e no objetivo da psicologia:** O foco dos estruturalistas era a análise do conteúdo consciente. A obra de Darwin inspirou alguns psicólogos, em especial norte-americanos, a levar em conta as possíveis funções da consciência. Isso parecia a muitos investigadores mais importantes do que a determinação dos elementos da consciência. Assim, à medida que a psicologia ia se voltando mais e mais para o modo de funcionamento do organismo em sua adaptação ao ambiente, a pesquisa detalhada de elementos mentais começava a perder o seu atrativo (Schultz & Schultz, 2001).

- **Diferenças individuais:** Outros efeitos da teoria da evolução na psicologia foi o foco mais insistente nas diferenças individuais. O fato da variação entre membros da mesma espécie era evidente para Darwin em consequência de sua observação, durante a viagem no Beagle, de inúmeras espécies e formas. A evolução não poderia ocorrer se toda geração fosse idêntica à dos seus pais. Portanto, a variação era um importante pilar da teoria evolutiva (Schultz & Schultz, 2001). Vale ressaltar que as diferenças individuais foram mais trabalhadas na psicologia por Francis Galton, que se influenciou por Darwin, mas quem prenunciou sua influência, foi Darwin.

Outro ponto que corrobora a relação entre a Psicologia e a Perspectiva Biológica, de acordo com Pervin e John (2001), tem a ver com a visão de que os processos biológicos influenciam o funcionamento da personalidade secular. A visão de que as diferenças de temperamento são hereditárias e amplamente estáveis ao longo do tempo também possui uma longa história. O que evoluiu, e que irá ficar mais claro nas seções a seguir, são medidas melhores das variáveis relevantes (isto é, processos biológicos e traços de personalidade) e melhores insights da relação entre a biologia e o temperamento. Temos medidas da personalidade baseadas em dados mais objetivos e no uso de técnicas estatísticas mais sofisticadas (por exemplo, a análise fatorial). Mais do que pura especulação com relação à hereditariedade, temos meios para determinar a medida que esses traços são herdados.

Neste ponto, as evidências de uma ligação entre processos biológicos e aspectos do funcionamento da personalidade como o temperamento são persuasivas. De fato, parece inconcebível que essa ligação não exista. Ao mesmo tempo, alguns pontos merecem ser lembrados. Em primeiro lugar, as evidências de hereditariedade não significam que o temperamento seja apenas herdado.

Como ocorre com todos os aspectos da personalidade, o ambiente também é importante. Em segundo lugar, conforme indica a pesquisa de Kagan, as evidências de hereditariedade não significam que a mudança seja impossível. Começamos esta seção com uma citação, sugerindo que não temos opção com relação ao temperamento com o qual nascemos. Os autores, então, sugerem o seguinte: “Apenas porque uma pessoa nasceu com um determinado temperamento, não significa, todavia, que existe um conjunto simples de instruções ou projetos. Nem o temperamento significa que as pessoas estão presas às suas personalidades a partir do nascimento. Pelo contrário, uma das características maravilhosas do temperamento é uma flexibilidade intrínseca que permite que nos adaptemos aos obstáculos e deságios da vida...Todos têm a capacidade de crescer e mudar a cada estágio da vida” (Hamer e Copeland, 1998, p.7). Finalmente, a discussão nesta seção esteve concentrada no efeito dos processos biológicos sobre a personalidade, expressos no pensamento, na emoção e no comportamento. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que nossos pensamentos, emoções e comportamentos têm efeitos sobre outros processos biológicos. Assim, por exemplo, nossas emoções podem influenciar nosso funcionamento imunológico, causando uma maior ou menor resistência a doenças (Cohen, 1996; Maier, Watkins e Fleshner, 1994; Pirven e John, 2001).

Sendo ainda mais específico em relação às diferenças individuais e à hereditariedade na psicologia, segundo Schultz e Schultz (2002), Francis Galton aplicou efetivamente o espírito da evolução à psicologia com o seu trabalho sobre os problemas da herança mental e das diferenças individuais na capacidade humana. Antes dos esforços de Galton, o fenômeno das diferenças individuais não tinha sido considerado um objeto de estudo necessário na psicologia, o que era uma séria omissão. Só umas poucas tentativas isoladas tinham sido feitas, principalmente por Weber, Fechner e Helmholtz, que tinham relatado diferenças individuais em seus resultados experimentais, mas não as tinham investigado de modo sistemático. Wundt e Titchener, por sua vez, não as consideravam parte da psicologia.

Em relação a Helmholtz, este forneceu a primeira medida empírica da velocidade de condução ao estimular o nervo motor e o músculo correspondente da perna de uma rã, num experimento feito de modo a ser possível registrar o momento preciso da estimulação e o movimento resultante. Trabalhando com diferentes comprimentos de nervos, ele registrou o intervalo entre a estimulação do nervo próximo ao músculo e a reposta deste último, fazendo o mesmo

para a estimulação mais afastada do músculo. Essas medidas lhe deram o tempo requerido para a condução, a modesta velocidade de vinte e sete centímetros por segundo (Schultz & Schultz, 2002).

Ainda seguindo o pensamento de Schultz & Schultz (2002), a demonstração de Helmholtz de que a velocidade de condução não era instantânea sugeriu que o pensamento e o movimento se seguem um ao outro com um intervalo mensurável, em vez de ocorrerem simultaneamente, como antes se pensava. Helmholtz, no entanto, só se interessava pela medida, e não pelo seu significado psicológico. Mais tarde, as implicações psicológicas de sua pesquisa foram reconhecidas por outros, que tornaram os experimentos com o tempo de reação uma proveitosa linha de investigações na nova psicologia. Sua pesquisa foi uma das primeiras indicações de que era possível fazer experimentos com um processo psicofisiológico e medi-lo.

Ernst Weber também foi outro estudioso que influenciou bastante a psicologia pelo aspecto biológico, que hoje é considerado um dos alicerces da psicologia moderna. O trabalho de Weber consistiu, sobretudo, em explorar novos campos, principalmente as sensações cutâneas e musculares. Ele merece destaque especial por ter aplicado os métodos experimentais da fisiologia a problemas de natureza psicológica. Suas principais contribuições à psicologia são o seu trabalho sobre o limiar de dois pontos de discriminação da pele e a diferença apenas perceptível detectada pelos músculos. Seus experimentos sobre o tato marcaram uma mudança fundamental no status do objeto de estudo da psicologia. Os vínculos com a filosofia foram, se não cortados, ao menos bastante enfraquecidos. Weber uniu a Psicologia às ciências naturais e ajudou a abrir caminho para uso da pesquisa experimental no estudo da mente (Schultz & Schultz, 2002).

De acordo com os mesmos autores do parágrafo anterior, Gustav Theodor Fechner compreendeu que a lei que governa o vínculo entre a mente e o corpo poderia ser encontrada num relacionamento quantitativo entre uma sensação mental e um estímulo material. Um aumento na intensidade do estímulo, disse Fechner, não produz o mesmo aumento na intensidade da sensação. Em vez disso, o estímulo é caracterizado por uma série geométrica, enquanto uma série aritmética caracteriza a sensação. Por exemplo, o acréscimo do som de uma sineta ao de outra que já está soando produz um aumento maior na sensação do que a adição de uma sineta a dez outras que já estavam tocando. Logo, os

efeitos das intensidades do estímulo não são absolutos e sim relativos à quantidade de sensação que já existe.

De modo geral, a contribuição de Fechner foi relacionar a sensação com o estímulo, fazendo com que os mundos material e psíquico fossem cruzados pela primeira vez, abrindo espaço para inúmeros estudos que estreitaram esta relação.

1.2 Perspectiva psicanalítica

A perspectiva psicanalítica é um dos mais fortes nomes dentro da Psicologia. Desde o primeiro dia na Universidade, você já escuta falar sobre este tema e Freud. Mesmo quando não estamos cursando o ensino superior da ciência da mente, provavelmente você já deve ter ouvido falar de um destes nomes.

Muito provável que Freud seja o autor ligado à Psicologia mais famoso da história, pois há tempos ele deixou as rodas da comunidade científica e se tornou popular. Em pleno século XIX, as pessoas ocidentais, de modo geral, utilizam alguns termos próprios da Psicanálise: inconsciente, instinto, sexualidade, desejo, dentre outros. Mesmo que tais palavras já existissem antes de Freud, foi depois de seu impacto em nosso mundo, que tais conceitos alcançaram outra conotação e popularidade.

A perspectiva psicanalítica sobre a personalidade tornou-se uma das abordagens mais conhecidas fora do âmbito da psicologia. Dentro da psicologia possui defensores vigorosos e críticos ferrenhos. A ideia central da perspectiva psicanalítica é o inconsciente. Em termos simples, esse conceito afirma que as pessoas não têm consciência das determinações mais importantes de seu comportamento. A autocompreensão é bastante limitada e muitas vezes incorreta (Cloninger, 2003).

Segundo (Cloninger, 2003), todas as abordagens psicanalíticas sustentam o conceito de um inconsciente dinâmico, ou seja, que tem energias e motivações, mas as várias teorias psicanalíticas o descrevem de maneiras diversas. Segundo Sigmund Freud, o inconsciente consiste em desejos sexuais e agressivos que são inaceitáveis para a personalidade consciente. Para Carl Jung, o inconsciente não é basicamente sexual; ele consiste em motivações gerais, que podem ter um conteúdo espiritual. Outros teóricos, como Melanie Klein (1946) e Harry Stack Sullivan (1953), descreveram o inconsciente como constituído de

conceitos primitivos sobre o self e as relações com outras pessoas, particularmente a mãe, como primeiro “outro” que a criança encontra.

Como foi possível notar, mas que pode gerar certa confusão para um leitor desavisado, a Psicanálise possui outros sistemas a ela atrelados, como a Psicologia Analítica, de Jung; a Psicologia Individual, de Adler; dentre outros. No entanto, nestes dois casos específicos, trata-se de seguidores que, com o passar do tempo, tornaram-se dissidentes, chegando a serem críticos ferrenhos de Freud. No entanto, seus sistemas, de modo geral, utilizaram a Psicanálise Freudiana como base para suas construções. Neste contexto, não será comum verificar que, quando se fala de Psicanálise, os nomes destes e de outros autores também serão ventilados em algum nível.

Em relação ao seu sistema, existem alguns conceitos citados por Fadiman e Frager (1986), que permitirão melhor entendimento básico referente à Psicanálise:

- **Determinismo Psíquico:** Freud inicia seu pensamento teórico assumindo que não há nenhuma descontinuidade na vida mental. Ele afirmou que nada ocorre ao acaso, muito menos os processos mentais. Há uma causa para cada pensamento, para cada memória revivida, sentimento ou ação. Cada evento mental é causado pela intenção consciente ou inconsciente e é determinado pelos fatos que o precederam, uma vez que alguns eventos mentais “parecem” ocorrer espontaneamente. Freud começou a procurar e descrever os elos ocultos que ligavam um evento consciente a outro.

- **Consciente, Pré-consciente e Inconsciente:** “O ponto de partida dessa investigação é um fato sem paralelo, que desafia toda explicação ou descrição – o fato da consciência. Não obstante, quando se fala de consciência, sabemos imediatamente e pela experiência mais pessoal o que se quer dizer com isso” (1940, livro 7, p. 30 na ed. Bras.). O consciente é somente uma pequena parte da mente, inclui tudo do que estamos cientes num dado momento. Embora Freud estivesse interessado nos mecanismos da consciência, seu interesse era muito maior com relação às áreas da consciência menos expostas e exploradas, que ele denominava pré-consciente e inconsciente.

- **Pulsões e instintos:** Instintos são pressões que dirigem um organismo para fins particulares. Quando Freud usa o termo, ele não se refere aos

complexos padrões de comportamento herdados dos animais inferiores, mas seus equivalentes nas pessoas. Tais instintos são “a suprema causa de toda a atividade” (1940, livro 7 p.21 na ed. Bras.). Freud, em geral, se referia aos aspectos físicos dos instintos como necessidades; seus aspectos mentais podem ser comumente denominados desejos. Os instintos são as forças propulsoras que incitam as pessoas à ação.

Neste tópico é que Freud comenta sobre os Instintos básicos, libido, catexia e energia agressiva.

- **Estrutura da Personalidade:** As observações de Freud a respeito de seus pacientes revelaram uma série interminável de conflitos e acordos psíquicos. A um instinto opunha-se outro; proibições sociais bloqueavam pulsões biológicas e os modos de enfrentar situações frequentemente chocavam-se uns com os outros. Ele tentou ordenar este caos aparente propondo três componentes básicos estruturais da psique: o id, o ego e o superego.

Outro aspecto interessante sobre a abordagem psicanalítica é que mesmo sendo contemporânea a outros sistemas de personalidade e até da própria Psicologia, este sistema não tem qualquer relação com outros sistemas que se aprofundaram na personalidade humana. De acordo com Schultz e Schultz (2002), o relacionamento entre psicanálise freudiana e as outras escolas de pensamento em psicologia foi apenas temporal. Não havia vínculos substantivos, quer em termos de concordância ou de dissidência, entre Freud e os outros fundadores no campo da psicologia. As outras escolas deviam seu impulso e forma a Wundt, quer desenvolvendo-se a partir de sua obra, como foi o caso do estruturalismo e do funcionalismo, quer se revoltando contra ela, como ocorreu com o comportamentalismo e a psicologia da Gestalt. A psicanálise, em contraste, não tinha vínculo direto com esses movimentos evolutivos e revolucionários, pois não surgiu no âmbito da psicologia acadêmica. O estudo freudiano da personalidade humana e dos seus distúrbios estava bem afastado da psicologia do laboratório universitário.

A psicanálise não se ocupa das áreas tradicionais da psicologia, em especial porque a preocupação delas é oferecer terapia a pessoas com distúrbios emocionais. Desde o começo, a psicanálise era separada e distinta do pensamento psicológico principal em termos de objetivos, objeto de estudo e métodos. Seu objeto de estudo é o comportamento anormal, que fora relativamente

negligenciado pelas outras escolas de pensamento, e seu método primário é a observação clínica, e não a experimentação laboratorial controlada. Do mesmo modo, a psicanálise está voltada para o inconsciente, um tópico virtualmente ignorado pelos outros sistemas de pensamento (Schultz e Schultz, 2002).

Vale lembrar que neste tópico comentaremos apenas aspectos básicos, que delineiam o pensamento psicanalítico. Deixaremos para o capítulo direcionado a este tema, neste livro, para falarmos de maneira mais aprofundada sobre o tema.

1.3 Perspectiva dos Traços

Quando observamos, numa roda de amigos, alguém emitindo opinião sobre o jeito de ser de alguém, normalmente vemos as pessoas fazendo um levantamento sobre algumas características desta pessoa:

“Fulano é gente boa!”

“Ciclano é muito desconfiado!”

“Minha vizinha é fofoqueira!”

As pessoas emitem opiniões semelhantes a estas ou outras tantas que nosso senso e vocabulário nos permitam fazer e as intenções acabam sendo atribuir qualidades às pessoas.

Falando de maneira mais ampla, os traços da personalidade referem-se a padrões consistentes na forma como os indivíduos se comportam, sentem e pensam. Por exemplo, quando descrevemos um indivíduo como “bondoso”, queremos dizer que o mesmo tende a agir de forma bondosa com o passar do tempo (na semana passada e nesta semana) e em situações diferentes (com um vizinho idoso e com o cão manco). Essa definição ampla implica que os traços podem ter três funções importantes: eles podem ser usados para resumir, prever e explicar a conduta de uma pessoa. Assim, uma das razões para a popularidade dos conceitos de traços é que eles proporcionam maneiras econômicas para resumir o modo como uma pessoa difere uma da outra; atribuir o traço “bondoso” para uma pessoa resume uma história de muitos atos de bondade diferentes. Os traços contêm a promessa de permitirem que façamos previsões sobre o comportamento futuro da pessoa; a noiva espera que o noivo bondoso se torne um marido bondoso. Finalmente, os traços sugerem que a explicação para o comportamento da pessoa será encontrada no indivíduo, e não na situação; uma pessoa bondosa irá agir de maneira bondosa, mesmo que não haja

nenhuma pressão situacional ou recompensa externa para que ela o faça, sugerindo assim, algum tipo de processo ou mecanismo interno que produza o comportamento (Pervin & John, 2004).

Apesar de alguns teóricos possuírem suas próprias formas de enxergar a abordagem dos traços, tais pensadores concordam que a intensidade dos traços indica a probabilidade de um comportamento acontecer. Por exemplo, se alguém possui um traço consistente de irritabilidade, este, numa situação de estresse ou discordância tenderá a apresentar uma resposta à situação mais nervosa do que alguém que não tenha este traço como algo sobressalente.

Além disso, os teóricos de traços concordam que o comportamento e a personalidade humana podem ser organizados em uma hierarquia. Em seu nível mais básico, o comportamento pode ser considerado de acordo com respostas específicas. Contudo, algumas dessas respostas são conectadas e formam hábitos mais gerais. Por exemplo, pessoas que preferem se reunir com outras pessoas para ler geralmente também se sentem bem numa festa alegre, sugerindo que esses dois hábitos podem ser agrupados dentro do traço da impulsividade. Em um nível superior de organização, diversos traços podem ser conectados para formar aquilo que Eysenk, desenvolvedor desta teoria, chamou de fatores secundários, superiores e superfatores (Pervin & John, 2004).

Ao resumirmos as palavras acima, podemos considerar que mesmo Gordon W. Allport, Hans J. Eysenk e Raymond B. Cattell tenham diversas diferenças. Como veremos mais à frente, os três concordam que a personalidade possui uma hierarquia de organização e que as pessoas possuem a predisposição para responder de maneira padronizada diante de situações similares.

1.4 Perspectiva da Aprendizagem

Ao falarmos de aprendizagem, estamos falando de um aspecto crucial de nossa personalidade, que nos permitiu chegar onde chegamos na escala histórica evolutiva de nosso planeta. Acima de tudo, foi nossa capacidade de aprender que nos fez vencer a luta da seleção natural e da sobrevivência. No entanto, como a Psicologia delimita este processo psíquico?

A aprendizagem se divide em dois grandes aspectos:

- Aprendizagem comportamental;
- Aprendizagem Social.

No primeiro caso, autores como John B. Watson, que foi o criador do Behaviorismo, Ivan Petrovich Pavlov e B. F. Skinner foram os maiores defensores e criadores de temas a respeito da aprendizagem comportamental. Quando falamos de aprendizagem individual, estamos falando da preocupação desta linha de pensamento com a relação entre a pessoa e o estímulo percebido, que após certo padrão percebido de maneira repetitiva, tende a gerar o aprendido.

Para entendermos melhor esta abordagem que a teoria da aprendizagem faz da personalidade, devemos estar preparados para fazer algumas suposições novas e considerar novas estratégias de pesquisa. A abordagem da teoria da aprendizagem à personalidade apresenta dois pressupostos básicos, dos quais se seguem diversos pontos críticos. **O primeiro pressuposto é que quase todo o comportamento é aprendido, e o segundo é que a objetividade e o rigor no teste de hipóteses formuladas de forma clara são cruciais** (Pervin & John, 2004).

De acordo com os mesmos autores, enquanto Eysenck e Cattell consideravam a aprendizagem como sendo parte da área mais ampla da personalidade, os autores que defendem a **“aprendizagem comportamental”** sugerem que **o estudo da personalidade é um ramo do campo geral da aprendizagem**. Por exemplo, entende-se a psicopatologia em termos da aprendizagem de comportamentos mal adaptativos ou do fracasso em aprender comportamentos adaptativos. Ao invés de falar da psicoterapia, os seguidores da visão de **aprendizagem-comportamental** falam de **modificação do comportamento e de terapia do comportamento**. Comportamentos específicos **devem ser modificados ou mudados**, ao invés de conflitos subjacentes resolvidos ou uma personalidade reorganizada. Como a maioria dos comportamentos problemáticos foi aprendida, eles podem ser desaprendidos ou então modificados através da aplicação de procedimentos baseados na aprendizagem.

Apesar de cada autor desta linha de pensamento ter uma teoria que difere em muitos pontos dos outros pensadores, **o que eles têm em comum é a relação destes com o rigor do laboratório. O experimento é a força e a obsessão destes pensadores**. Como a ideia de destrinchar o comportamento e as teorias de Darwin já predominavam, animais foram usados de maneira intensa para se compreender o comportamento em suas diversas expressões e complexidades.

Ao falarmos de aprendizagem social, falamos do estudo da aprendizagem que não se preocupa apenas com o comportamento, mas também pela relação deste comportamento com fatores cognitivos que podem influenciar este comportamento. De acordo com Cloninger (2003), estudar apenas os aspectos

fisiológicos da emoção, por exemplo, sem considerar o que as pessoas estão pensando quando estão com medo, zangadas ou com alguma outra emoção, não pode conduzir a uma compreensão plena da personalidade humana (Staats & Eifert, 1990).

Os behavioristas que seguem a tradição do behaviorismo radical de Skinner contrapõem-se à inclusão das variáveis cognitivas nas teorias comportamentais. Dizem eles que as **variáveis cognitivas** não são diretamente observáveis e não podem ser produzidas, sem ambiguidades, pelas manipulações experimentais. Portanto, **não são construtos apropriados para explicar as causas do comportamento** (C. Lee, 1989, 1990; Skinner, 1977, 1987). Além disso, eles duvidam que a adição de variáveis cognitivas à modificação do comportamento possa ser de alguma valia para a eficácia terapêutica (Ledwidge, 1978). Os behavioristas radicais vêm respondendo ao desafio cognitivista interpretando o controle cognitivo em termos comportamentais. Será que essa interpretação do funcionamento cognitivo é bem-sucedida? Robert Zettle (1990) conclui que **“o júri ainda não se decidiu”** (Cloninger, 2003).

Segundo Cloninger (2003), os teóricos da perspectiva comportamental cognitiva partilham alguns pressupostos com os behavioristas radicais citados acima. Sustentam que a personalidade se forma pela interação com o meio, e também pensam que o que as pessoas fazem é, em grande parte, determinado pelo meio e pela especificidade das situações.

Perspectiva Humanista

A perspectiva humanista na teoria da personalidade representa a “terceira força” (Maslow, 1968b), disposta a combater as tendências deterministas e fragmentadoras da psicanálise e do behaviorismo. Começou como uma rede informal de psicólogos que, organizados por Abraham Maslow, trocavam artigos mimeografados contendo ideias não bem-vindas nas publicações da psicologia dominante (DeCarvalho, 1990b). Vários desses humanistas realizaram seu primeiro encontro em 1957 e se organizaram formalmente em 1961, fundando a organização hoje conhecida como Associação de Psicologia Humanista (Moustakas, 1986). Entre seus primeiros membros estavam Gordon Allport, Erich Fromm, George Kelly, Abraham Maslow, Rollo May, Henry Murray e Carl Rogers (DeCarvalho, 1990b, Wertheimer, 1978). Atualmente, a maioria dos psicólogos se lembra de Gordon Allport como um psicólogo dos traços,

esquecendo sua associação com a psicologia humanista. Isso é irônico, pois provavelmente Allport foi o primeiro a empregar o termo psicologia humanista e esteve intimamente envolvido com o movimento até sua morte (DeCarvalho, 1990c, 1990d; Cloninger, 2003).

Neste contexto, de acordo com Schultz e Schultz (2002), os temas básicos da psicologia humanista, como os de todos os movimentos, tinham sido reconhecidos e defendidos anteriormente. Os pontos essenciais eram:

- Uma ênfase na experiência consciente;
 - Uma crença na integralidade da natureza e da conduta do ser humano;
 - A concentração no livre-arbítrio, na espontaneidade e no poder de criação do indivíduo;
 - O estudo de tudo o que tenha relevância para a condição humana.
- Antecipações dessas ideias podem ser encontradas nas obras dos primeiros psicólogos.

Inicialmente, a autoproclamada psicologia humanista tinha grande afinidade com os seguidores de Adler. Antes da fundação de sua organização independente, os humanistas foram convidados a expressar suas ideias na publicação adlerian *American Journal of individual Psychology*, editado por Heinz Ansbacher (DeCarvalho, 1990b). Abraham Maslow e Carl Rogers estudaram com Adler. Rogers recebeu ensinamentos de Adler no seu estágio no Institute for Child Guidance, na cidade de Nova York, em 1927-1928. Maslow frequentou regularmente os seminários informais de Adler na sua casa em Nova York, em 1935 (Ansbacher, 1990). Esses dois autores humanistas reconheceram a influência de Adler sobre suas ideias. A ênfase de Adler no holismo, na escolha, nas intenções e na experiência subjetiva do indivíduo foi o que mais influenciou os humanistas. Entre outras influências significativas estão Karen Horney e Kurt Goldstein, para quem os pacientes com lesões cerebrais podiam ser compreendidos como organismos globais em luta, e não como uma coleção de processos cerebrais parciais (Cloninger, 2003).

A Psicologia Humanista, assim como os outros sistemas, também teve outros autores importantes, mas o grande sucesso se deveu ao desenvolvimento e aceitação das teorias de Maslow e Rogers.

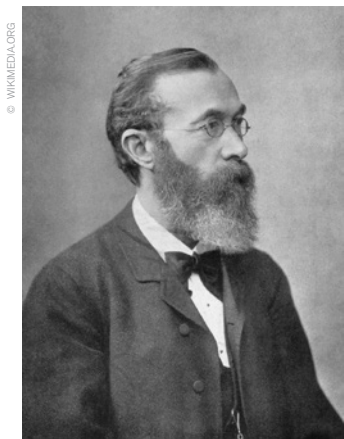
O primeiro desenvolveu uma escala de hierarquia que até hoje é fortemente divulgada na psicologia e fora dela, cujo ser humano segue uma hierarquia de suas necessidades. Neste sentido, se uma pessoa está com alguma necessidade fisiológica não atendida, esta tenderá a focar na busca pela realização desta necessidade, a se preocupar com sua autoestima, por exemplo. Sendo que o

fluxo natural do ser humano é buscar a satisfação de todas as hierarquias de necessidades e alcançar a realização, em outras palavras, segundo Maslow, a motivação humana de alcançar a realização é movida pelas deficiências.

Em relação ao último, este desenvolveu uma Teoria Centrada na Pessoa. Segundo Schultz e Schultz (2002), Rogers desenvolveu uma teoria da personalidade que se concentra numa única motivação avassaladora, semelhante ao conceito de autorrealização de Maslow. Rogers propôs que cada pessoa possui uma tendência inata para atualizar as capacidades e potenciais do eu. Ao contrário de Maslow, no entanto, as visões de Rogers não foram formuladas a partir do estudo de pessoas saudáveis, mas advieram do tratamento de indivíduos emocionalmente perturbados através da terapia centrada na pessoa. E o nome de sua terapia sugere algo da sua concepção da personalidade humana, atribuindo a responsabilidade da mudança à pessoa ou cliente, e não ao terapeuta, como é o caso da psicanálise ortodoxa.

Assim, como foi possível perceber, a maior intenção dos humanistas não é medir as diferenças individuais ou corroborar a relação de espécie que possa possuir, mas, sim, ter como objeto principal de seus estudos e preocupações o próprio ser humano.

História da psicologia da personalidade



Wilhelm Wundt

No tópico anterior, falamos sobre as perspectivas mais influentes da Psicologia da Personalidade, mas não entramos no mérito da cronologia ou dos eventos marcantes que cada pensador deixou na história da Psicologia.

No início da trajetória da Psicologia como conhecimento científico, o grande interesse dos estudiosos da época era medir as sensações e os pensamentos, tendo como foco a experiência imediata, além de estruturar a mente,

dividindo-a em partes. Wilhelm Wundt, no início de sua trajetória, assim como Titchener, com o seu estruturalismo, acreditavam que o estudo da experiência imediata e dos conceitos traduzia a Psicologia como ciência. Rigor no método, experimentação, repetição e controle de variáveis eram a obsessão destes dois psicólogos e de seus seguidores. De acordo com Schultz e Schultz (2002), a psicologia estrutural de Titchener é uma ciência pura. Ele alegava que a psicologia tem de estudar e chegar a compreender a mente humana generalizada, não as mentes individuais e, certamente, não as diferenças individuais entre as mentes. Sua psicologia, portanto, não tem preocupações pragmáticas ou utilitárias. A psicologia, segundo ele, não se ocupa da questão da cura de “mentes enfermas”, nem da reforma de indivíduos ou da sociedade. Seu único propósito legítimo é descobrir os fatos ou a estrutura da mente. Ele acreditava que os cientistas devem manter-se livres de preocupações com o valor prático de sua obra, e declarava, sem subterfúgios, sua oposição à psicologia infantil, à psicologia animal e a outras áreas não compatíveis com sua psicologia experimental introspectiva do conteúdo da consciência.



Titchener, que foi um seguidor de Wundt, afirmava que sua psicologia era uma espécie de continuação do Voluntarismo de Wundt. No entanto, um conceito desenvolvido pelo fundador da Psicologia Moderna permitiu que a psicologia desse um salto de evolução. Este conceito se chama Doutrina da Apercepção e se constitui pelas experiências conscientes unificadas. Segundo Schultz e Schultz (2002), Wundt reconhecia que, quando olhamos para objetos no mundo real, vemos uma unidade ou síntese de

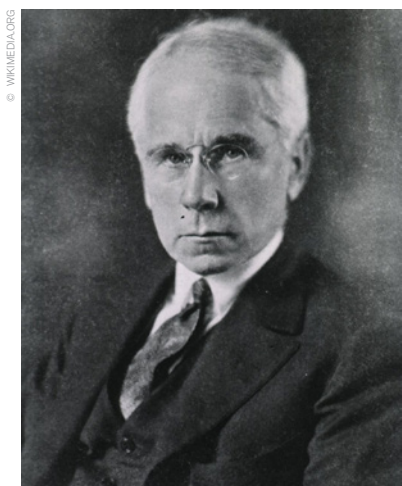
percepções. Por exemplo, vemos uma árvore como uma unidade, e não como cada uma das muitas e variadas sensações de brilho, matiz ou forma que os observadores num laboratório podem relatar como resultado de suas introspecções. A nossa experiência visual abrange a árvore como um todo, e não como cada um dos numerosos sentimentos e sensações elementares que podem constituir a nossa percepção da árvore.

Provavelmente, com a influência deste conceito, o Funcionalismo veio à tona, cuja maior atuação foi a crítica ao tomismo da psicologia de Titchener. Para este movimento, a Psicologia deveria ser funcional e a mente não deveria ser vista através de sua estrutura, mas, sim, de suas operações. A maior preocupação do funcionalismo estava relacionada a considerar e estudar a mente como algo único, como uma parte ativa de um organismo.

Apesar de também focar na experiência imediata, da mesma maneira que o estruturalismo e o voluntarismo fizeram, o legado do funcionalismo, além de se considerar a mente como unidade, foi atribuir aplicação à Psicologia.

Os psicólogos aplicados levaram sua psicologia para o mundo real, para as escolas, fábricas, agências de publicidade, tribunais, clínicas de orientação infantil e centros de saúde mental, e fizeram dela algo funcional em termos de objeto de estudo e de uso. Com isso, modificaram a natureza da psicologia americana tão radicalmente quanto os fundadores acadêmicos do funcionalismo. A literatura profissional da época reflete o seu impacto. Na virada do século, 25% das comunicações de pesquisa publicadas nas revistas americanas eram a respeito de psicologia aplicada, e menos de 3% envolviam introspecção (O'Donnel, 1985). As abordagens de Wundt e Titchener, que há tão pouco tempo constituíam a nova psicologia, iam sendo superadas com rapidez por uma psicologia mais nova ainda (Schultz e Schultz, 2002).

Neste contexto, não é difícil imaginar que a intensificação do Funcionalismo e seu espírito prático, que focava no desenvolvimento humano, em contraposição ao experimentalismo Titcheneriano, foi o estimulante que faltava para o surgimento do interesse com a formação da personalidade humana.



Lightner Witmer

Um dos membros que elevaram o Funcionalismo ao patamar revolucionário na época foi Lightner Witmer (1867-1956), e o fato deste ser citado aqui com mais ênfase do que outros funcionalistas é que este pode ser considerado o fundador do campo psicologia clínica. Schultz e Schultz (2002) observaram que Witmer não praticava em sua clínica psicológica a psicologia clínica que hoje conhecemos. O seu trabalho estava voltado para a avaliação e o tratamento de problemas

comportamentais e de aprendizagem de crianças em idade escolar, uma área aplicada, hoje chamada de psicologia escolar. A moderna Psicologia Clínica cuida de uma gama mais ampla de desordens psicológicas, das brandas às graves, em pessoas de todas as idades.

Vale ressaltar que, mesmo sabendo que o que Witmer praticava não tem tanto a ver com a psicologia clínica contemporânea, torna-se fácil perceber o salto que representou, pois, enquanto Wundt e Titchener não se preocupavam com diferenças individuais e trabalhavam apenas em laboratórios, Witmer trouxe as pessoas a um consultório e cuidava de problemas psicológicos.

Além disto, abordagens mais novas de psicoterapia, desenvolvidas por Sigmund Freud e seus seguidores, fizeram com que o campo crescesse consideravelmente além de suas origens. Esse desenvolvimento, que ocorre naturalmente em todos os campos, de forma alguma reduz a importância de Lightner Witmer em termos de elaboração e evolução da psicologia clínica.

Como estamos falando de História da Psicologia, precisamos entender a cronologia dos acontecimentos. Após a fundação da Psicologia Moderna, com Wilhelm Wundt, em 1879, três escolas da personalidade surgiram praticamente juntas: a Psicanálise, a Gestalt e o Behaviorismo.

Em relação à psicanálise, de acordo com Schultz e Schultz (2002), em 1985, ano em que Freud publicou seu primeiro livro, marcando o começo formal do seu novo movimento, Wundt tinha sessenta e três anos e Titchener, com apenas vinte e oito, só estava em Cornell há dois anos e começava a desenvolver seu sistema de psicologia estrutural. O espírito do funcionalismo começava a se desenvolver nos Estados Unidos, mas ainda não se formaliza em escola. Nem o comportamentalismo nem a psicologia da Gestalt tinham começado: Watson tinha dezessete anos e Wertheimer, quinze.

Já o Behaviorismo teve a sua fundação vinculada à data de 1913, pelo fato de um manifesto de autoria de John B. Watson, cujo conteúdo era o ataque ao estruturalismo e funcionalismo, já que estes representavam as maiores forças da época.

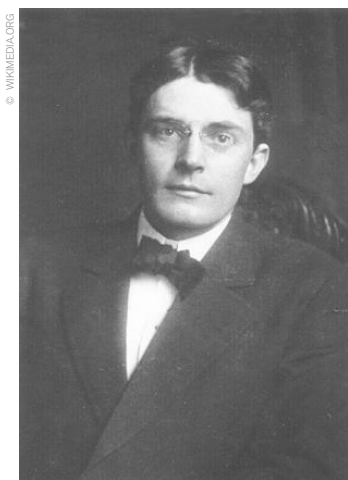
Com a Gestalt, o fluxo dos acontecimentos foi semelhante ao do Behaviorismo, já que o seu início como movimento aconteceu pelo ataque aos sistemas de Wundt e Titchener. De acordo com Schultz e Schultz (2002), o ataque dos gestaltistas à posição elementarista de Wundt foi simultânea, se bem que independente, ao movimento comportamentalista nos Estados Unidos. Ambas as escolas de pensamento começaram se opondo às mesmas ideias, mas chegariam a se opor uma à outra. Havia entre elas claras diferenças. Os

psicólogos da Gestalt aceitavam o valor da consciência, mas criticavam a tentativa de analisá-la em elementos; os comportamentalistas se recusavam até a reconhecer a existência da consciência para a psicologia.

Mas, por que não começar a citar a Psicanálise após o funcionalismo pelo argumento da ordem cronológica? Porque a psicanálise não nasceu com o intuito de atacar ninguém e nem foi influenciada por nenhuma outra escola de pensamento da psicologia.

O relacionamento entre a psicanálise freudiana e as outras escolas de pensamento em psicologia foi apenas temporal. Não havia vínculos substantivos, quer em termos de concordância ou de dissidência, entre Freud e os outros fundadores no campo da psicologia. As outras escolas deviam seu impulso e forma a Wundt, quer desenvolvendo-se a partir de sua obra, como foi o caso do estruturalismo e o funcionalismo, quer se revoltando com ela, como ocorreu com o comportamentalismo e a psicologia da Gestalt. A psicanálise, em contraste, não tinha vínculo direto com esses movimentos evolutivos e revolucionários, pois não surgiu no âmbito da psicologia acadêmica. O estudo freudiano da personalidade humana e dos seus distúrbios estava bem afastado da psicologia do laboratório universitário (Schultz e Schultz, 2002).

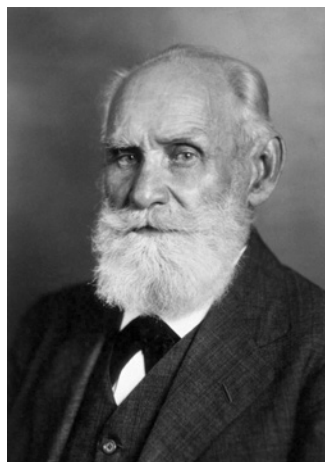
Desta maneira, seguiremos com o Comportamentalismo pelo fato deste ter travado sua batalha contra os sistemas vigentes no mesmo solo dos movimentos de Wundt e Titchener: Estados Unidos. A Gestalt também atacou de maneira direta estas escolas de pensamento, mas seu berço era alemão.



John B. Watson

Os pilares básicos do comportamentalismo de Watson eram simples, diretos e ousados. Ele desejava uma psicologia objetiva, uma ciência do comportamento que só lidasse com atos comportamentais observáveis, passíveis de descrição objetiva em termos de estímulo e resposta. Ele queria aplicar aos seres humanos os procedimentos e princípios experimentais da psicologia animal, um campo em que trabalhara (Schultz e Schultz, 2002).

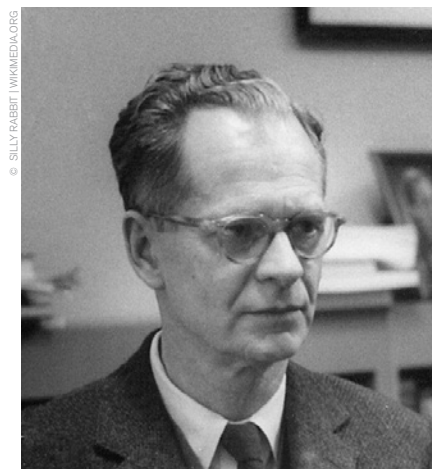
Embora Watson tenha sido o fundador do Behaviorismo, este não foi o único e nem o mais importante deles. Dentre vários pesquisadores, alguns foram muito importantes para a constituição do comportamentalismo como escola de pensamento. Primeiramente, não podemos deixar de citar o nome de Ivan Pavlov, afinal, foi ele quem descobriu os reflexos condicionados, com as glândulas digestivas dos cachorros de seu laboratório.



Ivan P. Pavlov

Segundo palavras de Schultz e Schultz (2002), as técnicas de condicionamento pavlovianas deram à ciência da psicologia um elemento básico, o átomo do comportamento, uma unidade concreta operacional a que o comportamento humano complexo podia ser reduzida e servir como objetivo experimental em condições de laboratório.

“Após as influências de Pavlov, que apenas no final da vida intitulou-se como psicólogo experimental”, sobre Watson, este último fundou o behaviorismo. Entretanto, o comportamentalismo não se resume apenas a estes dois. Outro estudioso impactou a psicologia com suas descobertas: B. F. Skinner.



B. F. Skinner

Burrhus Frederick Skinner (1904-1990) foi por décadas, a partir dos anos 50, o mais influente indivíduo no campo da psicologia. São muito amplas suas áreas de interesse em sua longa carreira, bem como suas implicações para a sociedade moderna. Em 1982, um historiador da psicologia disse ser ele “inquestionavelmente, o mais famoso psicólogo americano do mundo” (Gilgen, 1982, p.97, Schultz e Schultz, 2002).

Em relação à contribuição de seu comportamentalismo, o termo condicionamento operante foi determinante. A grande diferença entre o seu condicionamento e o condicionamento respondente de Watson foi que enquanto o do fundador do behaviorismo era involuntário, o seu era voluntário e sem nenhum estímulo externo voluntário e que a força de um condicionamento operante aumenta ou enfraquece, se ele tem acompanhado um estímulo de reforço positivo ou negativo, respectivamente. De acordo com Schultz e Schultz (2002), Skinner acreditava que o comportamento operante é muito mais representativo da situação da aprendizagem humana na vida real. Como o comportamento é principalmente do tipo operante, a mais eficaz abordagem de uma ciência do comportamento, alegava ele, consiste em estudar o condicionamento e a extinção de comportamentos operantes.

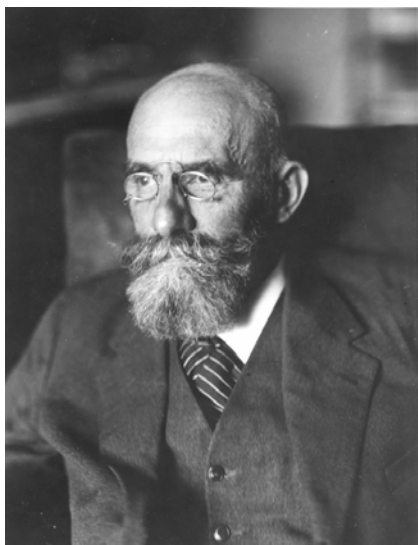
Conforme conversamos acima, os sistemas após Wundt e Titchener foram praticamente todos contemporâneos. Desta maneira, outro sistema que foi cronologicamente parelho ao Behaviorismo chama-se Gestalt. Inicialmente, ambas as escolas atacaram os mesmos pontos de Wundt, mas, após um período, começaram a divergir uma da outra. O ponto de ataque foi a questão da tentativa do Voluntarismo, de Wundt e do Estruturalismo, de Titchener de atomizar a consciência. Para a Gestalt, existia a concordância da presença da consciência, mas não aceitavam a divisão da consciência por elementos. Já o Behaviorismo não aceitava nem o fato da presença da consciência.

Antes de continuarmos a falar sobre a Gestalt, vale ressaltar que o ataque feito por comportamentalismo e Gestalt aos movimentos anteriores era mais direcionado a Titchener do que a Wundt.

Este último, na qualidade de fundador da nova ciência da psicologia, é uma das mais importantes figuras do campo. O conhecimento de sua abordagem da psicologia é vital para a compreensão da história desta disciplina. Contudo, mais de um século depois de ele tê-la fundado, novos dados (ou aprimoramento de dados conhecidos) levaram alguns psicólogos a concluir que a visão aceita do sistema de Wundt estava errada. Wundt, que tinha “horror a ser mal compreendido e mal interpretado”, sofreu justamente esse destino (Baldwin, 1980, p. 301; Schultz e Schultz, 2002). Um exemplo desta má interpretação era que Wundt não era um radical no quesito da elementarização da consciência, já que havia desenvolvido o conceito da apercepção, relatado em linhas anteriores.

Neste contexto, os psicólogos da Gestalt referiam-se à abordagem wundtiana (tal como a compreendiam) como a psicologia do “tijolo e argamassa”, querendo dizer com isso que os elementos (os tijolos) eram mantidos juntos pela

argamassa do processo de associação. Eles afirmavam que quando olhamos para fora de uma janela, vemos imediatamente as árvores e o céu, e não pretensos elementos sensoriais, como brilhos e matizes, que possam constituir a nossa percepção das árvores do céu. Além disso, acusavam os wundtianos de afirmar que a nossa percepção dos objetos consiste apenas na acumulação ou soma de elementos em grupos ou coleções. Os psicólogos da Gestalt afirmavam que, quando os elementos sensoriais são combinados, forma-se algum novo padrão ou configuração. Juntemos algumas notas musicais e algo novo – uma melodia ou tom – surge da combinação, uma coisa que não existia em nenhum dos elementos individuais ou notas. Em termos sucintos: o todo é distinto da soma de suas partes. Deve-se observar, no entanto, que Wundt reconhecia esse ponto em sua doutrina da apercepção (Schultz e Schultz, 2002).



Christian Von Ehrenfels

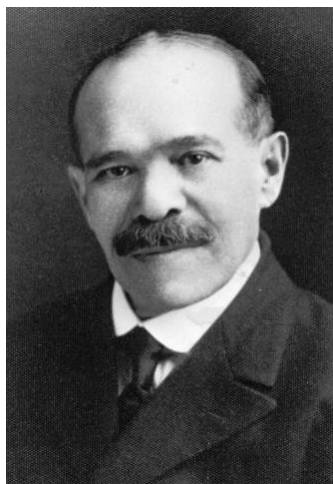
Em relação aos elementos que semearam o solo cuja Gestalt veio a germinar, podemos citar Kant, que já afirmava que só tomamos consciência de algo quando o percebemos. Além disto, considerava que o ato de perceber era um processo ativo e não passivo, como acreditavam os associacionistas britânicos. Outra linha de influência foi desenvolvida por Christian von Ehrenfels (1859-1932), que trabalhava em Viena e Graz. Ele sugeriu que há qualidades da experiência que não podem ser explicadas em termos de combinações

de sensações. Ele denominou essas qualidades Gestalt Qualitaten (qualidades configuracionais), percepções baseadas em algo que vai além das sensações individuais (Schultz e Schultz, 2002).

Em relação às influências sofridas pela Gestalt, William James, que foi um dos mais importantes funcionalistas também serviu de estímulo, já que enfatizou que não vemos objetos de acordo com suas partes, mas, sim, pelo todo. Além dele, de acordo com Schultz e Schultz (2002), metodologicamente, a fenomenologia se refere a uma descrição imparcial da experiência imediata tal como ela ocorre. É uma observação não corrigida em que a experiência não é analisada em elementos nem abstraída artificialmente de alguma outra

maneira. A fenomenologia envolve a experiência quase ingênua do senso comum, e não a experiência relatada por um introspector treinado que segue uma orientação sistemática particular.

Com este cenário se desenhando, com vários pensadores ao redor do mundo sinalizando que a mente não poderia ser elementarizada e um dos argumentos usados para se explicar tal argumento citavam que a percepção era algo maior que suas partes, não é difícil imaginar que o *zeitgeist* da época estava preparado para receber a Gestalt.



Max Wertheimer

Segundo Schultz e Schultz (2002), o movimento formal conhecido como psicologia da Gestalt surgiu de uma pesquisa feita em 1910, por Max Wertheimer. Durante as férias, quando viajava num trem, Wertheimer teve a ideia de fazer uma experiência sobre a visão do movimento quando nenhum movimento real tinha ocorrido. Abandonando prontamente seus alunos de férias, ele desceu do trem em Frankfurt, comprou um estroboscópio de brinquedo, e verificou a

ideia que lhe ocorrera, de modo preliminar, num quarto de hotel. Mais tarde, fez pesquisas mais formais na Universidade de Frankfurt, que lhe forneceu um taquistoscópio. Dois outros jovens psicólogos, Kurt Koffka e Wolfgang Kohler, que tinham sido alunos da Universidade de Berlim, também estavam em Frankfurt. Logo depois, eles se engajaram numa cruzada comum.

O problema de pesquisa de Wertheimer, em que Koffka e Kohler serviram de sujeitos, envolvia a percepção do movimento aparente, isto é, a percepção do movimento quando nenhum movimento físico real tinha acontecido. Wertheimer se referia ao fenômeno como a “impressão do movimento” (Seaman, 1984, p. 3). Usando o taquistoscópio, Wertheimer projetou luz por duas ranhuras, uma vertical e a outra a vinte ou trinta graus da vertical. Se a luz era mostrada primeira por uma ranhura e depois pela outra, com um intervalo relativamente longo (mais de 200 milissegundos), os sujeitos viam o que pareciam ser duas luzes contínuas. Com um intervalo de tempo ótimo (cerca de 60 milissegundos) entre as luzes, os sujeitos viam uma única linha de luz que

parecia mover-se de uma ranhura para a outra e na direção inversa (Schultz e Schultz, 2002).

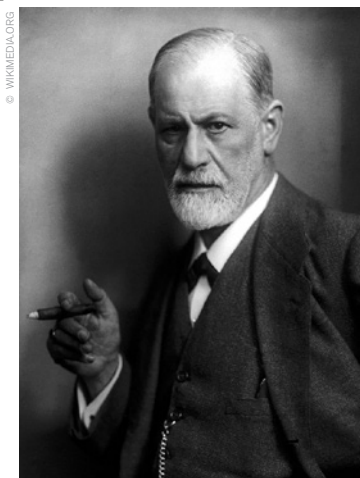
O que este experimento veio a provar é que o elementarismo não conseguia explicar todos os fenômenos. Em relação à percepção contínua dos feixes de luz em apenas um, por mais treinado que fosse este observador, esta percepção não poderia ser reduzida para algo além de um feixe de luz contínuo. Em outras palavras, o todo diferia de suas partes, já que este feixe era constituído por dois feixes menores, mas que a percepção humana não fora capaz de perceber tais elementos.

Em geral, este estudo citado acima, que comprovou o conceito do movimento aparente, além de outros, que dentre várias descobertas relacionadas à percepção, lançou ao mundo a ideia de constâncias perceptivas. De acordo com Schultz e Schultz (2002), o fenômeno chamado “constâncias perceptivas” pode ser explicado pelo fato de que quando estamos bem em frente de uma janela, uma imagem retangular é projetada na retina; contudo, quando nos colocamos mais para um lado e olhamos para a janela, a imagem retiniana se torna trapezoide, embora continuassem a perceber a janela como retangular. Nossa percepção da janela permanece constante, embora os dados sensoriais (as imagens projetadas na retina) tenham se modificado, sendo que a consequência destes estudos, juntamente com outros da Gestalt, que se referiam à organização da Percepção e aos princípios da aprendizagem, foram argumentos bastante consistentes para derrubar de vez a psicologia atomista, que tinha como centro de seus pressupostos a ideia da divisão da mente em elementos mínimos.

A conclusão que podemos tirar destes dois sistemas (Comportamentalismo e Gestalt) é que cada um do seu jeito e inicialmente em seu berço (Estados Unidos e Alemanha, respectivamente) enfraqueceram em demasia os movimentos que fundaram a Psicologia Moderna.

Vale lembra que a Segunda Grande Guerra exerceu um papel fundamental no fortalecimento da Psicologia. Como a Alemanha foi o local onde a ciência da mente nasceu, torna-se natural conceber que grande parte dos interessados desta ciência também vivia neste mesmo solo. No entanto, com este conflito de impacto global, pelos atos repressivos do reich, muitos destes estudiosos, inclusive os fundadores da Gestalt, viram-se obrigados a se mudarem para os Estados Unidos, que, pelos resultados da guerra, tornou-se a maior potência mundial.

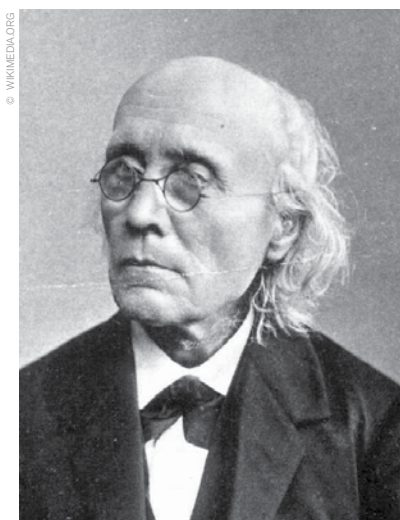
Com os movimentos diretamente dissidentes do elementarismo inicial da Psicologia já citados, seguiremos com o terceiro movimento contemporâneo da personalidade: a Psicanálise.



Sigmund Freud

Em relação às influências recebidas, podemos citar as teorias de inconsciente anteriores a Freud, que Platão, Rene Descartes, Gottfried Leibnitz e Johan Friedrich Herbart desenvolveram e ajudaram ao fundador da Psicanálise criar a sua tese. Inclusive, Herbart, desenvolvendo o conceito de mônadas, de Leibnitz, criou o termo “limiar da consciência”. Em outras palavras, as ideias que estejam abaixo do limiar da consciência, são inconscientes. Entretanto, de todas as influências,

a mais sentida por Freud foi a de Gustav Fechner, que, segundo Schultz e Schultz (2002), usou a noção de limiar, **mas foi a sua sugestão de que a mente equivale a um iceberg que permitiu esta influência.** Em sua analogia com o iceberg, Fechner especulou que uma parcela considerável da mente está oculta sob a superfície, onde é influenciada por forças não observáveis.



Gustav Fechner

Ainda de acordo com os mesmos autores (2002), é interessante que Fechner, a quem a psicologia experimental tanto deve, também seja precursor da psicanálise. Freud citou em vários dos seus livros o de Fechner, Elementos de Psicofísica, tendo derivado conceitos importantes (o princípio do prazer, a energia psíquica, o conceito topográfico da mente e a importância do instinto destrutivo) da obra de Fechner. Um dos biógrafos de Freud observou que Fechner foi “o único psicólogo de quem Freud tomou alguma ideia” (Jones, 1957, p. 268).

Em relação ao inconsciente, ao contrário do que muitos pensam, Freud não o criou, mas desenvolveu este conceito e o inseriu em um sistema de personalidade.



Anna Freud

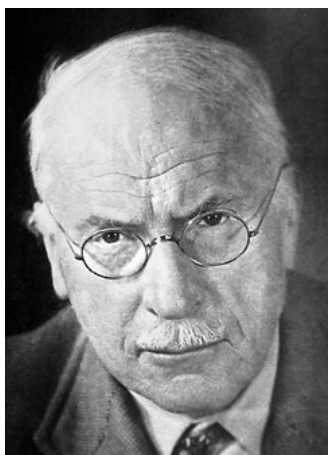
Entretanto, a Psicanálise não sofre apenas influências para a confecção do conceito de inconsciente. Darwin, ao contrário do que muitos acreditam, não se fixou apenas na seleção natural e na evolução, mas, também, desenvolveu conceitos, que vieram a ser desenvolvidos por Freud (Schultz e Schultz, 2002): conflitos mentais inconscientes, significação dos sonhos, o simbolismo oculto em sintomas estranhos de comportamento e a importância da excitação sexual.

Como poderemos ver em outras partes deste livro, Freud, mesmo tendo sido o fundador da Psicanálise, que pode ser considerada uma das escolas de personalidade mais famosas do mundo, não construiu o arcabouço psicanalista sozinho. Assim como em todos os outros sistemas, muitos depois vieram e contribuíram para o crescimento da escola. Alguns corroboraram e acrescentaram, outros revisaram, propondo um ponto ou outro de melhoria e, por fim, alguns pensadores atacaram ferozmente o sistema vigente, sendo que este fluxo não foi diferente com a Psicanálise.

Em relação a estas mentes, Anna Freud (1895-1982), a mais nova de seus seis filhos e única que seguiu os caminhos da psicanálise, em seus trabalhos, desenvolveu uma abordagem que abarcava crianças e sua imaturidade mental e baixa capacidade em se comunicar. Além disto, revisou a teoria do pai e ampliou o papel do ego em seu funcionamento independente do id (Schultz e Schultz, 2002).

Já considerando os dissidentes, um dos mais marcantes foi Carl Jung (1875-1961). De acordo com Schultz e Schultz (2002), embora fosse por algum tempo discípulo de Freud, Jung nunca foi acrítico. Mas, no início de sua afiliação, ele tentou suprimir suas dúvidas e objeções. Quando escrevia *A Psicologia do Inconsciente* (Jung, 1912), ficou muito perturbado, percebendo que, quando

essa declaração de sua posição fosse publicada, seu relacionamento com Freud seria prejudicado, pois as suas ideias diferiam em pontos importantes das do mestre. Durante meses, Jung não conseguia avançar com o livro, tamanha a sua aflição com a possível reação de Freud. É claro que ele terminou por publicar o livro – e o inevitável ocorreu.



Carl Jung

Carl Jung desenvolveu a Psicologia Analítica, que foi uma resposta às diversas diferenças entre ele e Freud, sendo que a maior delas, segundo Schultz e Schultz (2002), vincula-se com a natureza da libido. Enquanto Freud a definia em termos predominantemente sexuais, Jung a considerava a energia vital generalizada de que o sexo era apenas uma parte. Para Jung, essa energia vital libidinal básica se exprime no crescimento e na reprodução,

e também em outras atividades, a depender do que é mais importante para o indivíduo num momento particular. Jung desenvolveu ainda o conceito de inconsciente coletivo, rejeitou o complexo de Édipo, além de outros fatores, que falaremos melhor a seguir.

Além dele, vieram Alfred Adler (1870-1937), que acreditava que o comportamento humano é determinado por forças sociais e não biológicas, mas reconhecia o papel da infância na determinação da personalidade do sujeito e Karen Horney (1885-1952), que contestou veementemente a influência da sexualidade na personalidade, o complexo de Édipo e não aceitava a ideia de libido.

Cabe ressaltar que a Psicanálise apresentou outras mentes que contribuíram imensamente para a disseminação da Psicanálise e dos estudos da personalidade, como Gordon Allport, Henry Murray, Erik Erikson, dentre outros, mas, como estamos fazendo apenas uma retrospectiva dos acontecimentos, não cabe reproduzirmos com detalhes as teorias de todos eles.

No pós-guerra, já com a Gestalt e suas contribuições para a percepção e aprendizagem solidificadas, a Psicanálise, mundialmente respeitada e sendo revisada, com os conceitos de inconsciente, sexualidade e o papel dos instintos ocupando o seu espaço, assim como o Behaviorismo e os seus estudos com foco

no comportamento e não na consciência fizeram da Psicologia algo muito diferente de sua concepção inicial. Entretanto, nenhuma destas correntes, mesmo na atualidade, conseguiu predominar. Neste sentido, a liberdade de pensamento e poder criativo do ser humano fizeram com que outros movimentos viessem à tona, dentre eles, um que marcou época e ainda hoje é muito influente: chama-se Psicologia Humanista, que também foi apelidada com a “terceira força”.

Para ser mais exato, a psicologia humanista surgiu para trazer outra forma de se enxergar a Psicologia e o ser humano, diferente da Psicanálise e do Behaviorismo. Não colocamos a Gestalt neste processo, porque esta, apesar de ter contribuído bastante para a Psicologia, de acordo com Schultz e Schultz (2002), conserva boa parte de sua identidade distinta, visto que os seus principais pilares não foram absorvidos por inteiro pela corrente principal do pensamento psicológico.

Neste contexto, a psicologia humanista, como já explicamos no tópico da perspectiva humanista, tem como foco de linha de pensamento o ser humano. Assim, como as mentes mais influentes neste pensamento temos Abraham Maslow e Carl Rogers.

Em relação às suas influências, a psicologia humanista exibiu no início de seu desenvolvimento as mesmas características que vimos em todos os outros novos movimentos da história da psicologia. Seus membros foram enfáticos em apontar as fraquezas das posições mais antigas, o comportamentalismo e a psicanálise, ambas bases sólidas a partir das quais tomar impulso. Muitos psicólogos humanistas eram zelosos e cheios de retidão, preparados para combater os demônios da situação estabelecida, sendo que a sua formalização foi com a fundação da publicação *Journal of Humanistic Psychology*, em 1961, da Associação Americana de Psicologia Humanista, em 1962, e da Divisão de Psicologia Humanista da APA, em 1971. Assim, os traços distintivos de uma escola coesa de pensamento ficaram evidentes. Os psicólogos humanistas deram sua própria definição de estudo, seus próprios métodos e sua própria terminologia. E, sobretudo, possuíam aquilo que todas as outras escolas de pensamento se gabavam de ter em seus primeiros dias: uma apaixonada convicção de que o seu era o melhor caminho a ser seguido pela psicologia (Schultz e Schultz, 2002).

Em resumo, como é possível perceber, assim como na Psicologia como um todo, na psicologia da personalidade o seu crescimento aconteceu pelo ato de discordar, que fez com que estas escolas viessem à tona e tornassem tão rico o universo da personalidade. Inclusive, esta é uma das vantagens de ser um

campo do saber pré-paradigmático, cujas partes ainda discordam e contribuem para o crescimento da Psicologia como um todo.

Questões básicas no estudo da personalidade

A Psicologia da Personalidade é bastante ampla e assim como a Psicologia como um todo, não possui um único paradigma que delimita suas estratégias e ações, fazendo com que outras visões sejam abandonadas. Como a Psicologia ainda é uma ciência pré-paradigmática, não existe ainda um norte a seguir. Por isto mesmo, cada linha de pensamento ainda contribui para o crescimento desta ciência e uma vasta gama de conhecimentos ainda é lembrada, não importando a necessidade de se saber a qual corrente pertence.

Natureza Humana

A primeira questão que podemos citar como algo inerente à Psicologia como um todo é a questão da natureza humana. Rousseau, Hobbes e outros filósofos já discutiam sobre a importância do entendimento da natureza humana para a compreensão dos ecossistemas pelos quais os seres humanos estão envolvidos, sendo que esta discussão ainda perdura, pois teorias modernas divergem sobre este ponto.

Como veremos mais à frente, Freud considera primordiais, questões ligadas ao inconsciente. Skinner, por exemplo, discorda deste pensamento e acredita que a consciência e o comportamento é quem ditam as regras. Os Humanistas abordam a personalidade por um olhar centrado na própria pessoa, divergindo diretamente da ideia de inconsciente, e por aí vai. Em outras palavras, a natureza humana, a discussão sobre a natureza humana, além de não estar norteadada, ainda se aprofundou. A questão atual não está mais atrelada apenas em saber se somos bons ou maus por natureza, mas também em saber quais são as fontes de todo o material humano: pensamento, comportamentos, atitudes e afins.

Os proponentes de diferentes pontos de vista tiveram diferentes experiências de vida e foram influenciados por diferentes tradições históricas (Pervin & John, 2001). Ou existe alguma dúvida de que as vidas de Jean-Jacques Rousseau (Suíço, filósofo, músico, teórico político e nativo do Iluminismo) e Freud (Império Austríaco, médico neurologista e que viu o nascimento do capitalismo) foram muito diferentes? Assim, além de fatos e evidências científicas, as teorias da personalidade são influenciadas por fatores pessoais, pelo espírito

da época e por pressupostos filosóficos característicos dos membros de uma dada cultura (Pervin, 1987b). Ainda que baseada em dados observados, as teorias enfatizam seletivamente certos tipos de dados e extrapolam além do que é conhecido e, portanto, podem ser influenciadas por fatores pessoais e culturais. Até certo ponto, falamos sobre nós mesmos ao desenvolver teorias psicológicas. Isso não é um problema em si. Os determinantes pessoais de uma teoria somente representam um problema quando as experiências pessoais se tornam mais importantes do que outros tipos de experiência e ignoram as evidências de pesquisa (Pervin & John, 2001).

Em suma, podem existir diversas correntes de pensamento, que serão influenciadas pelo ambiente que o estudioso vive ou pela cultura que respira, mas, se for mantido o rigor científico, não tem qualquer problema. Pelo contrário, esta pluralidade de pensamentos e pontos de vista são fatores preponderantes para o volume de produção na direção de novos conteúdos ou de aprofundamento das linhas de pesquisa já existentes, que hoje impera na Psicologia.

Outra discussão muito presente na Psicologia: questões externas ao sujeito realmente são mais importantes do que fatores internos?

Segundo Pervin & John, todas as teorias da personalidade reconhecem que fatores internos ao organismo e eventos no ambiente circundante são importantes para determinar o comportamento. Entretanto, as teorias diferem no nível de importância atribuído aos determinantes internos e externos. Considere-se, por exemplo, a diferença entre a visão de Freud, de que somos controlados por forças internas desconhecidas, e a sugestão de Skinner, de que **“uma pessoa não age sobre o mundo, o mundo age sobre ela”** (1971, p. 211). Enquanto a visão freudiana considera a pessoa como ativa e responsável por seu comportamento, a skinneriana considera a pessoa como vítima passiva dos eventos no ambiente. A visão freudiana sugere que concentremos nossa atenção naquilo que está acontecendo dentro da pessoa; a visão skinneriana sugere que esses esforços são insensatos e que seria lógico nos concentrarmos em variáveis ambientais.

Embora as visões freudianas e skinnerianas representem exercemos que muitos psicólogos evitam a maioria dos psicólogos ainda enfatiza suas teorias na direção de fatores internos ou externos. Periodicamente, há uma mudança de ênfase dos fatores internos para os externos ou vice-versa, com um ocasional chamado para uma investigação da relação entre os dois. Por exemplo, na década de 40, um psicólogo bradou contra a tendência prevalecente de superestimar a importância de fatores internos (pessoais) sobre os externos

(ambientais) para a personalidade (Ichheiser, 1943). Na década de 1970, outro psicólogo perguntou: “Onde está a pessoa na pesquisa de personalidade?” (Carlson, 1971). Mais recentemente, o debate com relação ao papel das forças internas e externas em governar o comportamento foi ressaltado na controvérsia pessoa-situação. Em seu livro de 1968, *Personality and Assessment*, o teórico da aprendizagem social Walter Mischel criticou as teorias da personalidade tradicionais por sua ênfase em estruturas internas estáveis e duradouras, que leva à percepção do comportamento das pessoas como razoavelmente imutável com o tempo e através de diferentes situações. Ao invés de enfatizar características amplas da personalidade que funcionam independentemente de fatores externos, Mischel sugeria que as mudanças nas condições internas ou ambientais modificam o modo como a pessoa se comporta. Tais mudanças resultam em comportamentos que são relativamente específicos das situações: cada situação ambiental age independentemente para afetar o comportamento individual (Pervin & John, 2001).

Neste contexto, a resposta para este tópico ainda se encontra em aberto. Não existe uma resposta fechada para esta pergunta. Alguns acreditam que fatores internos são preponderantes, outros, o contrário, mas praticamente toda a comunidade científica considera ambos os fatores como influenciadores do comportamento humano. Como falamos no parágrafo anterior, a opinião de que é externo ou interno apenas já não se sustenta mais.

O que é Self?

Uma das grandes contribuições das diversas correntes psicológicas que já atuaram em algum momento foi a construção da definição de self. Atualmente, temos uma visão holística do ser humano e já é notório que o ser humano é um todo e não apenas o somatório das partes. Hoje sabemos que um problema de visão não necessariamente é fruto de um problema nos olhos. Realmente, pode ser um problema nos olhos, mas também, no cérebro, psicológico ou de qualquer item que esteja presente nesta engrenagem. Da mesma maneira, a formação da estrutura do comportamento e do self segue esta mesma premissa. Um comportamento não possui sua causa no fator que esteja diretamente ligado. Por exemplo, uma pessoa não rouba comida apenas para comer. Existem diversos fatores que podem ter influenciado este ato, que para nossa sociedade é ilícito. Ele pode ter roubado para entrar numa organização criminosa, para

aumentar seu poder de consumo, ou por questões internas e de como este compreende as leis. Ou seja, existem diversos fatores.

Tradicionalmente, o conceito de self tem sido enfatizado por três razões. Em primeiro lugar, nossa consciência de nós mesmos representa um importante aspecto de nossa experiência fenomenológica ou subjetiva. Em segundo, um número considerável de pesquisas sugere que a maneira como nos sentimos a nosso próprio respeito influencia o nosso comportamento em muitas situações. Em terceiro, como mencionado, o conceito de self é utilizado para expressar os aspectos organizados e integrados do funcionamento da personalidade humana. Ao questionar se o conceito de self é necessário, o renomado teórico Gordon Allport (1958) sugeriu que muitos psicólogos tentaram em vão explicar a integração, organização e unidade da pessoa humana, sem fazer uso do conceito de self (Pervin & John, 1981).

Sem um conceito de self, o teórico é abandonado à tarefa de desenvolver um conceito alternativo para expressar os aspectos integrados do funcionamento humano. Por outro lado, a confiança no conceito de self deixa o teórico com a tarefa de definir o self de maneira que possibilite que ele seja estudado de maneira sistemática, ao invés de deixá-lo definido, de maneira vaga, como algum estranho ser interior. Assim, como podemos explicar os aspectos organizados da personalidade e a utilidade do conceito do self nesse sentido, permanece uma importante questão de interesse para os psicólogos da personalidade (Pervin & John, 2001).

Consciência ou Inconsciência

Existem alguns casos no Direito Criminal que traz à tona esta discussão: somos consciência ou inconsciência? No caso de um réu acusado de crime hediondo, principalmente quando se trata de algo que vai contra valores básicos de nossa sociedade (por exemplo, assassinato de pais ou filhos) muitos levantam a hipótese de que ele sofra de distúrbios psíquicos. Em outras palavras, fatores inconscientes predominam sobre a consciência e influenciam diretamente o comportamento. John B. Watson, fundador do Behaviorismo, afirma a importância e a predominância do comportamento, pois este é a medida da consciência. Ele foi um crítico do conceito de inconsciente, pois acreditava que este não poderia ser medido. No entanto, como já dissemos, a Psicologia é uma ciência pré-paradigmática, sem uma Lei Universal, ou mesmo uma teoria

predominante. Vale a pena verificarmos esta relação de consciente-inconsciente mais a fundo.

Até que ponto temos consciência de grande parte de nossa vida mental interna e das causas do comportamento? Uma questão de contínua preocupação para a maioria dos teóricos da personalidade é como conceitualizar o papel de diferentes estados de consciência no funcionamento individual (Kihlstrom, 1990; 1999; Pervin, 1996; 1999). A maioria dos psicólogos concorda que existe um potencial para diferentes estados de consciência. Os efeitos de drogas, juntamente com o interesse em religiões orientais e técnicas de meditação, serviram para aumentar o interesse dos teóricos da personalidade em uma grande variedade de estados alterados de consciência. A maioria dos teóricos também aceita a visão de que não estamos sempre atentos ou conscientes de fatores que influenciam o nosso comportamento. Entretanto, muitos sentem-se desconfortáveis com a teoria de Freud do inconsciente; eles sentem que ela é utilizada para explicar coisas demais e que ela própria não se aplica a uma investigação empírica (Pervin & John, 2001).

Mas, como iremos explicar fenômenos tão diversos como atos falhos, sonhos e nossa capacidade em certas circunstâncias para lembrar eventos do passado que pareciam ter sido esquecidos? Seriam esses fenômenos relacionados ou separados? Eles devem ser compreendidos segundo o funcionamento de um inconsciente, ou existem explicações alternativas possíveis? (Pervin & John, 2001). As respostas para esta pergunta, como veremos mais à frente, cada teoria tem a sua. No entanto, como não existe qualquer predominância entre elas, ainda veremos muitos debates sobre estes temas.



ATIVIDADES

01. Pesquise um artigo de cada perspectiva de personalidade realizada no último ano.
02. Verifique mais um autor da personalidade que tenha tido grande influência de cada linha de pensamento citada neste capítulo.
03. Liste os prós e contras de cada linha da personalidade.
04. Faça uma resenha crítica da corrente da personalidade que mais se identifica.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fadiman, J.; Frager, R. **Teorias da personalidade**. São Paulo: Harbra, 1986.

Cloninger, S. C. **Teorias da personalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Pervin, L. A.; John, O. P. **Personalidade: Teoria e pesquisa**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Schultz, D. P.; Schultz, S. E. **História da Psicologia Moderna**. 16 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

2

O estudo e a avaliação da personalidade

2. O estudo e a avaliação da personalidade

Num outro tópico deste capítulo, falamos sobre como a Psicologia da Personalidade flerta com a Psicologia Ingênua, que representa o cotidiano das pessoas, fonte primal do estudo da primeira.

Muitas vezes, as pessoas vivem uma situação, pensam sobre ela, se impactam por ela e levantam diversos questionamentos a respeito, gerando assim, através da história, diversos estudos que hoje constituem a Psicologia. No entanto, para considerarmos a Psicologia atual, a origem da curiosidade sobre um tema não o resolve por si só. A forma como se testa e se descobre como um conhecimento acontece também é muito importante. Não é à toa que desde o Renascimento, este assunto se encontra em voga em nossa sociedade e fez com que Francis Bacon criasse um esboço de um método que permitisse às pessoas padronizarem este “como” para se parametrizar o “o quê” e o “por quê”. Mais à frente, Descartes finalizou o conceito do método científico, que ainda perdura.

O início da Psicologia Moderna, que teve como marco Wundt e seu laboratório em Leipzig no ano de 1889, só foi possível pelo fato dos estudiosos da Psicologia da época buscarem incessantemente o enquadramento do estudo do que viria se tornar a ciência da mente no método de Bacon e Descartes.

Com o passar do século XX, este método, que era aplicado nas ciências naturais, encontrou limitações, e o conceito de “ciência” sofreu profundas mudanças, fazendo com que as Ciências Humanas ganhassem corpo. Desta maneira, o entendimento de como a Psicologia da Personalidade trata seu conhecimento passou a ocupar papel central em sua abordagem.

De acordo com Cloninger (2003), as teorias da personalidade, como psicologia em geral, testam suas afirmações sobre as pessoas por meio do método científico. O método científico requer observações sistemáticas e uma disposição para modificar a compreensão em função dessas observações. O pressuposto do determinismo é fundamental no método científico. O determinismo equivale ao pressuposto de que os fenômenos em estudo têm causas e de que essas causas podem ser descobertas pela investigação empírica. Mesmo os teóricos da personalidade filiados a outras correntes concordam nesse ponto (Kimble, 1984).

No método científico, dois diferentes níveis de abstração são importantes (Cloninger, 2003):

- a) Teórico;
- b) Observável.

No primeiro caso, diz-se que eles estão causalmente relacionados numa proposição teórica que afirma: “Autoestima elevada causa responsabilidade social”. Os conceitos abstratos não podem ser diretamente observados. Eles, entretanto, correspondem a efeitos observáveis, indicados no nível observável, que são: autoestima – gostar de si, falar dos próprios sucessos, vestir-se bem, sorrir, etc. Já em relação à responsabilidade social, os pontos são: respeitar a lei, juntar-se a grupos políticos, reciclar e escore alto em Escala de Responsabilidade Social (Cloninger, 2003).

Em relação à teoria, já que falamos de uma das partes que a constituem (proposição teórica), precisamos falar também da sua outra parte: construtos teóricos.

De acordo com Cloninger (2003), os conceitos de uma teoria são denominados construtos teóricos. Um dos tipos de construtos teóricos é o traço da personalidade. Os traços são frequentemente considerados as unidades subjacentes da personalidade. Pelo fato de se supor que os traços permanecem constantes e determinam o comportamento, espera-se que as pessoas se comportem de forma coerente em diferentes momentos e em diferentes situações. Exemplos de traços: tímido, inteligente, esportivo e assim por diante.

Como já explicamos, os traços de personalidade, que estão inclusos no campo de construto, não são observáveis. O que acontece neste tipo de situação é a busca pelas comprovações deste construto, que indica as proposições teóricas.

Uma teoria contém muitas proposições teóricas que descrevem o modo como os construtos estão relacionados. Por exemplo, na situação da autoestima e responsabilidade social foi levantada a hipótese de que a “autoestima causa responsabilidade social”. Tanto a autoestima como a responsabilidade social são construtos teóricos e, quanto tais constituem ferramentais conceituais abstratas que não podem ser diretamente observadas. As proposições teóricas também constituem afirmações abstratas que não são, elas mesmas, diretamente observáveis (cf. Clark & Paivio, 1989; Cloninger, 2003).

Para Cloninger (2003), para testar uma teoria, as predições sobre fenômenos observáveis derivam logicamente das proposições teóricas. Considere-se o exemplo de uma proposição teórica clássica em psicologia que afirma: “A frustração provoca agressão”. Quando essa proposição é enunciada em termos de fenômenos observáveis (isto é, em termos de construtos operacionalmente definidos), temos uma hipótese, que pode ser testada por meio de observações empíricas.



OBJETIVOS

- Explicar a relação entre teoria e pesquisa;
- Compreender quais técnicas de medida são mais usuais;
- Noções dos métodos de pesquisa mais utilizados;
- Saber aspectos básicos em qualquer;
- Ter conhecimento sobre aspectos que podem levar ao erro em pesquisa;
- Entender como os dados são tratados.

Qual a relação entre Pesquisa e Teoria?

Depois do entendimento de como os dados podem ser trabalhados pela Psicologia da Personalidade, cabe em bom tom o entendimento da relação de teoria e pesquisa. Como demos uma pincelada entre o que é uma teoria, assim como nos dados que podem ser trabalhados, precisamos entender como esta correlação entre teoria e prática pode ser desenvolvida.

De acordo com Cloninger (2003), a pesquisa e a construção de teorias da personalidade caminham idealmente, juntas. No nível da teoria propõem-se construtos e proposições teóricas. Por um processo de raciocínio dedutivo surgem hipóteses, e por meio da pesquisa elas são testadas. A análise dos dados é a ligação entre eventos observáveis e conceitos teóricos, ligação essa que se intensificou pela disponibilidade das sofisticadas análises por computador (I. B. Weiner, 1991). Desenvolvimentos teóricos requerem com frequência novos instrumentos de mensuração, talhados para se ajustar às novas conceituações (cf. Fiske, 1973).

A teoria conduz à pesquisa. O inverso também é verdadeiro: a pesquisa conduz à teoria (Gigerenzer, 1991). Observações não explicadas levam os cientistas

a pensar indutivamente. Eles sugerem, então, construtos e proposições teóricas novas ou revisadas. No entanto, a relação entre teoria e pesquisa é menos clara na realidade do que no mundo ideal descrito nos livros. Chegou-se a afirmar, inclusive, que a teoria às vezes obstrui a pesquisa (Greenberg, Solomon, Pyszczunski&Steinberg, 1988; Greenwald&Pratkanis, 1988; Greenwald, Pratkanis, Leippe&Baumgardner, 1986). A enxurrada de fatos acumulados pelos estudos investigados pode às vezes ser maior do que aqueles que a teoria consegue organizar. Contudo, seria imprudente negligenciar uma teoria, por exemplo (Hogan & Nicholson, 1988; Kagan, 1988; Kukla, 1989; Landy, 1986), assim como seria imprudente aceitar uma teoria não-testada. Uma teoria sem pesquisa adequada torna-se estanque. A pesquisa sem uma teoria adequada pode ficar sem rumo (Cloninger, 2003).

Como já falamos um pouco sobre teorias, a partir de agora, vamos dar maior atenção aos fatores que constituem uma pesquisa. O método científico, desde a época de Bacon, possui alguns parâmetros que devem ser seguidos para que a busca pelo conhecimento não seja prejudicada. Mesmo sabendo que o método tenha sofrido alterações, principalmente pelas restrições e demandas específicas do conhecimento a ser estudado, o padrão, marca do método das ciências naturais, ainda se mantém intocável nas diversas esferas de ciência.

No que tange à ética das pesquisas e das políticas públicas, Pervin & John levantam algumas questões pertinentes.

Primeiramente, falaremos sobre a ética nas pesquisas. Os indivíduos que conduzem o experimento têm o direito de exigir a participação dos sujeitos? De enganá-los? Quais são as responsabilidades éticas dos pesquisadores com os sujeitos e com a Psicologia como ciência? A questão anterior preocupou a American Psychological Association, que adotou uma lista de princípios éticos relevantes (Ethical Principles of Psychologists, 1981). A essência desses princípios é que “o psicólogo conduz a investigação com respeito e consideração pela dignidade e pelo bem-estar das pessoas que participam”. Isso envolve avaliar a aceitabilidade ética da pesquisa, determinar se os sujeitos do estudo estarão correndo algum tipo de risco e estabelecer um acordo claro e justo com os participantes da pesquisa no que diz respeito às obrigações e responsabilidades de cada um. Embora o uso da omissão ou engano seja reconhecidamente necessário em alguns casos, são apresentadas diretrizes severas. É responsabilidade do investigador proteger os participantes do desconforto, dano ou perigo físico e mental (Pervin& John, 2004).

Quanto à ética, em relação às políticas públicas e desta com a Psicologia, Pervin & John (2004) citam que, embora ainda em um estágio inicial de desenvolvimento como ciência, a Psicologia está relacionada com questões humanas fundamentais, e os psicólogos frequentemente devem administrar testes relevantes para um emprego ou admissão e sugerir a relevância da pesquisa para as políticas públicas. Os testes de personalidade são frequentemente utilizados como parte de programas de emprego, promoção ou admissão para a pós-graduação; os resultados de pesquisas têm influenciado políticas governamentais quanto à imigração, a programas de educação compensatória, como o Head Start, e à violência na televisão. Nesse caso, cabe aos psicólogos a responsabilidade de serem cautelosos na apresentação de suas descobertas e de informarem os limites de seus resultados no que diz respeito a decisões relacionadas com recursos humanos e com a criação de novas políticas.

Medindo a personalidade

Uma das premissas básicas de uma ciência é a sua capacidade de medir suas variáveis de interesse. Uma ciência, se não conseguir medir suas variáveis, ou parte delas que interessam, não pode ser considerada ciência. Esta premissa ainda se mantém firme desde a época de Francis Bacon e seu método, que se encaixou perfeitamente para as ciências naturais, mas que sofreu com suas limitações perante as ciências humanas.

Neste sentido, abaixo seguem algumas das mais usadas técnicas de mensuração usadas no universo da Psicologia da Personalidade.

Técnicas de mensuração

Várias técnicas de mensuração têm sido utilizadas em pesquisa da personalidade. Em geral, pede-se aos sujeitos que façam alguns tipos de afirmações verbais que posteriormente serão analisadas. A pesquisa da personalidade depende em grande parte de relatos verbais, mas esse método tem limitações muitas vezes desconsideradas (Ericsson & Simon, 1980, 1983).

Em relação às técnicas de mensuração, existem muitas maneiras de se medir algum construto na psicologia. Abaixo, seguem algumas maneiras:

- **Medidas de autoavaliação direta:** pede-se aos sujeitos que respondam à perguntas específicas, geralmente sob a forma de testes de múltipla escolha. Podem ser questionários (que medem um traço ou construto) ou inventários (que medem vários traços ou construtos). Por exemplo, o California Personality Inventory (Inventário de Personalidade da Califórnia) e o Minnesota Multiphasic Personality Inventory (Inventário de Personalidade Minnesota Multiphasic). Embora sejam geralmente fidedignas, as medidas de autoavaliação apresentam algumas desvantagens. Os sujeitos podem não ter um autoconhecimento suficiente para fornecer informações precisas, podem dar respostas falsas intencionalmente ou podem ser influenciados por modalidades de resposta, como a tendência a concordar com questões independentes de seu conteúdo (Vane & Guarnaccia, 1989; P. White, 1980). Os métodos de autoavaliação direta, por serem de fácil aplicação, são largamente utilizados, não raro em excesso (Kagan, 1988). Embora seja um erro supor cegamente que os questionários baseados na autoavaliação possam ser tomados ao pé da letra, eles fornecem dados valiosos:

- **Medidas indiretas:** quando as pessoas falam ou escrevem sem ter de escolher entre respostas de múltipla escolha; muitas das fontes de distorção diminuem. Questões abertas (por exemplo, “Fale-me sobre sua experiência na faculdade”) ou outros materiais (diários, cartas, etc.) podem fornecer dados a serem interpretados pelo pesquisador (C. P. Smith, 1992). Testes projetivos confrontam os sujeitos com estímulos ambíguos (tais como borrões de tinta ou figuras) aos quais devem responder. **A abordagem indireta pode evitar algumas das deficiências das informações verbais.** (Que história você poderia imaginar a partir de um borrão de tinta para parecer bem adaptado, por exemplo? É difícil dizer!) **A abordagem indireta pode revelar materiais que a pessoa não tem consciência, evitando assim, as fraudes intencionais e as limitações da experiência consciente.**

- **Medidas comportamentais:** estas são incluídas às vezes nas pesquisas de personalidade. Esse tipo de mensuração ajuda a desenvolver uma compreensão da personalidade no seu contexto real. Os pesquisadores observam as pessoas na vida real ou em laboratório, ou pede-se aos sujeitos que forneçam informação sobre suas experiências reais, por exemplo (Keisling, Gynther, Greene & Owen, 1993). **No entanto, essas auto-avaliações nem sempre são precisas** (Sanitioso, Kunda & Fong, 1990; Strauman, 1990).

De acordo com Pervin & John (2004), embora todos os pesquisadores da personalidade tenham em comum o objetivo de alcançar a confiabilidade, a validade e o desenvolvimento de teorias, que falaremos melhor no tópico seguinte, diferem quanto à estratégia em relação a quais seriam as melhores rotas para esses objetivos. Em alguns casos, as diferenças nas estratégias de pesquisa são pequenas, limitadas à escolha de um procedimento experimental ou de um teste sobre outros. Em outros casos, contudo, as diferenças são importantes e expressam uma diferença em abordagem mais fundamental. **A pesquisa da personalidade tende a seguir uma dessas três abordagens.** Por razões comparativas, iremos considerar a pesquisa de cada abordagem relevante para a questão do **estresse e do desamparo**. Isso nos permitirá ver como os dados coletados com diferentes procedimentos de pesquisa podem ser consistentes e como podem levar a um maior entendimento dos fenômenos de interesse. Seleccionamos o **tópico do estresse e do desamparo por causa do interesse intrínseco e de sua atual importância na pesquisa da personalidade.**

Abaixo, seguem as três abordagens supracitadas:

- a) Estudo de Caso;**
- b) Estudo Laboratorial e Pesquisa Experimental;**
- c) Pesquisa Correlacional.**

A – Estudo de Caso

O estudo de caso é uma investigação intensiva de um único indivíduo. Por exemplo, um psicólogo clínico pode descrever um cliente, ou um psicólogo educacional, uma criança. Quando a ênfase recai sobre considerações teóricas, os estudos são chamados de psicobiografias. Na psicobiografia, o pesquisador muitas vezes trabalha mais com dados de arquivo, como cartas, livros e entrevistas, do que interagindo diretamente com a pessoa descrita (Cloninger, 2003).

O material coletado pelo psicanalista Sigmund Freud ilustra essa abordagem. Estudos de caso e observações aprofundadas, realizados por clínicos trabalhando com pacientes, desempenharam importante papel no desenvolvimento de algumas grandes teorias da personalidade. À medida que as teorias evoluíam, e uma vez que eram desenvolvidas, esforços adicionais eram realizados para formular hipóteses que pudessem ser testadas de maneira mais

sistemática, através de meios experimentais. Entretanto, o foco inicial desses teóricos estava na observação de pacientes, e essas observações clínicas que eles e seus seguidores realizaram continuaram a desempenhar um papel importante na elaboração (Pervin & John, 2004).

De acordo com Cloninger (2003), os estudos psicobiográficos não precisam ficar limitados a uma só pessoa. Podem investigar vários indivíduos que representam algum grupo particular, como as mulheres (H. M. Buss, 1990) ou os homossexuais (G. Sullivan, 1990). A ênfase, porém, continua recaindo sobre a personalidade individual, desde que os vários membros do grupo sejam considerados similares. Em contraposição, a psico-história debruça-se sobre um período histórico da humanidade. Muitas das teorias que estudaremos, especialmente as teorias psicanalíticas (Freud, Jung e Adler), permitem compreender situações históricas e biográficas.

Segundo Pervin e John (2004), a pesquisa clínica tem vantagens e limitações, dependendo do que está sendo investigado e da maneira como a pesquisa é conduzida. De modo geral, na pesquisa clínica, examina-se o comportamento de interesse diretamente e não é necessário extrapolar a partir de um cenário artificial para o mundo real. A pesquisa clínica também pode ser o único meio exequível para o estudo de certos fenômenos (por exemplo, estresse em tempos de guerra). E, através do uso de estudos de caso, pode-se observar a total complexidade de processos da personalidade e de relações entre o indivíduo e o ambiente. Já sugerimos que parte do que é peculiar ao campo da personalidade é a sua ênfase na organização de estruturas e processos que ocorrem dentro da pessoa. A pesquisa clínica aprofundada e os estudos de caso proporcionam uma oportunidade e os estudos dessa organização. Ao mesmo tempo, essa pesquisa pode envolver impressões subjetivas por parte dos pesquisadores, o que acaba resultando no fato de cada investigador realizar diferentes observações. Como os pesquisadores fazem observações subjetivas, eles acumulam dados que perdem consideravelmente em confiabilidade e validade.

O estudo aprofundado de alguns indivíduos tem duas características principais, que são diferenciadas das pesquisas com grupos (Pervin, 1983). Primeiramente, as relações estabelecidas para um grupo como um todo podem não refletir a maneira como qualquer indivíduo se comporta ou a maneira como alguns subgrupos de indivíduos se comportam. A curva do aprendizado médio, por exemplo, pode não refletir a maneira como certo indivíduo aprende. Em segundo, considerando apenas dados de grupo, pode-se não notar alguns insights valiosos dos processos que ocorrem com certos indivíduos. Algum tempo

atrás, Henry Murray defendeu a utilidade de estudos de indivíduos, assim como de grupos, da seguinte forma: “Em palavras leigas, os sujeitos que respondem como a maioria podem fazê-lo por diversas razões. Além disso, uma resposta estatística não explica a resposta incomum (exibida pela minoria). Pode-se apenas ignorá-la como uma exceção infeliz à regra. As médias obliteram os ‘caracteres individuais de organismos individuais’ e, assim, não conseguem revelar a interação complexa de forças, que determina cada evento concreto” (1938, p. viii, Pervin & John, 2004).

Retomando ao assunto específico de psicografias, William Mckinley Runyan define a psicografia como “o uso explícito da psicologia formal ou sistemática na biografia (1982c, p. 233). Embora muitas teorias possam ser utilizadas, no passado, várias psicobiografias basearam-se na teoria psicanalítica. A primeira psicobiografia foi escrita pelo fundador da psicanálise, Sigmund Freud (1910/1957): um estudo de Leonardo da Vinci. Ironicamente, esse estudo foi criticado por não seguir os padrões da psicobiografia profunda que Freud estabeleceu no mesmo artigo (Elms, 1988^a). A psicanálise alerta para o fato de que fatores subjetivos (transferência) podem ser uma fonte de erro nas psicobiografias (Schepeler, 1990). A teoria psicanalítica tem sido a teoria predominante nas análises psicobiográficas desde o esforço inicial de Freud (por exemplo, Baron & Platsch, 1985; Ciardiello, 1985; E. H. Erikson, 1958b; Freud & Bullit, 1966), embora apresente algumas deficiências enquanto modelo de orientação. Por exemplo, os dados sobre a infância, tão importantes nas formulações psicanalíticas, geralmente são exíguos (Runyan, 1982c). A teoria conduz muitas vezes a uma ênfase excessiva num determinado período, “a falácia do período crítico”, ou em eventos específicos da vida, “eventismo” (Mack, 1971). A teoria também deixa de lado os fatores históricos e culturais que influenciam a personalidade (L. Stone, 1981; Cloninger, 2003).

Rae Carson sustenta que a psicobiografia é particularmente útil no estágio de “clarificação [...] da teoria”, mais do que na fase anterior de seu desenvolvimento ou em fases posteriores de comprovação por testes (1988, p. 106). Esse método força os pesquisadores a esclarecerem construtos e proposições teóricas verificando como eles se aplicam a uma instância particular (por exemplo, Howe, 1982) e pode estimular revisões de hipóteses quando as predições sobre o indivíduo não se vêem confirmadas (Elms, 1988b). Além disso, um determinado indivíduo pode ser entendido considerando-se apenas as influências situacionais e culturais que afetam aquela vida. Embora seja uma técnica idiográfica, a psicobiografia pode contribuir para ampliar o conhecimento. Pode

dirigir a atenção para influências desprezadas pela pesquisa nomotética e não suficientemente consideradas pelas teorias existentes (cf. Lomranz, 1986, Cloninger, 2003).

Conforme falamos mais acima, o estudo de caso, orientado por uma teoria, pode sofrer fortes influências de variáveis relacionadas a um momento histórico ou a uma situação específica. Neste sentido, sabendo que grande parte das teorias mais abrangentes e relevantes da psicologia surgiram na primeira metade do século XX, Pervin e John (2004) levantam uma pergunta: como a pesquisa clínica tem sido utilizada no que diz respeito ao estresse e ao desamparo? O conceito de ansiedade, em relação ao de estresse, recebeu considerável atenção clínica. O conhecido psicanalista Rollo May, em uma revisão da literatura, concluiu que “as características especiais da ansiedade são os sentimentos de incerteza e desamparo frente a situações de perigo” (1950, p. 191). A incerteza (ou a falta de controle) e uma sensação de desamparo são mencionadas repetidamente na literatura clínica. A primeira é frequentemente expressa no “medo do desconhecido” e é relacionada com uma sensação de impotência ou desamparo: um perigo desconhecido cria uma situação em que a atividade não pode ser dirigida para nenhum objetivo, com um sentimento resultante de paralisia mental e desamparo (Kris, 1944).

O que podemos concluir deste método, é que, além das vantagens e limitações que já citamos, este mostra-se como uma forma como as ciências humanas influenciaram o conceito de ciência. O método científico de Francis Bacon, que foi tão importante para a constituição das ciências, inclusive da Psicologia, já que foi o enquadramento do estudo da mente em seus parâmetros que esta cadeira conseguiu se elevar e utilizar a alcunha “ciência” encontrou suas limitações quando o objeto de estudo deixou de ser algo externo, como a natureza, e passou a ser o próprio homem. Neste momento, com esta barreira desafiadora à frente, graças à criatividade e necessidade do homem de saber e se reinventar apresentou como resultado a transformação deste método, adaptando-o para as necessidades do homem. Uma das consequências diretas deste movimento foi a utilização do método clínico.

B – Estudo laboratorial e pesquisa experimental

A pesquisa experimental envolve tentativas de adquirir controle sobre as variáveis de interesse e estabelecer relações causais do tipo se-então. Na abordagem experimental, por exemplo, o pesquisador pode criar condições de alta, mode-

rada e baixa ansiedade, e observar os efeitos de graus tão variados em ansiedade no processo de pensamento ou no comportamento interpessoal. O objetivo é conseguir fazer afirmações específicas sobre a causa, ou seja, alterando-se uma variável, pode-se produzir mudanças em outra variável. O laboratório proporciona o cenário para esse tipo de pesquisa (Pervin & John, 2004).

Segundo Cloninger (2003), numa verdadeira pesquisa experimental, relações hipotéticas de causa e efeito diretamente testadas, uma **variável independente**, que o pesquisador suspeita ser a causa, é manipulada por ele. Um **grupo experimental** é exposto à variável independente. Um **grupo de controle** não é exposto à variável independente. Ambos os grupos são, então, comparados para se verificar se apresentam resultados diferentes na **variável dependente**, que é o efeito hipotético.

Poderia ser realizado um experimento com o exemplo acima para verificar se assistir muita televisão estimula o comportamento agressivo. Um grupo experimental assistiria muita televisão e um grupo de controle, pouca. Depois, o comportamento agressivo de ambos os grupos no parque seria observado. Se assistir televisão (a variável independente) for a causa, haverá diferenças entre os dois grupos no seu nível de agressão (a variável dependente). Se alguma outra variável for a causa, os dois grupos não apresentarão diferenças quanto à agressividade (Cloninger, 2003).

Segundo Pervin e John (2004), a pesquisa clínica e a pesquisa experimental apresentam forte contraste em diversas maneiras. Ao passo que os clínicos fazem observações que são as mais próximas possíveis da vida, permitem que os eventos se desdobrem e estudam apenas alguns indivíduos. A pesquisa experimental no laboratório envolve o controle rígido sobre as variáveis e o estudo de muitos sujeitos. Para apreciarmos a abordagem experimental, vamos considerar um programa de pesquisa dirigido para um entendimento **dos efeitos do estresse e do desamparo. O** foco aqui é o uso de procedimentos experimentais no cenário do laboratório, embora vejamos que esses esforços foram ampliados ao uso de outros procedimentos de pesquisa.

Como ilustração à abordagem de laboratório à pesquisa, **iremos considerar o importante trabalho de Seligman e o conceito de desamparo aprendido.** Durante seus primeiros trabalhos sobre aprendizado e condicionamento do medo, Seligman e seus colegas observaram que os cachorros haviam transferido sua sensação de desamparo para outras situações em que o choque seria evitável. Na primeira situação, os **cachorros eram colocados em uma situação em**

que nenhuma resposta que eles fizessem poderia afetar o começo, o final, a duração ou a intensidade de choques. Quando colocados em uma segunda situação diferente, na qual pular sobre uma barreira poderia levar à fuga do choque, a maioria dos cachorros pareceu desistir e aceitar o choque passivamente. Eles haviam aprendido na primeira condição em que estavam desamparados, no sentido de não poderem influenciar os choques, e transferiram esse aprendizado para a segunda condição. Veja que isso ocorreu com a maioria dos cachorros (aproximadamente dois terços), mas não com todos (Pervin & John, 2004).

Ainda seguindo a descrição do experimento feita por Pervin & John (2004), o comportamento dos cachorros que haviam aprendido a ser desamparados foi particularmente marcante em comparação com o dos cachorros que não receberam nenhum choque ou que receberam choques em condições diferentes. Na situação em que fugir e evitar os choques era possível, os cachorros corriam freneticamente até acidentalmente tropeçarem na resposta que levava à fuga. A partir daí, eles progressivamente aprenderam a mover-se para aquela resposta com mais rapidez, até que, finalmente, eles eram capazes de evitar o choque por completo. Em comparação com esses cachorros “saudáveis”, os cachorros com desamparo aprendido correram da mesma forma frenética a princípio, mas depois pararam, deitaram-se e ganiram. Com tentativas seguintes, os cachorros passaram a desistir mais rapidamente e a aceitar o choque de forma mais passiva – a resposta clássica do desamparo aprendido. A profundidade de seu desespero tornou-se tão grande que ficou extremamente difícil mudar a natureza de suas expectativas. Os experimentadores tentaram facilitar a fuga dos cachorros e fazer com que eles fossem para os locais seguros, atraindo-os com comida – mas sem sucesso. Em geral, os cachorros apenas ficavam deitados onde estavam.

De acordo com Pervin & John (2004), mesmo fora dessa situação, o comportamento dos cachorros desamparados foi diferente do dos cachorros não desamparados: “Quando um experimentador vai à jaula e tenta remover um cachorro não-desamparado, ele não obedece zelosamente; ele late, corre para o fundo da jaula e resiste a ser manipulado. Ao contrário, os cachorros desamparados parecem murchar, eles afundam passivamente no chão da jaula, ocasionalmente rolando e adotando uma postura submissa; eles não resistem” (Seligman, 1975, p.25).

Outros estudos desenvolvidos por outros estudiosos comprovaram que a teoria do desamparo aprendido não é só replicável em animais, mas também

em seres humanos e em situações diferentes à testada. O desamparo pode ser aprendido também pelo modelo de aprendizagem social, de Albert Bandura. Em outras palavras, a pessoa pode aprender o desamparo à medida que presencia pessoas executando comportamentos que refletem o desamparo.

A explicação de Seligman sobre o fenômeno do desamparo aprendido foi que o animal ou a pessoa aprende os resultados não afetados pelo seu comportamento. A expectativa de que os resultados sejam independentes da resposta do organismo, portanto, possui implicações motivacionais, cognitivas e emocionais (Pervin & John, 2004):

1. Eventos incontroláveis impedem que a motivação do organismo inicie outras respostas que possam resultar em controle;
2. Como resultado da incontrolabilidade dos eventos anteriores, o organismo tem dificuldade de aprender que a sua resposta pode ter um efeito sobre outros eventos;
3. Experiências repetidas com eventos incontroláveis levam a um estado emocional semelhante ao identificado em humanos, como depressão.

Essa é a teoria do desamparo, uma teoria que também leva à sugestão com relação à prevenção e à cura. Em primeiro lugar, para prevenir que um organismo espere que os eventos sejam independentes de seu comportamento, devem-se proporcionar experiências em que ele possa exercitar o controle. Em particular, a experiência de controlar o trauma protege o organismo dos efeitos causados por experiências de trauma inevitável. Seligman lembra que os cachorros na pesquisa original que não se sentiram desamparados, mesmo quando expostos ao choque inevitável, provavelmente tinham históricos de traumas controláveis anteriores à sua vinda ao laboratório. Essa hipótese foi testada, e verificou-se que os cachorros com pouca experiência em controlar qualquer coisa eram particularmente susceptíveis ao desamparo (Beck, 1991; Pervin & John, 2004).

O que podemos perceber sobre estes relatos é que o método experimental foi o responsável por dissecar a teoria do desamparo aprendido. No entanto, como é possível perceber, principalmente quando levamos em conta os efeitos deste tipo de experimento, as respostas são alcançadas pelo método correlacional, que falaremos mais a seguir. Afinal de contas, até pelo fato da Psicologia ser um conhecimento pré-paradigmático, grande parte de seus conhecimentos ainda não foram esgotados e para se concluir algo sobre um assunto, muitas

vezes torna-se necessário mesclar formas de atuação, conhecimentos e outras ferramentas existentes.

De acordo com Pervin & John (2004), os psicólogos que criticam a pesquisa de laboratório sugerem que, com exagerada frequência, essa pesquisa é artificial e limitada em sua relevância para outros contextos. A sugestão aqui é que o que funciona no laboratório pode não funcionar em outros locais. Além disso, embora possam ser estabelecidas relações entre variáveis isoladas, essas relações podem não valer quando a complexidade do comportamento humano verdadeiro é considerada. Além disso, como a pesquisa de laboratório tende a envolver exposições relativamente breves a estímulos, esse tipo de pesquisa pode não captar processos importantes que ocorrem com o passar do tempo. Essas críticas são adicionadas, é claro, à limitação potencial devido ao fato de que nem todos os fenômenos podem ser reproduzidos em laboratório.

Em contrapartida, muitas das críticas à pesquisa experimental foram combatidas por psicólogos experimentais. Na defesa dos experimentos de laboratório, os seguintes argumentos são usados (Berkowitz & Dornnerstein, 1982; Pervin & John, 2004):

1. Essa pesquisa é a base adequada para testar hipóteses causais. A generalidade da relação estabelecida é, então, objeto de outras investigações;
2. Alguns fenômenos jamais seriam descobertos fora do laboratório;
3. Alguns fenômenos que seriam difíceis de estudar em outros locais podem ser estudados em laboratório (por exemplo, os sujeitos têm os limites bastante severos do cenário social natural);
4. Existe pouco suporte empírico para o argumento de que os sujeitos tipicamente tentam confirmar a hipótese do experimentador ou para a significância dos artefatos experimentais de maneira mais geral. De fato, muitos sujeitos são mais negativos do que conformistas.

Em suma, mesmo com alguns argumentos contrários à sua prática e validade, é inegável que o método experimental demonstrou o seu valor e que não podemos prescindir suas contribuições na construção de uma psicologia científica.

C – Pesquisa Correlacional

Grande parte da pesquisa de personalidade é correlacional. A pesquisa de correlação, que mede duas ou mais variáveis para estudar como elas estão relacionadas, é vital para aprofundar as descrições da personalidade. Se

um determinado construto teórico for medido de duas ou mais maneiras, as respectivas medidas deverão estar correlacionadas. Proposições teóricas que descrevem causas e efeitos podem ser testadas correlacionando-se a causa (definida operacionalmente) com o efeito (também definido operacionalmente) (Cloninger, 2003).

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Cloninger (2003), a análise fatorial é uma técnica estatística que procura verificar sistematicamente as relações entre diversas medidas. É útil para determinar se existe uma ou várias dimensões subjacentes num questionário composto de diferentes itens.

Ao falarmos de questionários, Pervin & John (2004) afirmam que os testes e questionários de personalidade são utilizados em situações em que o estudo intensivo dos indivíduos não é possível ou desejável, e nas quais não se pode conduzir experimentos de laboratório. Além disso, a vantagem dos questionários de personalidade é que uma grande quantidade de informações pode ser coletada, sobre vários sujeitos, de uma só vez. Embora o investigador não possa demonstrar controle sobre as variáveis de interesse, como no método experimental, existe a oportunidade de estudar variáveis que não são facilmente produzidas em laboratório.

O uso de testes e questionários de personalidade tende a ser associado a um interesse em diferenças entre indivíduos. Por exemplo, os psicólogos da personalidade têm interesse em diferenças individuais em ansiedade, amizade ou dominação. Além disso, existe a tendência desses psicólogos estudarem se os indivíduos que diferem em uma característica da personalidade também diferem em outra característica. Por exemplo, os indivíduos que são mais ansiosos também são menos criativos? Mais inibidos em seu comportamento interpessoal? Esse tipo de pesquisa é conhecido como pesquisa correlacional. Na pesquisa correlacional, o investigador busca estabelecer uma relação entre duas ou mais variáveis que não se aplicam prontamente à manipulação e ao controle experimental. Uma associação ou correlação é estabelecida, ao invés de uma relação de causa e efeito. Por exemplo, podemos dizer que a ansiedade está associada a um aumento em rigidez, ao invés de que a ansiedade causou um aumento em rigidez. Devido à ênfase nas diferenças individuais e no estudo de muitas variáveis de uma vez, os questionários e a pesquisa correlacional são bastante populares entre os psicólogos da personalidade (Pervin & John, 2004).

No momento em que falamos sobre o método experimental e suas limitações a respeito do estudo do desamparo aprendido, verificamos que o método

experimental ainda não havia conseguido explicar a relação entre o experimento e alguns efeitos destes. Segundo Abramson, Seligman e Teasdale, 1978; Abramson, Garber e Seligman, 1980; Pervin e John, 2004, a maneira como as pessoas interpretam os eventos e as bases para o seu desamparo aprendido parecia importante. Isso levou a um modelo reformulado de desamparo aprendido. Segundo essa reformulação, quando as pessoas se consideram desamparadas, elas perguntam por que são desamparadas. As pessoas respondem a questão por **que em termos de atribuições causais**. Sugere-se que existem três dimensões importantes de **atribuição causal**. **Em primeiro lugar, as pessoas podem atribuir a causa de seu desamparo a si mesmas ou à natureza da situação.** No primeiro caso, a causa do desamparo é vista como sendo interna ou pessoal. **No segundo caso, ela é vista como sendo externa ou universal.** Em segundo, as pessoas podem atribuir o desamparo a fatores específicos da situação em que se encontram ou à condições mais gerais no mundo ao seu redor ou em si mesmas. **Em terceiro, as pessoas podem considerar as condições de sua situação estáveis e relativamente permanentes ou instáveis e, talvez, temporárias.**

Em suma, três dimensões de atribuição causal são sugeridas no modelo reformulado de desamparo aprendido: interna-externa, específica-global e estável-instável. Considera-se que a atribuição que uma pessoa faz determine uma ampla variedade de consequências importantes. Por exemplo, considera-se que a atribuição que uma pessoa faz determine uma ampla variedade de consequências importantes. Outro exemplo, considera-se que a atribuição de falta de controle a fatores internos leve a uma perda maior em auto-estima do que uma atribuição a fatores externos. **Um estudante que perceba que fracassos contínuos se devem à sua própria falta de inteligência ou incompetência irá experimentar uma perda muito maior em auto-estima do que um estudante que perceba que o fracasso contínuo se deve à deficiências no ensino.** Se uma pessoa atribui a falta de controle a fatores globais, haverá uma maior generalização da resposta de desamparo aprendido para outras situações do que se uma atribuição mais específica da situação for feita. E se a pessoa atribui a falta de controle a fatores estáveis, como falta de capacidade ou problemas de currículo, haverá uma maior permanência dos efeitos ao longo do tempo do que se o desamparo for atribuído a fatores instáveis, como a maneira como a pessoa sentia-se naquele dia ou se ela estava com sorte ou não. A atribuição que é feita em resposta ao desamparo, portanto, irá influenciar se as expectativas de um desamparo futuro serão crônicas ou agudas, amplas ou restritas, ou se

a auto-estima será reduzida. Particularmente importante é a sugestão de que atribuições internas, globais estáveis apresentam aplicações importantes para o desenvolvimento da depressão (Pervin & John, 2004).

Ao falarmos sobre o estilo atributivo, estamos falando de aproximadamente 30 anos de trajetória, influenciando diversas pesquisas e contribuindo largamente para a produção científica em diversos ramos, não apenas na Psicologia. No entanto, de acordo com Peterson (1991); Peterson, Maier e Seligman (1993); Peterson e Park (1998) e Pervin & John (2004), o estilo atributivo, agora chamado de estilo explanatório, depois de uma recente revisão da literatura que diz respeito ao significado e à mensuração do **estilo explanatório**, sugere o seguinte:

1. **Existem evidências consideráveis do amplo impacto do desamparo aprendido em humanos e animais;**

2. Existem evidências consideráveis de que as pessoas têm estilos explanatórios característicos que são estáveis durante longos períodos de tempo, durando até toda a vida do indivíduo;

3. O estilo explanatório tem implicações para a motivação, a emoção e o comportamento. De maneira mais específica, um estilo explanatório pessimista (explicações internas, estáveis e globais para eventos negativos) é associado a menos motivação, desempenho mais fraco e emoções mais negativas que um estilo explanatório otimista. Nas palavras do famoso jogador de beisebol Yogi Berra: “Noventa por cento do jogo é cinquenta por cento mental”;

4. **Os sintomas do desamparo aprendido correspondem aos da depressão.** Indivíduos deprimidos, adultos e crianças, formam explicações internas, estáveis e globais para os eventos ruins e explicações externas, instáveis e específicas para os eventos bons. **Embora o estilo explanatório pessimista tenha sido associado à depressão, não foi demonstrada sendo a sua causa** (Robins e Hayes, 1995). Entretanto, acumulam-se evidências de que os estilos cognitivos negativos tornam o indivíduo vulnerável à depressão quando este enfrenta eventos negativos em sua vida (Alloy, Abramson e Francis, 1999);

5. **O estilo explanatório não é imutável. A terapia cognitiva pode melhorar o estilo explanatório e levar a um grande alívio da depressão** (DeRubeis e Hollon, 1995; Tang e DeRubeis, 1999a ; b);

6. **O desamparo aprendido e o estilo explanatório pessimista são associados a uma saúde fraca. Um estilo explanatório pessimista no começo da idade adulta é um fator de risco para a ocorrência de uma saúde fraca na idade adulta média e tardia.**

Em relação às suas deficiências, uma delas está relacionada ao fato de que ela não pode fornecer provas seguras de causalidade. Pode-se sempre encontrar interpretações causais alternativas para os resultados. Duas observações podem estar correlacionadas porque uma causa a outra (qualquer uma pode ser a causa) ou porque ambas são causadas por uma terceira variável. Por exemplo, suponhamos que, num estudo com crianças de escola primária, uma pesquisa de correlação descubra que duas variáveis estão associadas: número de horas diante da televisão (variável A) e agressividade das crianças, determinada pela observação do seu comportamento num parque (variável B). O que podemos concluir, baseados nessa pesquisa de correlação? Em primeiro lugar, é possível que A cause B, ou seja, assistir televisão aumenta o comportamento agressivo das crianças. Segundo, é possível que B cause A: crianças agressivas podem ser rejeitadas pelos amigos depois da escola e, não tendo com quem brincar, assistem televisão. Terceiro, é possível que outra variável, C, cause tanto A quanto B, provocando sua correlação sem que uma cause a outra. Qual poderia ser essa terceira variável? Talvez crianças com pais negligentes sejam levadas à assistirem mais televisão (já que não são incentivadas a exercer outras atividades que exigiriam maior participação dos pais) e também a serem agressivas no parque (pois não lhes ensinaram aptidões sociais mais maduras). O problema é que as pesquisas de correlação são sempre ambíguas no que diz respeito às causas subjacentes às associações observadas. Um estudo deste tipo não permite deduzir claramente que a agressividade poderia ser reduzida diminuindo-se a quantidade de horas diante da televisão, aumentando a atenção dos pais ou modificando-se qualquer outra causa potencial que poderia ser responsável pela redação (Cloninger, 2003).

Em relação ao argumento de Cloninger (2003), este cita ainda que modelos estatísticos sofisticados baseados na construção de equações estruturais podem testar hipóteses causais (Judd, Jessor & Donovan, 1986; West, 1986), mas tais técnicas requerem uma coleta de dados mais extensa, utilizando ao longo do tempo uma quantidade de mensurações muito maior do que as que a maioria dos estudos de correlação oferece. As ambiguidades causais podem ser resolvidas por meio de outra estratégia de pesquisa: a experimentação.

Outro ponto a considerar em relação à limitação desta forma de pesquisa tem a ver com a qualidade das repostas dadas pelos testandos, que, por sua vez, tem a ver com aspectos tendenciosos de respostas, que falaremos adiante. Só para ilustrar, as pessoas tendem a levar em consideração no momento em que

respondem a um questionário, não apenas o conteúdo da pergunta e da resposta, mas também aspectos particulares que determinam o seu estilo de resposta.

De acordo com Pervin e John (2004), embora os questionários de personalidade sejam atrativos por serem fáceis de usar e possam atingir muitos aspectos da personalidade que seriam difíceis de estudar de outra forma, frequentemente existem problemas substanciais para estabelecer sua confiabilidade e validade.

Confiabilidade e validade

A mensuração da personalidade envolve construtos teóricos operacionalmente definidos por meio da especificação do modo como serão avaliados. O tipo mais comum de mensuração é um teste de personalidade autoavaliativo, que faz uma série de perguntas, muitas vezes em forma de múltipla escolha, a partir de um conjunto padronizado de instruções. Mensurações inadequadas podem comprometer seriamente a pesquisa, embora muitos dos testes empregados nas pesquisas sejam, na melhor das hipóteses, minimamente adequados (West, 1986). O que garante uma mensuração correta? Algumas qualidades necessárias serão descritas a seguir (Cloninger, 2003):

Fidedignidade: Uma mensuração deve ser fidedigna, produzindo escores coerentes em cada oportunidade. A fidedignidade pode ser determinada de várias maneiras. Pelo método do teste-reteste avaliam-se os mesmos sujeitos em duas ocasiões diferentes e calcula-se em que medida os dois escores coincidem: as mesmas pessoas que obtêm escores altos na primeira ocasião também os obtêm na segunda? Se o teste for fidedigno, a resposta é afirmativa. Será possível, no entanto, que esses indivíduos simplesmente se lembrem do modo como responderam ao teste na primeira vez (mesmo que fossem apenas palpites) e que por essa razão não tenha havido alteração dos escores? O método de testes paralelos contorna esse problema fornecendo diferentes versões do questionário a cada avaliação. Se os sujeitos forem testados apenas uma vez, a fidedignidade pode ser estimada pelo cálculo de subescores baseados nas duas metades do questionário. Geralmente, todas as questões de número ímpar são somadas para um dos escores e todas as de número par para o outro escore. Calcula-se, então, a correlação entre esses dois subescores: é o método da divisão por metades.

O conceito de confiabilidade refere-se à extensão em que as observações são estáveis, confiáveis e podem ser replicadas. Existem muitos tipos diferentes de confiabilidade, e muitos fatores diferentes podem contribuir para uma falta de confiabilidade. Entretanto, um fator essencial em toda a pesquisa científica é que outros investigadores devem ser capazes de reproduzir ou replicar as observações relatadas por um investigador. Devemos ter observações estáveis e consistentes para começar a fazer interpretações teóricas (Pervin e John, 2004).

Validade: Alguém poderia pretender avaliar sua inteligência medindo a circunferência da sua cabeça ou sua moralidade pelo exame de protuberâncias em determinadas localizações do crânio, como fizeram os frenologistas. Com certeza, exceto em casos muito raros, estas seriam medidas bastante fidedignas. Mas, nem por isso, as aceitaríamos. Medidas desse tipo podem ser fidedignas, mas não são válidas.

Neste sentido, além de realizarmos observações confiáveis, nossos dados devem ser válidos. O conceito de validade refere-se ao grau em que nossas observações realmente refletem os fenômenos ou variáveis que nos interessam. De que valeriam observações confiáveis se elas não se relacionassem com aquilo que imaginássemos? Suponhamos, por exemplo, que tivéssemos um teste confiável para os traços de personalidade de um neuroticismo ou de extroversão, mas que não houvesse evidências de que o teste medisse o que ele se propõe a medir. De que valeria essa medida? Suponhamos que considerássemos certos comportamentos como expressões de neuroticismo, mas que eles refletissem outros fenômenos. De que valeria essa medida? Problemas como esse podem parecer banais em certas áreas. Por exemplo, sabemos que uma escala é uma medida confiável e válida de peso, e sabemos que uma régua é uma medida confiável e válida de altura. Mas, como saberemos que certos comportamentos expressam extroversão, ou que respostas a certos itens de questionários indicam neuroticismo? (Pervin & John, 2004).

Infelizmente, na pesquisa da personalidade, não é incomum que testes ou medidas do mesmo conceito discordem entre si. Qual é, então, a medida verdadeira ou válida? Se existem duas medidas diferentes de temperatura, como saberemos qual é verdadeira ou válida? A resposta é a medida que nos fornece os resultados mais confiáveis e teoricamente úteis. Se existem duas medidas diferentes de um conceito de personalidade, como saberemos qual é verdadeira ou válida? Aqui, também, considerariamos a confiabilidade, o significado e

a utilidade das observações. Em suma, a validade diz respeito ao grau em que podemos ter certeza de que estamos medindo os fenômenos ou variáveis que nos interessam (Pervin & John, 2004).

Tendenciosidade da medida

Ao falarmos de ciência, mesmo considerando ciências humanas, não podemos deixar de lado a medida, já que é com ela que parâmetros comuns a todos, independente da cultura ou de suas influências, são determinados e toda a comunidade científica se entende. No século XIX, quando a Psicologia conseguiu o status de ciência, o que só foi possível devido à inserção de padrões e medidas no objeto de estudo da Psicologia. Segundo Schultz e Schultz (2002), o que distingue a disciplina mais antiga da Filosofia da Psicologia moderna são a abordagem e as técnicas usadas, que denotam a emergência desta última como um campo de estudo próprio, essencialmente científico.

Mesmo nesta época, era um ideal a ser buscado a neutralidade científica, cujo conhecimento seria produzido por ele mesmo, sem qualquer influência dos observadores ou participantes de uma pesquisa. Entretanto, quem observa, executa e pondera a respeito de qualquer coisa no mundo é um humano e este, que se move por motivações particulares, não é neutro.

Em relação ao tópico do parágrafo anterior, tudo começou com uma diferença de cinco décimos de segundo nas observações feitas por dois astrônomos. Era o ano de 1795. O astrônomo real da Inglaterra, Nevil Maskelyne, percebeu que as observações feitas pelo seu assistente do tempo que uma estrela levava para passar de um ponto a outro sempre registravam um intervalo menor do que as suas. Maskelyne advertiu o homem por seus repetidos erros e o alertou para que fosse mais cuidadoso. O assistente tentou, mas as diferenças persistiram. Com o passar do tempo, elas aumentaram e, cinco meses mais tarde, suas observações apresentavam uma diferença de oito décimos de segundo com relação à do astrônomo real. Por isso, o assistente foi dispensado e passou para o apinhado local conhecido como a obscuridade (Schultz & Schultz, 2002).

Nos anos seguintes, o incidente foi ignorado até ser investigado por Friedrich Wilhelm Bessel, **astrônomo alemão há muito interessado por erros de medida. Ele suspeitou que os erros cometidos pelo assistente de Maskelyne fossem causados por diferenças individuais, por fatores pessoais sobre as quais não se tem controle.** Se essa suposição estivesse correta, raciocinou Bessel, as **variações de**

observação seriam comuns na experiência de todos os astrônomos. Ele testou sua hipótese e descobriu que estava correta. Os desacordos eram corriqueiros, mesmo entre os astrônomos mais experientes (Schultz & Schultz, 2002).

As conclusões que podem ser obtidas deste caso, segundo Schultz e Schultz (2002) é que essa descoberta é importante por ter apontado para duas conclusões inexoráveis. Em primeiro lugar, que a Astronomia teria de levar em conta a natureza do observador humano, porque suas características pessoais podiam influenciar as observações relatadas. Em segundo, se o papel do observador humano tinha de ser considerado na Astronomia, por certo seria necessário levá-lo em conta em todas as outras ciências que se apoiassem na observação. Como consequência, filósofos como Locke e Berkeley discutiram a natureza subjetiva da percepção, afirmando que nem sempre há, ou nem sequer é frequente haver, uma correspondência exata entre natureza de um objeto e a percepção que uma pessoa tem dele. Com a obra de Bessel, temos dados de uma ciência rigorosa, a Astronomia, para ilustrar essa mesma opinião.

Cabe ressaltar que este evento foi um dos principais em relação à trajetória que culminou na Psicologia Moderna como um conhecimento científico, pois foi após esta descoberta de Bessel, que os cientistas passaram a se preocupar com o observador humano e em como este pode influenciar na apreensão do conhecimento. A partir deste momento, começou-se a se estudar o processo de percepção e sensação, que foram os estudos que inauguraram a Psicologia como campo científico.

Outros pontos a serem considerados neste sentido têm a ver diretamente com as formas de pesquisa.

Em relação à pesquisa experimental, Pervin & John (2004) comentam que, como empreendimento humano, a pesquisa experimental com humanos se aplica às influências que são parte do comportamento interpessoal diário. A investigação dessas influências pode ser chamada de psicologia social de pesquisa. Vamos considerar dois exemplos importantes. Em primeiro lugar, pode haver fatores que influenciam o comportamento de sujeitos humanos que não façam parte do modelo experimental. Entre esses fatores, podem estar **pistas implícitas no cenário experimental que sugiram ao sujeito que o experimentador tenha certa hipótese e, “no interesse da ciência”, o sujeito se comporte de modo que a confirme. Esse tipo de efeito é conhecido como indícios de demanda** e sugere que o experimento psicológico é uma forma de interação social em que os sujeitos conferem propósito e significado às coisas (Orne, 1962;

Weber e Cook, 1972). O propósito e o significado atribuídos à pesquisa podem variar de sujeito para sujeito, de maneira que não sejam parte do modelo experimental e, assim, sirvam para reduzir a confiabilidade e a validade.

Complementando essas fontes de erro ou tendenciosidades no sujeito, existem fontes involuntárias de influência ou erro no experimentador. Sem notar, os experimentadores podem cometer erros em registrar e analisar dados ou emitir pistas para os sujeitos e, assim, influenciar seu comportamento de determinado modo. **Esses efeitos involuntários das expectativas do experimentador** podem levar os sujeitos a se comportarem de acordo com a hipótese (Rosenthal, 1994; Rosenthal e Rubin, 1978; Pervin & John, 2004). Por exemplo, considere o caso clássico de Clever Hans (Pfungst, 1911). Hans era um cavalo que, batendo o pé, conseguia somar, subtrair, multiplicar e dividir. Um problema matemático era apresentado ao cavalo e, de maneira incrível, ele produzia a resposta. Na tentativa de descobrir o segredo dos talentos de Hans, uma variedade de fatores situacionais era manipulada. Se Hans não conseguisse ver o questionador ou se este não soubesse a resposta, Hans era incapaz de fornecer a resposta correta. Por outro lado, se o questionador soubesse a resposta e estivesse visível, Hans conseguia bater a resposta com seu pé. **Aparentemente, o questionador involuntariamente mostrava a Hans quando ele deveria começar e parar de bater o pé:** ele começava a bater quando o questionador inclinava a cabeça para a frente, aumentava a velocidade quando o questionador inclinava-se mais e parava quando o questionador ficava ereto. Como podemos ver, os efeitos de expectativas do experimentador podem ser bastante sutis, e o pesquisador ou o sujeito não estarem cientes de sua existência (Pervin & John, 2004).

Em relação ao método correlacional, fatores relacionados à **tendenciosidades das medidas podem ser percebidos ligados ao estilo de resposta do avaliado.** Segundo Pervin e John (2004), dois estilos de resposta ilustrativos podem ser considerados. O primeiro é chamado de **aquiescência e envolve a tendência de concordar ou discordar de itens**, independente de seu conteúdo. Por exemplo, os sujeitos podem ter uma preferência por respostas como “Gosto” e “Concordo” ou respostas como “Não gosto” e “Discordo”. A segunda tendência potencial ilustrativa de tendenciosidade na resposta a questionários envolve a **desejabilidade social dos itens.** Ao invés de responder ao significado psicológico pretendido de um item de teste, um sujeito pode responder a ele sugerindo uma característica da personalidade que seja socialmente aceitável ou socialmente desejável.

Além destas maneiras de se apresentar tendências em pesquisas, podemos considerar a dificuldade de se mensurar exatamente a autoavaliação. De acordo com Pervin & John (2004), um relatório de pesquisa recente ressalta a questão específica da distorção de respostas por razões inconscientes e também enfatiza o valor potencial do julgamento clínico (Shedler, Mayman e Manis, 1993). Nessa pesquisa, conduzida por psicólogos de orientação psicanalítica que eram os indivíduos que “pareciam bem” em escalas de questionários de saúde mental eram avaliados por um clínico de orientação psicodinâmica. Com base em seus julgamentos clínicos, dois subgrupos eram diferenciados: um definido como genuinamente do ponto de vista saudável psicológico, de acordo com as escalas do questionário, e um segundo, definido como constituído de indivíduos que estavam psicologicamente perturbados, mas que mantinham uma ilusão de saúde mental, através da negação defensiva de suas dificuldades. Verificou-se que os indivíduos nos dois grupos apresentavam respostas significativamente diferentes ao estresse. Os sujeitos do grupo com saúde mental ilusória apresentavam níveis muito mais elevados de reatividade coronariana ao estresse do que os sujeitos do grupo genuinamente saudável. De fato, os sujeitos do primeiro grupo apresentavam níveis ainda maiores de reatividade coronariana ao estresse do que aqueles sujeitos que haviam relatado seus problemas nas escalas do questionário de saúde mental. As diferenças em reatividade ao estresse entre os sujeitos genuinamente saudáveis e os sujeitos saudáveis “ilusórios” foram considerados não apenas estatisticamente significativas, mas medicamente significativas. Assim, concluiu-se que “para algumas pessoas, as escalas de saúde mental parecem ser medidas legítimas de saúde mental. Para outras pessoas, essas escalas parecem medir a negação defensiva. Parece não haver uma maneira de saber, apenas a partir do resultado do teste, o que está sendo medido em um dado sujeito” (Sheldler, Mayman e Manis, 1993, p. 1128).

Em geral, conforme vimos no caso de Bessel, cujo o observador não consegue excluir sua subjetividade sobre os seus resultados diversos, assim também será, de alguma maneira, na ciência. Cabe ao cientista entender essas possibilidades e buscar a diminuição do seu impacto, para que aspectos como validade e fidedignidade não sejam invalidados.

Quando falamos em pesquisa em geral, um assunto que não pode faltar é a listagem das variáveis envolvidas em determinada pesquisa, ou qual é o padrão para uma determinada área, sendo que, com a Psicologia da Personalidade, não é diferente. Nesta parte de nossa conversa, falaremos sobre quais dados costumam ser trabalhados quando falamos de pesquisa nesta área da Psicologia. Pervin e John (2004) levantam algumas perguntas interessantes sobre esta questão: quais são os dados de interesse para os psicólogos da personalidade? Que tipo de informações é importante obter em estudos sistemáticos de pessoas? Os psicólogos da personalidade definiram quatro categorias de informações ou dados utilizados na pesquisa (Block, 1993), que são:

- Dados de registro da vida (dados L);
- Dados do Observador (dados O);
- Dados de testes (dados T);
- Dados de autoavaliação (dados S).

Os dados L consistem em informações sobre a pessoa que podem ser obtidas a partir do histórico de vida ou dos registros de sua vida. Por exemplo, se o interesse estiver na relação entre a inteligência e o desempenho escolar, pode-se utilizar registros de notas escolares obtidos em registros escolares. Ou, se o interesse for na relação entre a personalidade e a criminalidade, pode-se utilizar registros policiais de prisões e condenações como critério para criminalidade. Os dados O consistem em informações fornecidas por observadores que conheçam o indivíduo, como pais, amigos ou professores. Geralmente, esses tipos de dados são apresentados na forma de classificações de características da personalidade. Assim, por exemplo, pode-se solicitar que amigos avaliem um indivíduo quanto às características da personalidade, como amizade, extroversão ou consciência. Em algumas pesquisas, os observadores são treinados para observar indivíduos em suas vidas cotidianas e realizar avaliações da personalidade com base em suas observações. Por exemplo, orientadores de colônias de férias podem ser treinados para observar o comportamento dos frequentadores. Dados relevantes para a personalidade podem ser assim obtidos na forma de observações de comportamentos específicos (por exemplo, agressão verbal, agressão física ou condescendência) ou na forma de classificações de características mais gerais da personalidade (por exemplo, auto-confiança,

saúde emocional, habilidades sociais) (Shoda, Mischel e Wright, 1994; Sroufe, Carlson e Shulman, 1993). Como fica claro nesses exemplos, os dados O consistem em observações de comportamentos muito específicos ou de classificações mais gerais, baseadas em observações do comportamento. Além disso, os dados sobre um indivíduo qualquer podem ser obtidos a partir de um observador ou de observadores múltiplos (por exemplo, um amigo ou vários amigos, um professor ou vários professores). No segundo caso, é possível conferir a concordância ou a confiabilidade entre os observadores (Pervin e John, 2004).

Seguindo o pensamento dos mesmos autores, os dados T consistem em informações obtidas de procedimentos experimentais ou testes padronizados. Por exemplo, a capacidade de tolerar retardos em gratificações pode ser medida determinando-se quanto tempo uma criança irá trabalhar em uma tarefa para obter uma recompensa maior do que uma recompensa menor, que seja disponibilizada imediatamente (Mischel, 1990; 1999b). O desempenho em um teste padronizado como um teste de inteligência também seria ilustrativo de dados T.

Finalmente, os dados S consistem em informações fornecidas pelo próprio sujeito. Normalmente, esses dados são apresentados na forma de questionários. Nesses casos, a pessoa assume o papel de observador e faz avaliações relevantes sobre si (por exemplo, “Eu sou uma pessoa consciente”). Os questionários de personalidade podem ser relevantes para características individuais da personalidade (por exemplo, otimismo) ou podem tentar cobrir todo o domínio da personalidade (Pervin & John, 2004).



ATIVIDADES

01. Forme um grupo de 4 (quatro) pessoas e debata sobre a relação entre teoria e pesquisa. O resultado da discussão exponha ao seu professor e escute a sua opinião.
02. Pesquise 5 (cinco) artigos em Psicologia da Personalidade, entenda o método utilizado e como os dados foram tratados.
03. Converse com seu professor sobre como o ser humano pode interferir no resultado final de uma pesquisa;



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fadiman, J., Frager, R. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Harbra, 1986.

Cloninger, S. C. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Pervin, L. A., John, O. P. **Personalidade: Teoria e pesquisa**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Schultz, D. P.; Schultz, S. E. **História da Psicologia Moderna**. 16 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

3

Perspectivas básicas da personalidade

3. Perspectivas básicas da personalidade

Este é o capítulo mais extenso do livro. Para facilitar o entendimento, foi dividido em cinco subtemas; cada subtema conversou com a estrutura de um capítulo para facilitar a compreensão dos mesmos.

3.1 - A perspectiva Psicanalítica Freud

3.2 - As perspectivas neoanalíticas de C. G. Jung e A. Adler. E From

3.3 - Abordagem humanista da personalidade: Rogers e Maslow

3.4 - Perspectivas cognitivas da personalidade

3.5 - A psicologia de traço cognitiva e humanista



OBJETIVOS

- Entender como a vida de Freud influenciou sua teoria;
- Compreender os princípios básicos que atuam na Psicanálise;
- Aprender sobre a dinâmica da personalidade sob o viés da Psicanálise;
- Verificar a atuação dos mecanismos de defesa;
- Saber sobre as diferenças entre Psicologia e Psicanálise.

3.1 A perspectiva Psicanalítica Freud

Biografia de Freud

Conforme falamos no capítulo 2, Sigmund Freud foi o fundador da Psicanálise, que, certamente, foi um dos sistemas de personalidade mais famosos do século XX. Sem contar que, bem provavelmente, ele tenha sido o psicólogo mais famoso que já tenha vivido. Mesmo não sendo um acadêmico, as suas teorias e descobertas impactaram profundamente a sociedade e mesmo tendo muitas críticas e revisões, o mundo em que vivemos não seria o mesmo se os conhecimentos que propagou não fossem descobertos ou divulgados.

Para entendermos melhor o impacto de suas teorias, devemos primeiro ver um resumo da sua história, afinal, muitos consideram que sua teoria foi autobiográfica e, sendo assim, se virmos a sua vida, teremos mais subsídios para compreendermos melhor a psicanálise.

Seu nascimento foi no dia 6 de maio de 1856, na cidade de Freiberg, no território que, após diversas divisões, hoje chamamos de República Tcheca. O tamanho de seu nome o fez substituir em sua cidade, em 1990, o nome da Praça Stalin para Praça Freud. Seu pai era um comerciante de lãs, mas, após sucessivos fracassos comerciais, foram obrigados a se mudarem para Leipzig e, em seguida, para Viena.

Segundo Schultz e Schultz (2002), o pai de Freud, vinte anos mais velho que a esposa, era rigoroso e autoritário. Quando jovem, Freud sentia medo e amor pelo pai. De acordo com Pervin e John (2004), considerado o favorito de sua mãe, o próprio Freud declarou que “um homem que foi o favorito inquestionável de sua mãe carrega para o resto da vida a sensação de ser um conquistador, aquela confiança no sucesso que frequentemente induz ao verdadeiro sucesso” (Freud, 1900, p.26). Quando menino, ele sonhava em se tornar um grande general ou ministro de Estado, mas, por ser judeu, preocupava-se com o anti-semitismo nesses campos. Isso o levou a considerar a medicina como profissão. Enquanto era estudante de medicina (1873-1881), foi influenciado pelo conhecido fisiologista Ernst Brucke. Brucke considerava os seres humanos de acordo com um sistema fisiológico dinâmico, segundo o qual eles são controlados pelos princípios físicos da conservação de energia. Essa visão do funcionamento fisiológico foi a base para a visão dinâmica de Freud do funcionamento psicológico (Sulloway, 1979).

Ainda sobre sua vivência na universidade, Fadiman e Frager (1986) explicam que as experiências de Freud na Universidade de Viena, onde foi tratado como “inferior e estranho” por ser judeu, fortaleceram sua capacidade de suportar críticas. “Numa idade prematura familiarizei-me com o destino de estar na oposição e de ser posto sob o anátema da “maioria compacta”. Estavam assim lançados os fundamentos para certo grau de independência de julgamento” (1935, livro 25, p. 17 na ed. Bras.).

Freud fez pesquisas independentes sobre histologia e publicou artigos sobre anatomia e neurologia. Aos 26 anos, recebeu seu diploma de médico. Continuou seu trabalho com Brucke por mais um ano e morou com sua família. Aspirava preencher a vaga seguinte no laboratório, mas Brucke tinha dois excelentes assistentes à frente de Freud. “O momento decisivo ocorreu em imprevidência generosa de meu pai aconselhando-me vivamente, em vista da minha precária situação financeira, a abandonar a carreira teórica” (1935, livro 25, p. 18 na ed. Bras.). Além do mais, Freud tinha se apaixonado e percebeu que, casando-se, precisaria de um cargo melhor remunerado.

Um fato curioso da vida acadêmica de Freud foi o fato de que seu trabalho sobre os efeitos benéficos da cocaína em 1884 foi, em parte, responsável pelo uso desenfreado desta substância na Europa do Século XIX. Freud foi criticado por defender o uso da cocaína fora da cirurgia do olho e por se desencadear essa peste no mundo. Pelo resto da vida, ele tentou deliberadamente apagar toda lembrança do seu endosso à cocaína, chegando a omitir referências ao seu trabalho em sua própria biografia. Por muitos anos, acreditava-se que Freud parara de usar cocaína nos dias da escola médica, mas dados recém-descobertos da história, na forma de suas próprias cartas, revelam que ele usou a droga por ao menos mais dez anos, até meia-idade (Masson, 1985; Schultz e Schultz, 2002).

Retornando à situação de sua carreira, Fradiman e Friger (1986) explicam que apesar de se dirigir relutantemente para a clínica particular, seus interesses principais permaneciam na área da observação e exploração científicas. Trabalhando primeiro como cirurgião, depois em clínica geral, tornou-se médico interno do principal hospital de Viena. Fez um curso de Psiquiatria, o que aumentou seu interesse pelas relações entre sintomas mentais e distúrbios físicos. Em 1885, tinha se estabelecido na posição prestigiosa de conferencista da Universidade de Viena. Sua carreira começava a parecer promissora.

Neste período, até conseguir este cargo de conferencista, Freud se casara com Martha Bernays, com quem noivara anos antes, mas que pela falta de dinheiro, viu-se obrigado a adiar a data de seu casamento algumas vezes. Paralelamente, segundo Schultz e Schultz (2002), Freud desenvolveu uma importante amizade com o médico Josef Breuer (1842-1925), que alcançara a fama pelo seu estudo da respiração e pela descoberta do funcionamento dos canais auditivo semicirculares. O bem-sucedido e sofisticado Breuer ofereceu ao jovem Freud conselho, amizade e até dinheiro emprestado. Freud o via como uma figura paterna, e Breuer, ao que parece, via Freud como um irmão mais novo e precoce. “O intelecto de Freud está alcançando o seu auge”, escreveu Breuer a um amigo. “Eu o contemplo como uma galinha a uma águia” (Hirschmuller, 1989, p. 315). Eles discutiam frequentemente sobre os pacientes de Breuer, incluindo Anna O., cujo caso seria vital para o desenvolvimento da psicanálise.

Neste acompanhamento de Breuer, Freud teve a possibilidade de ter contato com a hipnose, pois o seu tutor começou a tratar Anna O. com este método. De acordo com relatos, Anna O. apresentava diversos sintomas histéricos, que comprometiam sua cognição em diversos pontos, além de náuseas e distúrbios na fala e visão. Em seu tratamento com a hipnose, Breuer descobriu que sua

analisando lembrava-se de situações que consciente não era capaz e, quando falava sobre os tais acontecimentos, os sintomas tendiam a amenizar.

Em relação a esta história sobre Anna O., que possui muito de mito, o que podemos retirar de útil foi que, a partir deste contato, introduziu a Freud o método da catarse, a cura falada, que viria depois a merecer tanto destaque em sua obra (Schultz e Schultz, 2002).

Em 1886, Freud passou um ano com o psiquiatra francês Jean Charcot, que vinha obtendo sucesso em tratar pacientes neuróticos com hipnose. Embora não estivesse satisfeito com os efeitos da hipnose, Freud sentiu-se estimulado pelo pensamento de Charcot. Ernest Jones, o biógrafo de Freud, comentou o seu desenvolvimento naquela época. “Todo aquele trabalho teria estabelecido Freud como um neurologista de primeira classe, um trabalhador árduo, um pensador rigoroso, mas – com exceção talvez do livro sobre a afasia – pouco havia para prever a existência de um gênio” (1953, p. 220; Pervin & John, 2004).

Ainda sobre os seus trabalhos com Charcot, Freud teve contato com a teoria de que a histeria não era um fenômeno exclusivamente feminino, pois este conseguiu provar a existência de sintomas em pacientes homens. Além disto, segundo Fridman e Frager (1986), Freud percebeu que, na histeria, os pacientes exibem sintomas que são anatomicamente inviáveis. Por exemplo, na “anestesia de luva” uma pessoa não terá nenhuma sensibilidade na mão, mas terá sensações normais no pulso e no braço. Uma vez que os nervos têm um percurso contínuo do ombro até a mão, não pode haver nenhuma causa física para este sintoma. Tornou-se claro para Freud que a histeria era uma doença psíquica cuja gênese requeria uma explicação psicológica. Charcot percebeu Freud como um estudante capaz e inteligente e deu-lhe permissão para traduzir seus escritos para o alemão quando Freud voltou para Viena.

Com o passar do tempo, Freud concluiu que a hipnose fazia com que os sintomas em muitas vezes aliviassem, mas nem sempre cessavam. Neste sentido, Freud abandonou a hipnose e desenvolveu outra maneira de alcançar tais conteúdos. Ao invés de utilizar a hipnose, Freud pedia aos seus pacientes para falarem sobre seus sintomas e o que pensavam a respeito deles, sem qualquer julgamento a respeito deles. Este método viria a se chamar de **Associação livre**.

O evento que corroborou esta mudança de atuação foi, de acordo com Pervin e John (2004), em 1897, ano seguinte à morte de seu pai. Neste período, Freud fez uso da autoanálise. Ele continuou a ser atormentado por períodos de depressão, e embora as buscas intelectuais o ajudassem a se distrair

de sua dor, ele procurava respostas em seu inconsciente: “Minha recuperação somente pode ocorrer através do trabalho no inconsciente. Não consigo resolver apenas com esforços conscientes”. Pelo resto da sua vida, continuou sua autoanálise, dedicando-lhe a última meia hora do seu dia de trabalho. Na década de 1890, ele tentou uma variedade de técnicas terapêuticas com seus pacientes. Primeiramente, utilizou a sugestão hipnótica, conforme praticada com Charcot; depois, tentou uma técnica de concentração na qual pressionava sua mão sobre a cabeça do paciente e o induzia à lembrança de memórias. Durante esses anos, ele também trabalhou com o médico vienense Joseph Breuer, aprendeu com ele a técnica da catarse (uma liberação e libertação das emoções, em que o indivíduo fala sobre os próprios problemas) e trabalhou com ele no livro *Estudos sobre a Histeria*. Nesse ponto, já com mais de 40 anos de idade, Freud havia desenvolvido pouco ou nada daquilo que mais tarde seria conhecido como a Psicanálise. Além disso, suas opiniões de si mesmo e de seu trabalho assemelhavam-se aos comentários feitos por seu biógrafo, Jones: “Tenho capacidades ou talentos restritos. Nenhum para as ciências naturais; nada para a matemática; nada para qualquer coisa que seja quantitativa. Entretanto, aquilo que eu tenho, de uma natureza muito restrita, provavelmente seja muito intenso”.

Cabe ressaltar que, para muitos, o lançamento do livro “*Estudos sobre a Histeria*” foi considerado o marco para a fundação do movimento psicanalítico. Segundo Schultz e Schultz, o livro continha um artigo conjunto já publicado, cinco históricos de caso, incluindo o de Anna O., um artigo teórico de Breuer e um capítulo sobre psicoterapia escrito por Freud. Embora tenha recebido algumas críticas negativas, a obra foi elogiada em revistas científicas e literárias de toda a Europa e considerada uma valiosa contribuição ao campo. Foi um começo definido, embora modesto, do reconhecimento que Freud desejava. Breuer, no entanto, relutara em publicar o livro. Eles discutiram sobre a ideia de Freud de que o sexo era a única causa da neurose. Breuer aceitava a importância dos fatores sexuais, mas não estava convencido de que fossem a única causa. Ele sugeriu que Freud não tinha provas suficientes em que basear sua conclusão. A decisão de publicar o livro mesmo assim levou a um estreitamento de sua amizade.

Em 1896, Freud usou pela primeira vez o termo “psicanálise” para descrever seus métodos. Em 1900, ele publicou *A Interpretação dos Sonhos*, considerado por muitos como seu mais importante trabalho, apesar de, na época, não ter

recebido quase nenhuma atenção. Seguiu-se, no ano seguinte, outro livro importante, *Psicopatologia da Vida Cotidiana*. Gradualmente, formou-se à volta de Freud um círculo de médicos interessados, incluindo Alfred Adler, Sandor Ferenczi, Carl Jung, Otto Rank, Karl Abraham e Ernest Jones. O grupo fundou uma sociedade. Documentos foram escritos, uma revista foi publicada e o movimento psicanalítico começou a expandir-se (Fadiman e Frager, 1986).

Ainda sobre o seu interesse pelos sonhos, este veio à tona pelo fato de Freud ter entendido que era impossível praticar o método de associação livre, pois assumir o papel de analista e paciente ao mesmo tempo era a mesma coisa da utopia da neutralidade total ambicionada pelo método de Francis Bacon. Além disto, segundo Schultz e Schultz (2002), Freud descobrira que os sonhos do paciente poderiam ser uma rica fonte de material emocional significativo. Os sonhos com frequência continham indícios que remetiam às causas subjacentes de um distúrbio. Devido à sua crença positivista de que tudo tinha uma causa, ele achava que os eventos de um sonho não poderiam ser completamente sem sentido, mas resultar de algum elemento presente no inconsciente.

Em seguida, para ser mais exato, no ano de 1905, Freud publicou o livro **“Ensaio sobre a Sexualidade”**.

Após um longo período de prosperidade, a bonança de Freud começou a se reverter. Em 1911, Alfred Adler rompeu a ligação. No entanto, nenhuma dessas cisões foi mais dolorosa que a de Carl Jung, que aconteceu em 1914. Freud o considerava o seguidor mais brilhante e o responsável por continuar a propagar as ideias da Psicanálise. De acordo com Schultz e Schultz (2002), num jantar com a família, Freud lamentou sua incapacidade de conservar a lealdade daqueles que um dia tinham sido tão fiéis a ele e à sua causa. “O problema é com você, Sigi”, observou sua tia, “é que você simplesmente não compreende as pessoas” (Hilgard, 1987, p. 641).

Contudo, Freud também tinha problemas. Em 1919, ele perdeu todas as suas economias na primeira guerra mundial. Em 1920, uma de suas filhas morreu, aos 26 anos de idade. Talvez o mais significativo seja o medo que Freud tinha pelas vidas de seus dois filhos que estavam na guerra. A partir desse contexto histórico, Freud, aos 64 anos de idade, desenvolveu, em 1920, sua teoria da pulsão de morte – um desejo de morrer, que se opõe à pulsão de vida, ou ao desejo de sobreviver (Pervin & John, 2004).

Mesmo com câncer na mandíbula e sofrendo 33 operações na tentativa de curar este mal, Freud se manteve ativo. Fadiman e Frager (1986) citam que

Freud sempre esteve envolvido em debates a respeito da validade ou utilidade de seu trabalho, continuou a escrever. Seu último livro, *Esboço de Psicanálise* (1940, livro 7 na ed. Bras.), começa com um áspero aviso aos críticos: “Os ensinamentos da Psicanálise baseiam-se em um número incalculável de observações e experiências, e somente alguém que tenha repetido estas observações em si próprio e em outras pessoas acha-se em posição de chegar a um julgamento próprio sobre ela” (1940, livro 7, p. 16 na ed. Bras.).

Após a invasão nazista à Viena e consequentemente seu exílio na Inglaterra, Freud não pôde aproveitar o último ano de sua vida por causa da doença. “É trágico”, disse ele, “quando um homem sobrevive ao seu corpo” (Time, 10 de abril de 1939). Ele permaneceu lúcido e trabalhou quase até o fim. Alguns anos antes, quando escolhera Max Schur como médico pessoal, Freud fizera que ele promettesse que não o deixaria sofrer desnecessariamente. Em 21 de setembro de 1939, Freud recordou o médico de sua promessa: “Você me prometeu não me abandonar quando minha hora chegasse. Agora, só me resta a tortura, algo que já não faz sentido” (Schur, 1972, p. 529). Schur deu a Freud três injeções de morfina num período de vinte e quatro horas, encerrando os muitos anos de sofrimento por que ele passara (Schultz e Schultz, 2002).

Introdução

Observamos que um novo movimento sempre requer algo contra o que se revoltar, algo em que se apoiar para ganhar impulso. Como a psicanálise não se desenvolveu no âmbito da psicologia acadêmica, a ordem vigente a que ela se opôs não foi a psicologia wundtiana nem nenhuma outra escola de pensamento psicológico. Para descobrir aquilo a que Freud se opunha, é forçoso considerar o pensamento prevalecente na área em que ele trabalhava – a compreensão e o tratamento de distúrbios mentais (Schultz e Schultz, 2002).

De acordo com os mesmos autores, a história do tratamento dos doentes mentais é fascinante e depressiva, apresentando um chocante quadro de desumanidade. Na Idade Média, os indivíduos perturbados não obtinham nenhuma compreensão e não recebiam quase nenhum tratamento. Afirmava-se que a mente era um agente livre, responsável por sua própria condição. O tratamento de pessoas mentalmente perturbadas consistia principalmente em incriminação e punição, pois se acreditava que as causas dos distúrbios emocionais eram perversidade, a possessão demoníaca e a feitiçaria. Na Renascença, as coisas

não melhoraram. Por volta do século XIX, uma atitude mais humana e racional em relação aos doentes mentais começou a surgir. Na Europa e na América, as cadeias que prendiam os insanos foram literalmente quebradas à medida que o declínio na influência da superstição religiosa abriu o caminho para a investigação científica das causas das doenças mentais. Os tratamentos oferecidos eram, na melhor das hipóteses, primitivos, por vezes causando mais sofrimento do que as perturbações que pretendiam curar.

No final do século XIX, havia duas principais escolas de pensamento em psiquiatria – a somática e a psíquica. A escola somática afirmava que o comportamento anormal tem causas físicas, como lesões cerebrais, subestimulação dos nervos ou nervos demasiado contraídos. A escola psíquica recorria à explicações mentais ou psicológicas. De modo geral, a psiquiatria oitocentista foi dominada pela escola somática, uma concepção que recebera considerável apoio, no século precedente, de Immanuel Kant, que zombava da ideia de que emoções pudessem causar doenças mentais. A psicanálise se desenvolveu como um aspecto da revolta contra essa orientação somática. À medida que o trabalho com os doentes mentais progredia, alguns cientistas se convenciam de que os fatores emocionais tinham muito mais importância do que lesões cerebrais ou outras possíveis causas físicas (Schultz e Schultz, 2002).

Por fim, um estudioso não poderia ser posto de lado. Seu nome é Jean Martin Charcot, que elevou a hipnose a um status profissional, que tratava a histeria com este método e delimitou os parâmetros deste transtorno. Cabe ressaltar, segundo Schultz e Schultz (2002), que o trabalho de Charcot, contudo, era primordialmente neurológico, enfatizando distúrbios e sintomas físicos como a paralisia. Os médicos continuaram a atribuir a histeria a causas somáticas até 1889, quando o discípulo de Charcot, Pierre Janet (1859-1947), aceitou o convite para ser diretor do laboratório psicológico no Salpêtrière. Janet rejeitou a opinião de que a histeria fosse um problema físico e a considerou um distúrbio mental. Ele enfatizou os fenômenos mentais – como deteriorações da memória, ideias fixas e forças inconscientes – como fatores causais, preferindo a hipnose como método de tratamento. Assim, nos primeiros anos da carreira de Freud, a literatura publicada sobre a hipnose e sobre as causas psicológicas das doenças mentais estava aumentando. A obra de Janet, em especial, antecipava muitas das ideias de Freud. Em termos pessoais, contudo, Janet mais tarde exprimiu desdém pelo próprio Freud (Abel, 1989).

O que se pode concluir deste cenário exposto acima é que o solo estava sendo preparado para a chegada de Freud e seus conceitos. Se as ideias deste último

fossem apresentadas 100 anos antes, certamente elas não seriam aceitas, mas o Zeitgeist da época já estava “esperando” os argumentos freudianos. Em outras palavras, a comunidade científica já acreditava que os distúrbios emocionais eram oriundos da mente e não do corpo, sendo que o grande diferencial da psicanálise em relação aos outros sistemas vigentes é que a psicanálise não estava preocupada em saber como a mente trabalha, os seus padrões ou em relação ao sujeito são. Pelo contrário, a psicanálise manteve o foco, desde o seu nascedouro, com o sujeito doente e os distúrbios emocionais.

A teoria psicanalítica

No centro da visão psicanalítica da pessoa está a crença de que o ser humano é um sistema energético. Postula-se um sistema em que a energia flui, é desviada ou torna-se bloqueada. Existe uma quantidade limitada de energia e, se ela é utilizada de alguma maneira, haverá muito menos energia para ser usada de outra forma. A energia que é utilizada para propósitos sexuais, e vice-versa. Se a energia é bloqueada para um canal de expressão, ela encontra outro, geralmente no caminho de menor resistência. O objetivo de todo comportamento é o prazer, ou seja, a redução da tensão ou a liberação de energia (Pervin & John, 2004).

Cabe ressaltar ainda que, de acordo com Fadiman e Frager (1986), subjacente a todo o pensamento de Freud está o pressuposto de que o corpo é a fonte básica de toda a experiência mental. Ele esperava o tempo em que todos os fenômenos mentais pudessem ser explicados com referência direta à fisiologia do cérebro. Freud sentia que seu próprio trabalho era frequentemente apenas descritivo e que seria superado por pesquisas aperfeiçoadas em neurologia.

Mesmo que Freud estivesse correto, após 100 anos, a neurologia ainda está muito longe de fechar todos os distúrbios por pesquisas neurológicas. Podemos afirmar que ainda existe uma trilha muito longa para que isto aconteça, caso venha acontecer.

Como já verificamos no capítulo 1, a psicanálise possui alguns tópicos importantes e que direcionam sua teoria, mas, agora, vamos aprofundar um pouco mais sobre a psicanálise como um todo.

A intenção de Freud, desde seus primeiros escritos, era entender melhor os aspectos obscuros e aparentemente inatingíveis da vida mental. Ele denominou psicanálise a teoria e terapia. “Psicanálise é o nome de (segundo Pervin & John, 2004):

- Um procedimento para investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo;
- Um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos;
- Uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas e que, gradualmente, se acumula numa nova disciplina científica” (1923, livro 15, p. 107 na ed. Bras.).

Inconsciente

É difícil superestimar a importância do conceito de inconsciente para a teoria psicanalítica. Também é difícil superestimar os dilemas morais que resultaram do fato de se levar o conceito a sério e as dificuldades que os cientistas experimentaram para conduzir pesquisas relevantes. O conceito de inconsciente sugere que existem aspectos do nosso funcionamento dos quais não estamos inteiramente cientes. Além disso, na teoria psicanalítica, o conceito de inconsciente sugere que grande parte do nosso comportamento, talvez a maior parte dele, seja determinada por forças inconscientes e que grande parte de nossa energia psíquica seja dedicada a encontrar uma expressão aceitável de ideias inconscientes ou para mantê-las inconscientes. O que é notável em relação ao conceito psicanalítico do inconsciente é a extensão das influências inconscientes e os aspectos motivados dessas influências (Pervin & John, 2004).

De acordo com Cloninger (2003), Freud postulou três níveis de consciência e comparou a mente a um iceberg flutuando na água. Como um iceberg, apenas uma pequena parte da mente é visível: a mente consciente. Sob a superfície da água, às vezes visível e às vezes submersa, está a mente pré-consciente. Como num iceberg, grandes perigos se escondem na parte não-visível. Por fim, há uma grande massa, equivalente à maior parte da mente, que está oculta, como o bloco do iceberg submerso na água: a mente inconsciente:

- **Consciente:** o nível consciente refere-se às experiências que a pessoa percebe, incluindo lembranças e ações internacionais. A consciência funciona de modo realista, de acordo com regras do tempo e do espaço. Percebemos a consciência e a aceitamos como nossa, identificamo-nos com ela.
- **Pré-consciente:** parte do material que não está consciente num determinado momento pode ser facilmente trazida para a consciência; esse material é chamado de pré-consciente. Inclui informações em que não se está pensando, mas que podem ser facilmente recordadas em caso de necessidade, como, por

exemplo, o segundo nome de sua mãe. O conteúdo do pré-consciente não difere fundamentalmente do da consciência. Os pensamentos transitam rapidamente entre os dois níveis.

- Inconsciente: o terceiro nível de consciência é diferente; seus conteúdos não emergem prontamente na consciência. O inconsciente refere-se a processos mentais de que a pessoa não está cônica. Esses materiais permanecem no inconsciente porque torná-los conscientes produziria demasiada angústia. Diz-se que esse material está reprimido, ou seja, resiste a tornar-se consciente.

Entre os conteúdos do inconsciente estão as lembranças traumáticas esquecidas e os desejos não-satisfeitos. Uma criança que sofreu abuso sexual, por exemplo, frequentemente reprimirá essas lembranças e ficará amnésica em relação ao terrível acontecimento. Esse esquecimento protege a vítima contra a angústia que acompanharia a recordação das experiências traumáticas. Os desejos também poderão ser fonte de angústia se provocarem vergonha. Por exemplo, uma criança pode desejar a morte de um irmão menor para que não haja competição pelo amor dos pais. Esse desejo é rejeitado pela consciência como reprovável e mau e, portanto, é reprimido. Os freudianos dizem que esses desejos são negados porque negamos que os temos. O inconsciente torna-se, com efeito, o depósito de lixo daquilo que a consciência joga fora. É emocionante, perturbador e menos civilizado do que a consciência.

“O ponto de partida dessa investigação é um fato sem paralelo, que desafia toda explicação ou descrição – o fato da consciência. Não obstante, quando se fala de consciência, sabemos imediatamente e pela experiência mais pessoal o que se quer dizer com isso” (1940, livro 7, p. 30 na ed. Bras.). O consciente é somente uma pequena parte da mente, inclui tudo do que estamos cientes num dado momento. Embora Freud estivesse interessado nos mecanismos da consciência, seu interesse era muito maior com relação às áreas da consciência menos expostas e exploradas, que ele denominava pré-consciente e inconsciente (Fadiman e Frager, 1986).

Segundo Pervin e John (2004), embora Freud não tenha sido o primeiro a prestar atenção na importância do inconsciente, ele foi o primeiro a explorar em detalhes as qualidades da vida inconsciente e a atribuir uma grande importância a elas em nossas vidas cotidianas. Através da análise dos sonhos, atos falhos, neuroses, psicoses, obras de arte e rituais, Freud buscou compreender as propriedades do inconsciente. O que ele observou foi uma qualidade da vida

psíquica, segundo a qual nada era impossível. O inconsciente é alógico (opostos podem significar a mesma coisa), desrespeita o tempo (eventos de diferentes períodos podem coexistir) e desrespeita o espaço (relações de tamanhos e distâncias são negligenciadas para que coisas grandes encaixem-se em coisas pequenas e lugares distantes sejam unidos). É fácil lembrar-se da referência de William James ao mundo do bebê recém-nascido como uma “grande e barulhenta confusão”.

Em suas raízes, a teoria psicanalítica é uma teoria motivacional do comportamento humano. Conforme mencionado acima, a teoria psicanalítica sugere que grande parte do nosso comportamento é motivada por influências inconscientes. A sugestão é que alguns pensamentos, sentimentos e motivos estão no inconsciente por razões motivadas, ou seja, permitir que eles viessem à consciência nos causaria dor e desconforto. Por exemplo, lembrar-se de memórias dolorosas do passado, reconhecer desejos de praticar sexo com uma pessoa proibida ou causar danos a uma pessoa amada pode criar um sério desconforto para pessoa. Assim, de acordo com nossa busca de prazer e esquiva da dor, procuramos manter esses pensamentos, sentimentos e motivos fora de nossa consciência (Pervin & John, 2004).

O id, ego e superego

Para formular mais claramente a tensão entre o inconsciente que procura expressar-se e a consciência que tenta conter as forças inconscientes, Freud descreveu três estruturas da personalidade. O id é primitivo, fonte dos impulsos biológicos. Ele é inconsciente. O ego é a parte racional da personalidade que lida com o mundo real. É a estrutura mais consciente da personalidade (embora não totalmente consciente). O superego consiste nas regras e ideias da sociedade que foram interiorizadas pelo indivíduo. Parte do superego é consciente, mas uma grande parcela dele permanece inconsciente (Cloninger, 2003).

Para entendermos melhor estes conceitos e sua relação, seguem explicações de Fadiman e Frager (1986) em relação ao funcionamento destas três estruturas:

Id: O id “contém tudo o que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está presente na constituição – acima de tudo, portanto, os instintos que se originam da organização somática e que aqui (no id) encontram uma primeira expressão psíquica, sob formas que nos são desconhecidas” (1940, livro 7, pp. 17-18 na ed. Bras.). É a estrutura da personalidade original, básica e mais

central, exposta tanto às exigências somáticas do corpo como aos efeitos do ego e do superego. Embora as outras partes da estrutura se desenvolvam a partir do id, ele próprio é amorfo, caótico e desorganizado. “As leis lógicas do pensamento não se aplicam ao id....Impulsos contrários existem lado a lado, sem que um anule o outro, ou sem que um diminua o outro” (1933, livro 28, p. 94 na ed. Bras.). O id é o reservatório de energia de toda a personalidade.

Os conteúdos do id são quase todos inconscientes, eles incluem configurações mentais que nunca se tornaram conscientes, assim como o material que foi considerado inaceitável pela consciência. Um pensamento ou uma lembrança, excluído da consciência e localizado nas sombras do id, é mesmo assim capaz de influenciar a vida mental de uma pessoa. Freud acentuou o fato de que materiais esquecidos conservam o poder de agir com a mesma intensidade, mas sem controle consciente.

Ego: O ego é a parte do aparelho psíquico que está em contato com a realidade externa. Desenvolve-se a partir do id, à medida que o bebê torna-se cômico de sua própria identidade, para atender e aplacar as constantes exigências do id. Como a casca de uma árvore, ele protege o id mas extrai dele a energia, a fim de realizar isto. Tem a tarefa de garantir a saúde, segurança e sanidade da personalidade. Freud descreve suas várias funções em relação com o mundo externo e com o mundo interno, cujas necessidades procuram satisfazer.

Assim, o ego é originalmente criado pelo id na tentativa de enfrentar a necessidade de reduzir a tensão e aumentar o prazer. Contudo, para fazer isto, o ego, por sua vez, tem de controlar ou regular os impulsos do id de modo que o indivíduo possa buscar soluções menos imediatas e mais realistas.

Superego: Esta última parte da estrutura se desenvolve não a partir do id, mas a partir do ego. Atua como um juiz ou censor sobre as atividades e pensamentos do ego. É o depósito dos códigos morais, modelos de conduta e dos construtos que constituem as inibições da personalidade. Freud descreve três funções do superego: consciência, auto-observação e formação de ideais. Enquanto consciência, o superego age tanto para restringir, proibir ou julgar a atividade consciente, mas também age inconscientemente. As restrições inconscientes são indiretas, aparecendo como compulsões ou proibições. “Aquele que sofre (de compulsões e proibições) comporta-se como se estivesse dominado por um sentimento de culpa, do qual, entretanto, nada sabe” (1907, livro 31, p. 17 na ed. Bras.). A tarefa de auto-observação surge da capacidade do superego de avaliar atividades independentemente das pulsões do id para tensão-redução e independentemente do ego, que também está envolvido na

satisfação das necessidades. A formação de ideais está ligada ao desenvolvimento do próprio superego. Ele não é, como se supõe às vezes, uma identificação como um dos pais ou mesmo como seus comportamentos. “O superego de uma criança é, com efeito, construído segundo o modelo não de seus pais, mas do superego de seus pais; os conteúdos que ele encerra são os mesmos e torna-se veículo da tradição e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma de transmitiram de geração em geração” (1933, livro 28, p. 87 na ed. Bras.).

Os conceitos de consciente, inconsciente, id, ego e superego são altamente abstratos e nem sempre são definidos com grande precisão. Além disso, existe uma falta de clareza, pois o significado de certos conceitos mudou à medida que a teoria se desenvolveu, mas a natureza exata da mudança de significado nunca foi compreendida (Madison, 1961). Finalmente, deveria ficar claro que essas são conceitualizações de fenômenos. Embora a linguagem seja pitoresca e concreta, devemos evitar considerar os conceitos como se fossem coisas reais. Não existe uma usina de energia dentro de nós, com uma pessoa pequenina controlando a sua força. Nós não “temos” um id, ego e superego, mas, segundo a teoria, existem qualidades no comportamento humano que são utilmente conceitualizadas nesses termos estruturais (Pervin & John, 2004).

Até o momento, falamos sobre a estrutura da psique humana, de acordo com o sistema desenvolvido por Freud, e agora falaremos sobre os processos e pontos importantes, que delineiam a mente pela psicanálise.

Instinto de vida e de morte

Freud não tentou delimitar o número de instintos, mas os agrupou em duas categorias: os instintos de vida e o instinto de morte. Os instintos de vida (eros) incluem a fome, a sede e o sexo, referindo-se à autopreservação e à sobrevivência da espécie. Trata-se das forças criadoras que sustentam a própria vida; a forma de energia mediante a qual eles se manifestam é denominada libido. O instinto de morte (thanatos) é uma força destrutiva. Ela pode ser dirigida para dentro, como ocorre no masoquismo ou no suicídio, ou para fora, como no ódio e na agressão. Freud acreditava que somos impelidos irresistivelmente para a morte e até que o “objetivo de toda vida é a morte” (Freud, 1920, p. 38; Schultz e Schultz, 2002).

Hipnose

Na hipnose, um indivíduo (o paciente) experimenta um estado de grande suggestionabilidade no qual as sugestões de um hipnotizador exercem forte influência sobre o que é vivido ou recordado. Esse estado, de acordo com Ernest Hilgard (1976), é dissociado da experiência normal. Outros estudiosos questionaram essa teoria neodissociativa (cf. Orne, 1959; Stava & Jaffa, 1988), argumentando que fatores sociais, como a expectativa, têm de ser levados em consideração para compreender a hipnose e outros estados supostamente dissociativos, como os transtornos da personalidade múltipla (Spanos, 1994). As pessoas variam na sua capacidade de ser hipnotizadas (Hilgard, 1965; Spanos, Radtke, Hodgins, Stam & Bertrand, 1983). Os que têm maior suscetibilidade hipnótica têm maior controle de sua atenção e ficam mais concentrados no que estão fazendo. São também menos suscetíveis a ilusões ópticas, tais como a ilusão de Muller-Lyer, quando hipnotizados; sua maior concentração na tarefa resulta em maior precisão (Atkinson, 1993-1994). O senso comum considera que a hipnose pode ser usada para obrigar as pessoas a fazerem o que de outra forma não fariam, inclusive atos sexuais e criminosos. Na verdade, as evidências de pesquisa não confirmam essa opinião (Gibson, 1991; Cloning, 2003).

Sonhos

De acordo com Fadiman e Frager (1986), ouvindo as associações livres de seus pacientes, assim como considerando sua própria autoanálise, Freud começou a investigar os relatos e lembranças dos sonhos. No livro que é com frequência descrito como seu trabalho mais importante – *A interpretação de Sonhos* (1900) – ele descreve como os sonhos ajudam a psique a se proteger e satisfazer-se. Obstáculos incessantes e desejos não mitigados preenchem o cotidiano. Os sonhos são um balanço parcial, tanto somática quanto psicologicamente. Freud indica que do ponto de vista biológico, a função dos sonhos é permitir que o sono não seja perturbado. Sonhar é uma forma de canalizar desejos não realizados através da consciência sem despertar o corpo. “Uma estrutura de pensamento, na maioria das vezes muito complicada, que foi construída durante o dia e não realizada (estabelecida) – um remanescente do dia – apegase firmemente mesmo durante a noite à energia que tinha assumido... e então ameaça perturbar o sono. Esse resíduo diurno é transformado num sonho pela

elaboração onírica e, dessa forma, torna-se inofensivo ao sono (1905; em Fodor, 1958, pp. 52-53).

Quase todo sonho pode ser compreendido como a realização de um desejo. O sonho é um caminho alternativo para satisfazer os desejos do id. Quando em estado de vigília, o ego esforça-se para proporcionar prazer e reduzir o desprazer. Durante o sono, necessidades não satisfeitas são escolhidas, combinadas e arranjadas de modo que as sequências do sonho permitam uma satisfação adicional ou redução de tensão. Para o id, não é importante o fato de a satisfação ocorrer à realidade físico-sensorial ou na imaginada realidade interna no sonho. Em ambos os casos, energias acumuladas são descarregadas (Fadiman e Frager, 1986).

Psicose

Uma forma extrema de distúrbio mental é denominada psicose. Os psicóticos perdem contato com a realidade e vivenciam o inconsciente de maneira direta, por meio de alucinações, vendo e escutando coisas que de fato não existem. A irracionalidade do comportamento psicótico reflete a irracionalidade subjacente do inconsciente (Cloninger, 2003).

Ansiedade e Mecanismos de Defesa

Segundo Schultz e Schulz (2002), a ansiedade funciona como uma advertência de que o ego está sendo ameaçado. Freud descreveu três tipos de ansiedade: Objetiva (real), neurótica e moral. A **ansiedade objetiva** vem do medo de perigos concretos do mundo real. Os outros dois tipos são derivados dela. Sendo assim, a **ansiedade neurótica** vem do reconhecimento dos perigos potenciais inerentes à gratificação instintual. Não é o temor dos instintos em si, mas o medo da punição suscetível de seguir o comportamento indiscriminado, dominado pelo id. Em outras palavras, esta ansiedade é o medo de ser punido por expressar desejos impulsivos. A **ansiedade moral** advém do medo da nossa própria consciência moral. Quando realiza ou mesmo pensa em realizar algum ato contrário ao conjunto de valores morais da consciência moral, a pessoa pode experimentar culpa ou vergonha. Logo, a ansiedade moral depende de quão desenvolvida é a consciência moral de cada um. O indivíduo menos virtuoso é menos suscetível de vivenciar a ansiedade moral.

Há dois modos de diminuir a ansiedade: o primeiro é lidar diretamente com a situação. Resolvendo problemas, superamos obstáculos, enfrentamos ou fugimos de ameaças e chegamos a termo de um problema a fim de minimizar seu impacto. Desta forma, lutamos para eliminar dificuldades e diminuir as probabilidades de sua repetição, reduzindo, assim, as perspectivas de ansiedade adicional no futuro. Nas palavras de Hamlet, “pegamos em armas contra um mar de perturbações e, opondo-nos, pomos fim a ele”. A outra forma de defesa contra a ansiedade deforma ou nega a própria situação. O ego protege toda a personalidade contra a ameaça, falsificando a natureza desta. Os modos pelos quais se dão as distorções são denominados **mecanismos de defesa** (Fadiman e Frager, 1986).

De acordo com Fadiman e Frager (1986), os mecanismos de defesa desenvolvidos na psicanálise são:

- **Repressão:** a repressão afasta da consciência um evento, ideia ou percepção potencialmente provocadoras de ansiedade, impedindo, assim, qualquer solução possível. É pena que o elemento reprimido ainda faça parte da psique, apesar de inconsciente, e que continue a ser um problema.

- **Negação:** a negação é a tentativa de não aceitar na realidade um fato que perturba o ego. Os adultos têm tendência de “fantasiar” que certos acontecimentos não são assim, que na verdade não aconteceram. Este voo de fantasia pode tomar várias formas, algumas das quais parecem absurdas ao observador objetivo.

- **Racionalização:** racionalização é o processo de achar motivos aceitáveis para pensamentos e ações inaceitáveis. É o processo através do qual uma pessoa apresenta uma explicação que é ou logicamente consistente ou esteticamente aceitável para uma atitude, ação, ideia ou sentimento que emerge de outras fontes motivadoras.

- **Formação Reativa:** esse mecanismo substitui comportamentos e sentimentos que são diametralmente opostos ao desejo real; é uma inversão clara e, em geral, inconsciente do desejo. Segundo Pervin e John (2004), a pessoa que usa a formação reativa não admite outros sentimentos, como as mães superprotetoras, que não permitem nenhuma hostilidade consciente contra seus filhos. A formação reativa é mais claramente observável quando a defesa falha, como quando um garoto modelo dispara uma arma contra os seus pais, ou quando um homem que “não mataria uma mosca” tem um surto assassino. De semelhante interesse, são os relatos ocasionais de juízes que cometem crimes.

- **Projeção:** o ato de atribuir à outra pessoa, ao animal ou ao objeto as qualidades, os sentimentos ou as intenções que se originam em si próprio, é denominado projeção. A pessoa pode, então, lidar com sentimentos reais, mas sem admitir ou estar consciente do fato de que a ideia ou comportamento temido é dela mesma.

- **Isolamento:** isolamento é um modo de separar as partes da situação provocadoras de ansiedade, do resto da psique. É o ato de dividir a situação de modo a restar pouca ou nenhuma reação emocional ligada ao acontecimento. O resultado é que, quando uma pessoa discute problemas que foram isolados do resto da personalidade, os fatos são relatados sem sentimento, como se tivessem acontecido a um terceiro.

- **Regressão:** regressão é um retorno a um nível de desenvolvimento anterior ou a um modo e expressão mais simples ou mais infantil. É um modo de aliviar a ansiedade escapando do pensamento realístico para comportamentos que, em anos anteriores, reduziriam a ansiedade. A regressão é um modo de defesa mais primitivo. Embora reduza a tensão, frequentemente deixa sem solução a fonte de ansiedade original.

Crescimento em Psicanálise

Segundo Pervin e John (2004), a teoria psicanalítica do desenvolvimento leva em consideração todos os aspectos do desenvolvimento do caráter (personalidade). Existem dois aspectos principais na teoria do desenvolvimento. O primeiro o indivíduo avança através de estágios de desenvolvimento. O segundo enfatiza a importância de eventos passados para todo o comportamento posterior. Uma posição psicanalítica extrema afirmaria que a maioria dos aspectos significativos da personalidade posterior é formada até o final dos primeiros cinco anos de vida.

Fases do Desenvolvimento

Em palavras de Schultz e Schultz (2002), Freud estava convencido de que os distúrbios neuróticos manifestos pelos seus pacientes tinham origem em experiências da infância. Por conseguinte, ele veio a ser um dos primeiros teóricos a atribuir um papel importante ao desenvolvimento da criança. Freud acreditava que o padrão de personalidade do adulto era estabelecido no começo

da vida, estando quase completamente formado por volta dos cinco anos. Na teoria psicanalítica do desenvolvimento, a criança passa por uma série de estágios psicosssexuais. No decorrer desses estágios, as crianças são consideradas autoeróticas, isto é, elas obtêm prazer erótico ou sensual ao estimular as zonas erógenas do corpo ou ao serem estimuladas pelos pais ou por outras pessoas que costumam cuidar delas normalmente. Cada estágio de desenvolvimento tende a estar localizado numa zona erógena específica.

Neste sentido, seguem as explicações referentes a cada fase:

Fase oral: a primeira importante de excitação, sensibilidade e energia é a boca. Ela é o local de excitação que leva o nome da fase oral. A primeira gratificação oral ocorre na alimentação, no ato de chupar o polegar e em outros movimentos da boca característicos de bebês. Na vida adulta, traços de oralidade podem ser vistos no ato de mascar chicletes, comer, fumar e beijar. No começo do estágio oral, a criança é passiva e receptiva. No estágio oral posterior, com o desenvolvimento dos dentes, pode haver uma fusão de prazeres sexuais e agressivos. Em crianças, essa fusão de gratificação instintiva verifica-se no ato de comer ração para animais. Mais tarde na vida, vemos traços de oralidade em várias esferas. Por exemplo, as atividades acadêmicas podem ter associações orais no inconsciente – o indivíduo recebe “alimento para o intelecto”, “incorpora” material de leitura e “regurgita” aquilo que aprendeu quando fez provas (Pervin & John, 2004).

A retenção de algum interesse em prazeres orais é normal. Este interesse só pode ser encarado como patológico se for o modo dominante de gratificação, isto é, se uma pessoa for excessivamente dependente de hábitos orais para aliviar a ansiedade (Fadiman & Frager, 1986).

Fase Anal: durante o segundo e o terceiro ano de vida, o prazer da criança é experimentado numa outra parte do corpo: o ânus. O desejo de controlar os movimentos esfínterianos da criança que começa a andar entra em conflito com a exigência social de aquisição de hábitos de higiene. Inicialmente, o prazer é experimentado pela recém-adquirida capacidade de reter as fezes, a fase anal retentiva, seguida da experiência da defecação intencional, a fase anal expulsiva. No caso de haver fixação nessa fase, podem aparecer conflitos para o resto da vida em torno de questões de controle, de guardar para si ou entregar. O caráter anal caracteriza-se por três traços: ordem, parcimônia e teimosia, confirmados em muitos estudos empíricos (Greenberg & Fischer, 1978; Cloninger, 2003).

Fase Fálica: seguindo Schultz e Schultz (2002), durante o estágio fálico, que ocorre por volta do quarto ano de idade, a satisfação erótica se transfere para região genital. Há muita manipulação e exibição dos órgãos genitais, bem como fantasias sexuais. Freud situou nesse estágio o desenvolvimento do complexo de Édipo, a partir da lenda grega em que Édipo mata inadvertidamente o pai e desposa a mãe. Freud sugeriu que as crianças sentem atração sexual pelo genitor do sexo oposto e temor pelo genitor do mesmo sexo, agora percebida como rival. Freud derivou essa noção de suas próprias experiências infantis: “Também no meu caso, encontrei amor na mãe e ciúme do pai”, escreveu ele (Freud, 1954, p. 223).

Latência: segundo Freud, todos os principais aspectos do caráter de nossa personalidade desenvolvem-se durante as fases oral, anal e fálica do desenvolvimento. Embora Freud tenha dado relativamente pouca atenção a fatores evolutivos após a resolução do complexo de Édipo, ele reconheceu a sua existência. Após a fase fálica, a criança entra em latência. O significado da fase de latência nunca ficou claro na teoria psicanalítica. A suposição de uma diminuição dos desejos e do interesse sexual durante as idades de 6 a 13 anos pode ter se encaixado nas observações de crianças vitorianas, mas não se aplica às observações de crianças em outras culturas. Uma suposição mais plausível, e mais difícil de testar, é que não haja novos desenvolvimentos durante esse estágio com relação às maneiras em que as crianças gratificam os seus instintos (Pervin & John, 2004).

Fase Genital: a fase final do desenvolvimento biológico e psicológico ocorre com o início da puberdade e o consequente retorno da energia libidinal aos órgãos sexuais. Neste momento, meninos e meninas estão ambos conscientes de suas identidades sexuais distintas e começam a buscar formas de satisfazer suas necessidades eróticas e interpessoais (Fadiman & Frager, 1986).

A Psicanálise e a atuação clínica

O adulto saudável conhece tanto a satisfação sexual direta como a sublimação indireta dos instintos sexuais, promovendo o famoso critério freudiano de saúde mental, *Lieben und Arbeiten*, ou seja, “amor e trabalho”. Isso é possível se não houver nenhuma fixação importante no desenvolvimento ou se as fixações forem resolvidas por meio de um tratamento psicanalítico. Freud descreveu a Psicanálise utilizando a metáfora da Arqueologia. O processo analítico procura “extrair” o material primitivo por muito tempo “soterrado” pela repressão e

traze-lo à superfície, à consciência, para que possa ser considerado juntamente com as aptidões do ego mais desenvolvido. A fórmula de Freud para se obter a saúde é: “Onde era id há de advir o ego” (1933/1966^a, p. 544; Cloninger, 2003).

Segundo Pervin e John (2004), Freud concentrou-se no método da **associação livre**, como base para a Psicanálise. Na associação livre, o paciente deve revelar ao analista cada pensamento que lhe vem à cabeça, não protelar nada, não esconder nada, não impedir que nada venha à consciência. A suspensão do controle consciente permite observar as forças do inconsciente, geralmente obscurecidas pelo consciente, dirigindo os pensamentos e as lembranças. Além das entrevistas, alguns clínicos também utilizam testes psicológicos para guiar os seus diagnósticos (Jaffe, 1992; Cloninger, 2003).

A incumbência do terapeuta é ajudar o paciente a relembrar, recuperar e re-integrar materiais inconscientes de forma que a vida atual deste possa ser mais satisfatória. Freud diz: “Nós o fazemos comprometer-se a obedecer a regra fundamental da análise, que dali em diante deverá dirigir o seu comportamento para nós. Deve dizer-nos não apenas o que pode dizer intencionalmente e de boa vontade, coisa que lhe proporcionará um alívio semelhante ao de uma confissão, mas também tudo o mais que a sua auto-observação lhe fornece, tudo o que lhe vem à cabeça, mesmo que lhe seja desagradável dizê-lo, mesmo que lhe pareça sem importância ou realmente absurdo” (1940, livro 7, p. 49 na ed. Bras.; Fadiman & Frager, 1986).

Fadiman e Frager (1986) citam que a tarefa do terapeuta é expor, explorar e isolar os instintos componentes que foram negados ou distorcidos pelo paciente. A reformulação ou estabelecimento de hábitos mais novos e saudáveis ocorrem sem a intromissão do terapeuta. “A psicossíntese é desse modo, atingida durante o tratamento analítico sem a nossa intervenção, automática e inevitavelmente” (1919, livro 27, p. 72 na ed. Bras.).

Em suma, então, a Psicanálise é considerada um processo de aprendizagem no qual o indivíduo retoma e completa o processo de crescimento que foi interrompido quando a neurose começou. O princípio envolvido é a reexposição de um paciente, em circunstâncias mais favoráveis, às situações emocionais que não puderam ser resolvidas no passado. Essa reexposição é afetada pela relação de **transferência** e pelo desenvolvimento de uma neurose de transferência. O termo transferência refere-se a um desenvolvimento, pelo paciente, de atitudes daquele paciente para com as figuras parentais. No sentido de que a transferência está

relacionada com distorções da realidade baseadas em experiências passadas, a transferência ocorre na vida cotidiana de todas as pessoas e em todas as formas de psicoterapia. Isso frequentemente ocorre de forma automática e inconsciente (Andersen e Berk, 1998; Glassman e Andersen, 1999; Pervin e John, 2004).

Embora a transferência seja parte de todas as relações e de todas as formas de terapia, a psicanálise distingue-se por utilizá-la como uma força dinâmica na mudança de comportamento. Muitas qualidades formais da situação analítica são estruturadas de maneira a melhorar o desenvolvimento da transferência (Pervin e John, 2004).

Outro fator importante no tratamento psicanalítico se chama **contra-transferência** e se caracteriza pelas reações emocionais do analista. Segundo Cloninger (2003), estas podem interferir no tratamento por representarem os complexos não-resolvidos do analista.

A Psicologia e a Psicanálise

A psicanálise desenvolveu-se fora da corrente principal da psicologia acadêmica, onde permaneceu por muitos anos. Vários fatores contribuíram para isto (Schultz e Schultz, 2002):

1. A ausência de um sentido de continuidade na obra de Freud com relação aos progressos da Psicologia. Não havia paralelos nem esforços coincidentes, porque o trabalho de Freud não tinha precedentes no desenvolvimento da Psicologia;

2. A Psicologia, em suas primeiras tentativas de ser uma ciência pura, estar centrada no método. A Psicanálise, em contraste, estava centrada no problema. A aplicação da Psicanálise ao tratamento das neuroses divergia do objetivo da Psicologia de descobrir leis do comportamento humano por meio dos métodos das ciências naturais. Esses diferentes objetivos e objetos de estudo requeriam métodos distintos.

Esta situação começou a se alinhar quando o conceito de ciência se expandiu com a chegada das ciências humanas. Além disto, a Psicologia, entendendo esta limitação do método de Francis Bacon, dividiu sua atenção com o problema e deixou de desejar ser uma ciência pura. Apesar de a psicanálise ser um sistema independente, por se tratar de uma leitura da mente humana, também influencia a Psicologia, que é a ciência da mente.



ATIVIDADES

01. Pesquise as diferenças entre o conceito de inconsciente de Freud em relação à visão atual sobre o mesmo tema.
 02. Cite três outros conceitos da Psicanálise que não foram citados nesta obra.
 03. Entenda o papel de Freud no desenvolvimento da Psicanálise Contemporânea.
 04. Pesquise quais foram as mudanças sofridas pela psicanálise desde a sua fundação até o momento atual.
-

3.2 As perspectivas neoanalíticas de C. G. Jung e A. Adler. E Fromm



OBJETIVOS

- Compreender a importância da teoria de Freud também pelos vieses de seus críticos;
 - Explicar os pontos em comum e divergente entre Jung e Freud;
 - Captar como a biografia de Adler foi capaz de influenciar na sua forma de pensar o ser humano;
 - Verificar o exemplo de Fromm, de como Freud pode ser mesclado com outras teorias.
-

Introdução

Conforme explicamos no capítulo 1, a psicanálise foi desenvolvida por Freud, que se tornou o estudioso da mente mais famoso do século XX, mas, nem de longe, esgotou-se nele. Para seu desgosto, muitos dos seus discípulos desenvolveram sistemas da personalidade criticando o seu sistema, inclusive atacando pilares cruciais de seu sistema.

Como veremos na biografia de Carl Jung, que foi considerado pelo próprio Freud como o principal discípulo e embaixador na divulgação e desenvolvimento da Psicanálise, este, ao escrever o livro “A Psicologia do Inconsciente”, assumiu uma postura dura e crítica ao trabalho de Freud, sendo que, com o

passar do tempo, Jung não esteve sozinho. Diversos seguidores fizeram o mesmo. Dentre eles, Adler e From se destacaram neste posicionamento contrário às ideias de Freud e será sobre estes três pensadores que falaremos nesta parte de nosso debate.

Carl Jung

Jung rompeu com Freud em 1914 – alguns anos depois de Adler – e desenvolveu a sua própria escola de pensamento, chamada de psicologia analítica. Como Adler, ele estava aflito com o que sentia ser uma ênfase excessiva na sexualidade. Ao invés disso, Jung considerava a libido como uma energia vital mais ampla. Embora a sexualidade seja parte dessa energia básica, a libido também abrange outros esforços por prazer e criatividade (Pervin & John, 2004).

Jung aceitava a ênfase de Freud no inconsciente, mas acrescentou o conceito de inconsciente coletivo. Segundo Jung, as pessoas possuem armazenadas em seu inconsciente coletivo, as experiências cumulativas das gerações passadas. O inconsciente coletivo, ao contrário do inconsciente pessoal, é compartilhado por todos os humanos como resultado de sua ascendência comum. Ele faz parte de nossa herança animal, nosso elo com milhões de anos de experiências passadas: “Essa vida psíquica é a mente de nossos antigos ancestrais, a maneira como pensavam e sentiam, a maneira como concebiam a vida e o mundo, os deuses e os seres humanos. A existência dessas camadas históricas, presumivelmente, é a fonte da crença na reencarnação e em memórias de vidas passadas” (Jung, 1939, p. 24; John & Pervin, 2004).

Ao olharmos esta sinopse, torna-se fácil perceber como dois pensamentos oriundos de uma mesma fonte podem divergir de maneira tão enfática. Dessa forma, não faz sentido continuarmos adentrando nos pensamentos de Jung sem visualizarmos um pouco da sua vida.

Biografia

Carl Gustav Jung nasceu na Suíça a 26 de julho de 1875. Seu pai e vários parentes próximos eram pastores luteranos e, portanto, já na infância, Jung foi afetado de maneira profunda por questões religiosas e espirituais. Em sua autobiografia, memórias, sonhos e reflexões, Jung relata duas experiências precoces extremamente poderosas, que influenciaram de forma marcante sua atitude frente

à religião. Entre três e quatro anos, sonhou com uma imagem fálica aterrorizante, em cima de um trono, num quarto subterrâneo. O sonho assediou Jung durante anos. Só muito tempo mais tarde ele descobriu que a imagem era um falso ritual; representava um “Deus subterrâneo”, mais amedrontador, porém mais real e poderoso para Jung que Jesus e a Igreja (Fadiman e Frager, 1986).

De acordo com os mesmos autores, a segunda experiência ocorreu quando Jung tinha 12 anos. Ele saiu da escola, ao meio-dia, e viu o sol cintilado no telhado da catedral. Refletiu sobre a beleza do mundo, o esplendor da igreja e a majestade de Deus sentado, no alto do firmamento, num trono de ouro. Jung ficou então, de súbito, aterrorizado com a direção de seus pensamentos e recusou-se a continuar a pensar nesta linha, que ele sentia como altamente sacrílega. Tentou, por vários dias, suprimir o pensamento proibido, afinal, Jung permitiu a si mesmo completá-lo: ele viu a bonita catedral e Deus sentado em seu trono, lá no alto, sobre o mundo, e por baixo do trono saiu um enorme excremento que caiu sobre o teto da catedral, despedaçou-a e quebrou suas paredes.

Jung interpretou sua experiência como uma prova enviada por Deus para mostrar-lhe que cumprir os Seus desejos pode fazer com que a pessoa vá contra a igreja e contra as mais sagradas tradições. Daí em diante, Jung sentiu-se distanciar da devoção convencional de seu pai e de seus parentes religiosos. Ele viu como a maioria das pessoas se afasta de uma experiência religiosa direta, permanecendo limitada pela letra de convenção da Igreja ao invés considerar seriamente o espírito de Deus como uma realidade viva (Fadiman & Frager, 1986).

Ao chegar à Universidade, Jung estudou medicina, cuja especialização realizada foi a psiquiatria. Segundo Cloninger (2003), quando ainda era um jovem psiquiatra, Jung dava conferências na Universidade de Zurique, desenvolveu uma técnica de associações de palavras para revelar os complexos emocionais de seus pacientes e tinha um consultório particular. Acolheu com entusiasmo a obra psicanalítica de Freud e a defendeu em seus próprios escritos profissionais, apesar das controvérsias de que era alvo. Após um período de correspondências cheias de admiração mútua, ambos se encontraram no consultório de Freud em Viena. Esse primeiro encontro durou treze horas, confirmando a amplitude do interesse e respeito mútuo de ambos. Sua correspondência continuou ativa, sendo publicada posteriormente (McGuire, 1974). Viajaram juntos para os Estados Unidos em 1909 para apresentar a psicanálise nas conferências presididas por G. Stanley Hall na Clark University, tendo sido muito bem recebidos (Jung, 1910/1987).

A despeito de sua íntima amizade, os homens discordavam em pontos fundamentais. Jung nunca foi capaz de aceitar a insistência de Freud de que as causas da repressão eram sempre traumas sexuais. Este último, por sua vez, ficava sempre apreensivo com o interesse de Jung pelos fenômenos mitológicos, espirituais e ocultos. Os dois homens tiveram um rompimento definitivo em 1912, quando Jung publicou “Symbols of Transformation”, que incluía sua análise da libido como uma energia psíquica generalizada, assim como outras ideias que diferiam das de Freud. Este rompimento foi doloroso para Jung, mas ele havia decidido permanecer fiel às suas próprias convicções (Fadiman & Frager, 1986).

Psicologia Analítica

Como Freud, Carl Jung propôs uma teoria da personalidade que atribui um papel predominante ao inconsciente. Para Jung, contudo, a libido não é primariamente sexual, mas constitui uma ampla energia psíquica com dimensões espirituais. Jung acreditava que os desenvolvimentos mais interessantes da personalidade ocorrem na idade adulta, e não na infância. Essa ênfase reflete sua preocupação com as futuras direções para as quais a personalidade se dirige, em contraste com a ênfase de Freud no passado. Como Freud, Jung permitia a si mesmo vivenciar o inconsciente em primeira mão por meio de sonhos e fantasias, comparando seu papel ao de um explorador. Considerava-se suficiente forte para fazer essa viagem perigosa e voltar para contar aos outros o que encontrara. Diferentemente de Freud, que tentava entender o inconsciente do ponto de vista objetivo de um cientista, Jung considerava a ciência uma ferramenta inadequada para se conhecer a psique (Cloninger, 2003).

Introversão e Extroversão

Dentre todos os conceitos de Jung, introversão e extroversão são os mais usados. Jung descobriu que cada indivíduo pode ser caracterizado como sendo primeiramente orientado ou para seu interior ou para o exterior. A energia dos introvertidos segue de forma mais natural em direção a seu mundo interno, enquanto a energia do extrovertido é mais focalizada no mundo exterior (Fadiman & Frager, 1986).

Ego

O ego para Jung, assim como para Freud, trata-se do aspecto mais consciente da psique humana, já que tem a ver com a relação feita pela pessoa em relação a aspectos inconscientes, que são internos, e a fatores externos ao sujeito.

O ego também é o centro da nossa vontade. Permite que lutemos por objetivos conscientes. Há, contudo, limites para o poder da vontade, devido às limitações da própria consciência. Para utilizar a metáfora de Jung, o ego é parte da personalidade, mas não o seu centro. Muitas pessoas identificaram-se em demasia com sua consciência, colocando-a no centro de sua personalidade. Provavelmente, a maneira mais comum de estar desequilibrado, em especial na primeira metade da vida, **é identificar-se demais com as experiências e as intenções conscientes. Jung chamava isso de inflação do ego.** Estar inflado é considerar-se grande coisa, acreditar que o ego é mais importante do que de fato é. Tudo isso em função do ego estar tomado pela energia de um arquétipo. Muitas crises de meia-idade ocorrem quando as pessoas finalmente percebem as limitações de sua consciência, muitas vezes devido à circunstâncias adversas, como um revés profissional ou o fim de um casamento (Cloninger, 2003).

Persona

A persona é o aspecto da personalidade que se adapta ao mundo. O termo significava originalmente a máscara que os atores usavam no teatro e continua refletindo os papéis que desempenhamos, não no teatro, mas na sociedade. A persona forma-se pelas reações que desencadeamos nas outras pessoas: à medida que as pessoas nos veem como bem-apegoados, inteligentes ou com porte atlético, isso vai se tornando a nossa autoimagem, ou persona (Cloninger, 2003).

Segundo Fadiman e Frager (1986), a persona tem aspectos tanto positivos quanto negativos. Uma persona dominante pode abafar o indivíduo e aqueles que se identificam com sua persona tendem a se ver apenas nos termos superficiais de seus papéis sociais e de fachada. Jung chamou também a persona de “arquétipo da conformidade”. Entretanto, a persona não é totalmente negativa. Ela serve para proteger o ego e a psique das diversas forças e atitudes sociais que nos invadem.

Sombra

Enquanto a consciência se ocupou de criar uma persona socialmente aceitável, outras potencialidades da personalidade foram deixadas de lado ou ativamente reprimidas. O termo sombra refere-se aos aspectos da psique que são removidos da consciência pelo ego por serem incompatíveis com a concepção que a pessoa tem de si mesma (Cloninger, 2003).

Anima / Animus

Jung postulou uma estrutura inconsciente que representa a parte sexual oposta de cada indivíduo; ele denomina tal estrutura de **anima** no homem e **animus** na mulher. Esta estrutura psíquica básica funciona como um ponto de convergência para todo material psíquico que não se adapta à autoimagem consciente de um indivíduo como homem ou mulher. Portanto, na medida em que uma mulher define a si mesma em termos femininos, seu animus vai incluir aquelas tendências e experiências dissociadas que ela definiu como masculinas (Fadiman & Frager, 1986).

Jung declara que: *“A anima, sendo feminina, é a figura que compensa a consciência masculina. Na mulher, a figura compensadora é de caráter masculino, e pode ser designada pelo nome de animus”*. Enquanto a anima produz caprichos na consciência masculina, a anima produz opiniões na mulher, sempre quando ambos (homem e mulher) estejam unilateralmente vivendo apenas seus estados masculinos e femininos em suas consciências. Então, para Jung, a anima e o animus emergem do inconsciente para compensar estes estados polarizados, apoiados em conteúdos disfarçados em ensinamentos.

E, na sua obra denominada “O eu e o inconsciente”, ele declara:

“As opiniões do animus apresentam muitas vezes o caráter de sólidas convicções, difíceis de comover, ou de princípios cuja validade é aparentemente intangível. Se analisarmos, porém, tais opiniões, logo depararemos com pressupostos inconscientes que deveriam ser provados, de início; em outras palavras, as opiniões foram concebidas como se tais pressupostos existissem. Na realidade, essas opiniões são totalmente irrefletidas; existem prontinhas e são mantidas com tal firmeza e convicção pela mulher que as formula, como se esta jamais tivesse tido a menor sombra de dúvida a respeito.”

Para melhor entendimento na relação entre anima e animus e a relação destes com o ser humano, Pervin e John (2004) explicam que se trata de uma luta entre nossas partes masculinas e femininas. Se um homem rejeita a sua parte feminina, ele pode enfatizar o domínio e a força até um nível excessivo, parecendo frio e insensível aos sentimentos dos outros. Se uma mulher rejeita sua parte masculina, ela pode se absorver excessivamente na maternidade.

Uma das mais comuns e potencialmente saudáveis instâncias de projeção do animus e da anima é a experiência de apaixonar-se (Jung, 1931 / 1954). Apaixonar-se é uma promessa de restauração da peça faltante da psique que foi deixada para trás no inconsciente quando a personalidade consciente se desenvolveu. Essa experiência, evidentemente, está fora do planejamento realista e consciente do ego e, neste sentimento, é irracional. Tal projeção é a essência do romance, quer evolua positivamente, como no conto de fadas de Cinderela, quer tragicamente, como no Romeu e Julieta, de Shakespeare. Os amantes sentem-se psicologicamente completos na companhia um do outro. Junto do amante, sente-se a presença do animus ou da anima ainda não conscientemente desenvolvido. **Gradualmente, por intermédio da relação amorosa, a mulher desenvolve suas potencialidades masculinas e o homem torna-se mais consciente de suas qualidades femininas reprimidas.** Dessa forma, o amor, inicialmente baseado na projeção, passa a estar baseado num melhor conhecimento do outro. Numa relação amorosa psicologicamente saudável, a sombra também é aceita na consciência. O apaixonado aceita o outro na sua globalidade, inclusive aspectos rejeitados da sombra. Assim, o amor facilita o desenvolvimento psicológico (Cloninger, 2003).

Inconsciente coletivo

Jung escreve que nós nascemos com uma herança psicológica, que se soma à herança biológica. Ambas são determinantes essenciais do comportamento e da experiência (Fadiman e Frager, 1986). O nome desta herança se chama **inconsciente coletivo**. Esse inconsciente constitui o núcleo do misticismo de Jung e é o conceito menos aceito pela psicologia dominante. Jung descreveu o inconsciente coletivo como hereditário, presente na estrutura cerebral dos seres humanos e independente da experiência pessoal. Pode-se descrevê-lo como os circuitos previamente instalados de nosso cérebro, para empregar uma metáfora elétrica, ou chips ROM (memória apenas para leitura), para usar uma

metáfora eletrônica – conteúdo esse que é instalado na máquina na fábrica e não pode ser modificado pelo usuário. O inconsciente coletivo é formado pelas experiências remotas das espécies humanas e transmitido a cada indivíduo pela herança genética (Cloninger, 2003).

Arquétipos

Dentro do inconsciente coletivo há “estruturas” psíquicas ou arquétipos. Tais arquétipos são formas sem conteúdo próprio que servem para organizar ou canalizar o material psicológico. Eles se parecem um pouco com leitos de rios secos, cuja forma determina as características do rio desde que a água começa a fluir por eles. Jung também chama os arquétipos de imagens primordiais, porque eles correspondem frequentemente a temas mitológicos que reaparecem em contos e lendas populares de épocas e culturas diferentes (Fadiman & Frager, 1986).

Segundo Fadiman & Frager (1986), a história de Édipo é uma boa ilustração de um arquétipo. É um motivo tanto mitológico quanto psicológico, uma situação arquetípica que lida com o relacionamento do filho com seus pais. Há, obviamente, muitas outras situações ligadas ao tema, tal como o relacionamento da filha com seus pais, o relacionamento dos pais com os filhos, relacionamentos entre homem e mulher, irmãos, irmãs e assim por diante.

Sonhos

Assim como Freud, Jung também reconhece o papel dos sonhos como fator influenciador na mente humana. Segundo Fadiman e Frager (1986), para Jung, os sonhos desempenham, na psique, um importante papel complementar (ou compensatório). Ajudam a equilibrar as influências dispersadoras e imensamente variadas às quais estamos expostos em nossa vida consciente; tais influências tendem a moldar nosso pensamento de diversas maneiras que são com frequências inadequadas à nossa personalidade e individualidade.

Terapia Jungiana

A terapia Jungiana, como a Psicanálise freudiana, concentra-se, sobretudo nos sonhos e no material simbólico. Diferentemente de Freud, Jung não enfatizava o passado ou as origens infantis das dificuldades psicológicas. Dispensava tam-

bém o divã psicanalítico. Prefere encontros face a face entre terapeuta e paciente, o que refletia sua convicção de que o terapeuta não pode esconder-se por trás da autoridade e de um disfarce de objetividade científica (Cloninger, 2003).

Em relação à terapia, segundo Fadiman e Frager (1986), Jung delineou dois estágios principais do processo terapêutico, cada qual com duas partes:

- **Estágio analítico:** consiste inicialmente em confissão, na qual o indivíduo começa a retornar o material inconsciente. Laços de dependência em relação ao terapeuta tendem a se desenvolver neste estágio. Depois, vem a elucidação do material confessional, passagem em que se desenvolve maior familiaridade e compreensão dos processos psíquicos. A pessoa continua dependente do terapeuta.

- **Estágio Sintético:** em primeiro lugar, vem a educação na qual Jung sublinhou a necessidade de deslocar-se do insight para novas experiências reais que resultem no crescimento individual e na formação de novos hábitos. A parte final é a transformação. O relacionamento analista-analisando é integrado e a dependência é reduzida, uma vez que o relacionamento se transforma.

O processo terapêutico por uma ferramenta desenvolvida por Jung merece destaque. Seu nome é **Teste de Associação de Palavras**. Nele, o paciente deve dizer tudo o que vem à cabeça após ouvir determinada palavra. De acordo com Cloninger (2003), associações incomuns e demora em responder indicam que um complexo psicológico pode ter sido ativado. Aliás, o Teste de Associação de Palavras de Jung influenciou Hermann Rorschach, colega de Jung no hospital Burgholzli, no desenvolvimento do famoso teste dos borrões de tinta de Rorschach (Pichot, 1984).

Alfred Adler

Por aproximadamente uma década, Alfred Adler foi membro ativo da Sociedade de Psicanálítica de Viena. Entretanto, em 1911, quando apresentou suas ideias aos outros membros de seu grupo, a resposta foi tão hostil que ele a deixou para formar sua própria escola de Psicologia Individual (Pervin & John, 2004).

De acordo com Pervin e John (2004), talvez o mais significativo no rompimento de Adler e Freud tenha sido a sua ênfase maior em desejos sociais e pensamentos conscientes do que nos desejos sexuais instintivos e nos processos

inconscientes. No entanto, assim como fizemos com Jung, faremos uma revisão sobre sua biografia para entendermos sua forma de pensar.

Biografia

Alfred Alder nasceu num subúrbio de Viena (Penzing) em 1870. Foi o segundo filho de uma família de quatro meninos e duas meninas. Seu pai era comerciante de grãos e sua família gozava de uma situação financeira confortável, sendo uma das poucas famílias judias das redondezas. Quando criança, Alfred era doentio e sofria de raquitismo. Suas lembranças mais remotas datam dos dois anos de idade: estava de tal forma enfaixado que mal podia mover-se, enquanto seu irmão mais velho se movimentava livremente. Sua infância, disse ele, foi frequentemente infeliz devido ao melhor desempenho de seu irmão maior, com quem Alfred competia, sem sucesso. Aos cinco anos, Alfred ouviu um médico dizer ao seu pai que a sua pneumonia era tão séria que ele iria morrer; qualquer tratamento seria inútil. Essa afirmação parecia verossímil, pois o irmão mais novo de Adler, com quem ele dividia um quarto, morrera na cama dois anos antes. Consultou-se, porém um segundo médico, que prescreveu um tratamento graças ao qual o menino se recuperou. Alfred decidiu tornar-se médico, “a fim de superar a morte e o medo da morte” (Ansbacher & Ansbacher, 1956, p. 199). Não bastasse tudo isso, foi atropelado duas vezes, aos quatro e aos cinco anos de idade (Cloninger, 2003).

Adler obteve seu título de médico em 1895. Praticou antes Oftalmologia e, depois, Clínica Geral. Por causa de seu crescente interesse no funcionamento e adaptação do sistema nervoso, seus interesses profissionais, mais tarde, deslocaram-se para o campo da Neurologia e Psiquiatria (Fadiman & Frager, 1986).

Segundo Fadiman & Frager (1986), em 1902, Adler tornou-se um dos quatro primeiros membros do círculo íntimo que se desenvolveu em torno de Freud. Adler era aparentemente o membro mais ativo do grupo e gozava de alta estima por parte de Freud. Embora seus pontos de vista sobre neurose já tivessem começado a diferir dos de Freud, de forma significativa, em 1910 este último indicou-o para primeiro presidente da Sociedade Psicanalítica Vienense.

Em 1911, contudo, incapaz de conciliar as contribuições teóricas de Adler com as suas próprias, Freud rompeu com ele. Freud questionou a capacidade intelectual de Adler e chamou-o de paranóico. Um biógrafo simpático a Adler afirma que Freud tinha ciúmes da genialidade de Adler (Bottome, 1947). Freud

acusou Adler de não reconhecer a importância do inconsciente e, portanto, de se afastar do ponto fundamental da psicanálise. Adler, por sua vez, via Freud como uma criança mimada que nunca superara a autoindulgência da infância e que se agarrava à autoridade como modo de defesa (Cloninger, 2003).

A consequência deste afastamento, de acordo com Fadiman e Frager (1986), foi o fato de Adler e seus seguidores terem se tornado ativos no campo da educação, especialmente em treinamento de professores, pois Adler acreditava que era de extrema importância trabalhar com aqueles que formavam a mente e o caráter dos jovens. Adler e seus associados também estabeleceram centros de orientação de crianças nas escolas públicas, onde estas e suas famílias podiam receber aconselhamento. Por volta de 1930, somente em Viena, havia trinta clínicas deste tipo.

Adler publicou muitos escritos e monografias e também começou a dedicar grande parte do seu tempo a excursões para fazer conferências pela Europa e Estados Unidos. Em 1928, Adler proferiu conferências na Nova Escola para Pesquisa Social em Nova Iorque e, um ano mais tarde, ali retornou para uma série de conferências e demonstrações clínicas. Adler saiu de Viena por causa da ascensão do nazismo. Estabeleceu-se nos Estados Unidos e aceitou um cargo de psicologia médica na Escola de Medicina de Long Island em 1932. Morreu na Escócia em 1937, com a idade de 67 anos, durante uma tournée de conferências pela Europa (Fadiman & Frager, 1986).

Psicologia Individual

Alfred Adler foi um dos primeiros e mais influentes dissidentes entre os psicanalistas do círculo de Freud. Diferentemente de Freud, que enfatizava os conflitos universais que todas as pessoas vivenciam, Adler dirigia sua atenção para a singularidade de cada pessoa. Chamou sua teoria de **Psicologia Individual**. Adler afirmava que as pessoas devem ser entendidas a partir de uma perspectiva social, e não biológica. Opunha-se à ênfase exclusiva de Freud no sexo como fonte de energia e asseverava que qualquer abordagem determinista que não considere as metas do indivíduo é incompleta e não pode proporcionar uma terapia eficaz. A insistência de Adler na tendência inata ao interesse social e numa abordagem holística da personalidade preparou o caminho para o conceito dos psicólogos humanistas da autorrealização (R. S. Runyon, 1984; Cloninger, 2003).

Mais abaixo, veremos os principais conceitos de Adler:

Inferioridade e Compensação / Busca pela Superioridade

Adler sugeriu que, em cada indivíduo, certos órgãos são de alguns modos mais fracos que outros, o que torna a pessoa mais suscetível a doenças e enfermidades envolvendo estes órgãos mais frágeis. Adler observou que pessoas com fraquezas orgânicas graves tentarão, com frequência, compensá-las, e um órgão antes fraco pode tornar-se mais fortemente desenvolvido por meio de treino e exercício, via de regra resultando muito maior habilidade ou força do indivíduo (Fadiman & Frager, 1986).

Como consequência, Adler fez a convergência deste aspecto físico ao emocional. De acordo com Fadiman e Frager (1986), Adler ampliou sua investigação sobre inferioridade orgânica para o estudo do sentimento psicológico de inferioridade. Ele criou o termo **complexo de inferioridade** e afirmava que todas as crianças são profundamente afetadas por um sentimento de inferioridade, que é uma consequência inevitável do tamanho da criança e de sua falta de poder. Entretanto, sentimentos de inferioridade mais moderados podem motivar os indivíduos para realizações construtivas.

Já o conceito de superioridade pode ser resumido pela busca do autoaperfeiçoamento no intuito de se tornar um indivíduo mais capaz de enfrentar os obstáculos de seu meio.

Em contrapartida, para Adler, a dinâmica que rege o complexo de inferioridade possui um “porém”. Segundo Cloninger (2003), alguns neuróticos reprimem seus sentimentos de inferioridade e se acreditam melhores que os outros. Esse resultado é denominado **complexo de superioridade**. Por mascarar uma sensação inconsciente de inferioridade, não é uma saída saudável.

Estilo de Vida

Adler enfatizou a necessidade de analisar cada indivíduo como um todo unificado. O estilo de vida é o único caminho que um indivíduo escolhe para buscar seu objetivo. É um estilo integrado de adaptação e integração com a vida em geral (Fadiman & Frager, 1986).

O objetivo de uma pessoa orienta um estilo de vida único. O estilo de vida começa num processo compensatório, suprimindo uma inferioridade particular, e leva à coerência da personalidade na medida em que a pessoa compensa, ou até mesmo sobrecompensa, sua inferioridade. Além do objetivo, o estilo de vida inclui as ideias que o indivíduo tem sobre si mesmo e sobre o mundo e sua maneira única de lutar por seu objetivo pessoal nesse mundo. Algumas pessoas adotam estilos de vida antissocial, trapaceando e procurando de forma agressiva sua própria satisfação; outras são cooperativas e trabalhadoras (Cloninger, 2003).

Esquema de Apercepção

Como parte do estilo de vida, cada indivíduo desenvolve uma concepção de si mesmo e do mundo. Adler denominou este fato **esquema de apercepção**. A apercepção é um termo psicológico que se refere à percepção envolvendo uma interpretação subjetiva do que é percebido (Fadiman & Frager, 1986).

Interesse Social

Os seres humanos são fundamentalmente sociais. Um senso de comunidade é essencial para a sobrevivência humana. Adler via cada indivíduo como um ser “socialmente incrustado”. Quanto mais **interesse social** a pessoa tiver, mais os seus esforços estarão canalizados para tarefas sociais compartilhadas em detrimento de metas egoístas, e mais sadia em termos psicológicos essa pessoa será. Esse conceito de interesse social ajuda a corrigir a excessiva ênfase conferida ao individualismo na cultura ocidental (Richardson & Guignon, 1988; Triandis, 1989; Cloninger, 2003).

Saúde Psicológica

A descrição da saúde psicológica feita por Adler foi expressa em termos mais sociais e menos individuais do que no método intrapsíquico de Freud. Ele insiste na manutenção de relações sadias com as outras pessoas, e não apenas com a própria libido (Cloninger, 2003).

Além disto, Adler considerou a realização do termo “**tarefas da vida**” como indício de saúde mental. Segundo Cloninger (2003), a vida em sociedade

requer cooperação e, portanto, interesse social. Isso é facilmente percebido considerando-se as três tarefas fundamentais da vida: **trabalho, amor e interação social**.

Terapia

Pelo fato de a Psicologia Individual acreditar que todas as falhas de personalidade resultam de uma falta de interesse social, a terapia adleriana tem por objetivo incentivar o interesse social do indivíduo, ou seja, assumir uma função maternal (Ansbacher & Ansbacher, 1956, p. 119). Ao sublinhar a natureza social do ser humano, os adlerianos também têm grande participação na terapia familiar (Dinkmeyer & Dinkmeyer, 1989; Sherman & Dinkmeyer, 1987; Cloninger, 2003).

O estilo de vida do paciente é avaliado no começo da terapia, muitas vezes na primeira consulta. Isso proporciona um contexto para compreensão do problema específico de cada paciente (Cloninger, 2003). Em seguida, seguem mais dois aspectos que orientam a terapia de Adler, segundo Fadiman e Frager (1986): ajudar os pacientes a se entenderem e fortalecer o interesse social.

Erich Fromm

Como poderemos ver na biografia de Fromm, trata-se de um pensador embasado pela psicanálise, mas, assim como todos os outros, possui características que marcaram a sua passagem.

Um dos pontos que marcam toda sua teoria tem a ver com as influências de Karl Marx e o que elas poderiam somar com a Psicanálise. De modo geral, através de seu vasto entendimento, Fromm buscou costurar pontos em comum de diversos conhecimentos, como filosofia, religião, história, sociologia e literatura e é sobre este autor que falaremos a partir de agora.

Biografia

Erich Fromm nasceu em Frankfurt, Alemanha, em 1900, e estudou psicologia e sociologia nas Universidades de Heidelberg, Frankfurt e Munique. Depois de receber seu PhD em Heidelberg, em 1922, fez formação psicanalítica em Munique e no famoso Instituto Psicanalítico de Berlim. Ele foi para os Estados Uni-

dos em 1933 como palestrante do Instituto Psicanalítico de Chicago e depois iniciou sua prática privada na cidade de Nova York. Ensinou em várias universidades e institutos nos Estados Unidos e no México. Em 1976, Fromm mudou-se para Suíça, onde morreu em 1980. Seus livros receberam considerável atenção não só de especialistas nos campos da psicologia, sociologia, filosofia e religião, mas também do público em geral (Hall, Lindzey & Campbell, 2000).

Teoria de Fromm

O tema essencial de toda a obra de Fromm é que a pessoa se sente solitária e isolada porque se separou da natureza e das outras pessoas. Essa condição de isolamento não é encontrada em outras espécies de animais; ela é distintiva da situação humana. A criança, por exemplo, liberta-se dos laços primários com os pais e em resultado sente-se isolada e desamparada. O servo conquista finalmente a sua liberdade apenas para se descobrir à deriva em um mundo predominantemente alienígena. Como servo, ele pertencia a alguém e sentia-se relacionado com o mundo e com as outras pessoas, mesmo que não fosse livre. Em seu livro *Escape from Freedom* (1941), Fromm desenvolveu a tese de que, conforme os humanos conquistaram mais liberdade através dos tempos, eles passaram a se sentir sozinhos. A liberdade se torna então uma condição negativa da qual eles tentam escapar (Hall, Lindzey & Campbell, 2000).

De acordo com os mesmos autores, a estratégia para sair deste dilema é a pessoa unir-se a outras no espírito do amor e do trabalho compartilhado. A opção não sadia é a pessoa tentar “escapar da liberdade”. É possível escapar por três meios:

1. **Autoritarismo:** submissão masoquista a pessoas mais poderosas ou por uma tentativa sádica de tornar-se a autoridade poderosa;

2. **Destrutividade:** tentativa de escapar da impotência, destruindo os agentes e as instituições sociais que produzem um senso de desamparo e isolamento. Quanto mais o impulso de crescimento da pessoa for frustrado, mais destrutiva ela se tornará. Essa análise corresponde perfeitamente ao crescente predomínio da violência gratuita entre os membros das classes desfavorecidas na nossa sociedade;

3. **Conformidade de autômato:** a pessoa renuncia ao seu estado de ser ela mesma adotando um “pseudo self” com base nas expectativas alheias. Observem como essa dinâmica é semelhante aos processos descritos por Karen Horney e Carl Rogers e a “inflação da persona” de Carl Jung.

A conclusão que podemos tirar destes aspectos é que o ser humano utiliza de sua liberdade de duas maneiras: sadia e não sadia, sendo que, no primeiro caso, esta se caracteriza pelo uso da liberdade para desenvolver uma sociedade melhor. Já no último caso, ele adota uma postura servil.

Ao falarmos da teoria de Fromm, podemos dizer que se trata de uma teoria que abarca a existência humana como um todo, pois este autor delimita cinco necessidades para tal:

1. Relacionar-se: está intimamente ligado à substituição da relação com a influência das faculdades de imaginar e raciocinar, que fizeram com que o homem perdesse a ligação que os animais de um modo geral possuem com a natureza, no sentido de serem capazes de lidar com as condições pelas quais encontram em seu habitat. Em lugar deste, o ser humano precisa delimitar seus relacionamentos mais satisfatórios baseados no amor produtivo.

2. Transcendência: tem relação com o ato do ser humano, através das faculdades mentais que citamos no tópico anterior, apresentar um diferencial em relação aos outros animais, transcendendo a natureza animal e seus instintos.

3. Enraizamento: tem a ver com o sentimento de pertencer a um todo. Fromm cita como exemplo a relação da criança com a mãe, que, se for mantida depois da infância pode ser uma relação perigosa. Este tópico se determina pelo sentimento de afinidades em relação a outras pessoas.

4. Identidade: a identidade se refere ao fato do sentimento de se sentir único, que se origina da relação com o outro e que está intimamente ligada ao fator enraizamento. No momento em que sentimos mais afinidades com um e menos com o outro, também estamos nos caracterizando como seres únicos. Até porque, com este sujeito que nos alinharmos, também verificaremos diferenças.

5. Estrutura de Orientação: este ponto tem a ver com o fato de o sujeito desenvolver um ponto de referência pelo qual visualiza o mundo a sua volta, no intuito de não se sentir perdido. Por exemplo, quando percebemos, parados numa calçada, alguém se movimentando num carro, o nosso ponto de referência é a calçada e por estarmos parados. Por isso, entendemos que o outro está em movimento. No entanto, se estivéssemos no mesmo carro da pessoa, acreditaríamos que a mesma está parada, pois nosso ponto de referência seria diferente.

6. Excitação/Estimulação: aqui, Fromm se refere ao fato da nossa ação e reação ao mundo em que vivemos. Segundo o autor, existem dois tipos de

estímulos: básicos e ativadores. O primeiro tem a ver com as respostas às pulsões. Se você está com sono, você dorme. O último, por sua vez, está relacionado com a motivação pela busca de objetivos. Segundo Hall, Lindzey e Campbell (2000), os estímulos ativadores de Fromm soam como a busca do *proprium* de Allport e como as metanecessidades de Maslow.

Ao analisarmos estas necessidades, para um melhor entendimento, cabe compreendermos o seu período histórico. De acordo com Hall, Lindzey e Campbell (2000), *Escape from Freedom* foi escrito sob a sombra da ditadura nazista e mostra que essa forma de totalitarismo atraía as pessoas porque lhes oferecia uma nova segurança. Mas, como Fromm salientou em livros subsequentes (1947, 1955, 1964), qualquer forma de sociedade criada pelo ser humano, seja o feudalismo, capitalismo, fascismo, socialismo, ou seja, o comunismo representa uma tentativa de resolver a contradição básica dos humanos. Essa contradição consiste em a pessoa ser tanto uma parte da natureza quanto separada dela, em ser simultaneamente um animal e um ser humano. Como animais, temos certas necessidades fisiológicas que precisam ser satisfeitas. Como seres humanos, possuímos autoconsciência, razão e imaginação. As experiências exclusivamente humanas são os sentimentos de ternura, amor e compaixão, atitudes de interesse, responsabilidade, identidade, integridade, vulnerabilidade, transcendência e liberdade, valores e normas (1968). Os dois aspectos da pessoa, animal e ser humano, constituem as condições básicas da existência humana: “A compreensão da psique do homem deve basear-se na análise das necessidades humanas decorrentes das condições de sua existência” (1955, p. 25).

Após delinear as diferenças entre os homens e os animais em geral, Fromm cita seis tipos de caráter social que podem ser encontrados na sociedade atual (Hall, Lindzey & Campbell, 2000):

1. Receptivo;
2. Explorador;
3. Açambarcador;
4. Comerciante;
5. Produtivo;
6. Biófilo/Necrófilo.

Segundo Hall, Lindzey e Campbell (2000), estes tipos representam as diferentes maneiras como os indivíduos se relacionam com o mundo e com os outros. Só o último deles foi considerado por ele como sadio e como expressando o que Marx chamou de “atividade consciente livre”. Todo indivíduo é uma mistura desses cinco tipos de orientação em relação ao mundo, embora uma ou duas das orientações em relação ao mundo possam estar mais evidentes do que as outras. Assim, é possível que uma pessoa que seja um tipo produtivo-açambarcador ou um tipo improdutivo-açambarcador poderia ser uma pessoa que adquire terras ou dinheiro para ser mais produtiva; um tipo improdutivo-açambarcador seria uma pessoa que acumula bens apenas pelo prazer de acumular, sem qualquer benefício para a sociedade.

Como é possível perceber, a teoria de Fromm não se remete apenas à personalidade psicológica do ser humano, mas também à relação que este possui com a sociedade e o mundo a sua volta. Não é à toa que um dos grandes influenciadores de Fromm foi Marx. Neste contexto, mesmo sendo considerado um psicanalista, o seu foco estava menos na pessoa e em seus aspectos internos, como em Freud, e mais na pessoa e na relação desta com o meio que se relaciona com o ambiente, tanto que, quando utiliza o termo “saudável” ou suas derivações, quase nunca Fromm faz referência apenas ao indivíduo.

Neste sentido, Fromm acreditava em quatro proposições (Hall, Lindzey & Campbell, 2000):

- Os seres humanos têm uma natureza essencial, inata;
- A sociedade é criada pelos humanos para realizar essa natureza essencial;
- Nenhuma sociedade, de todas que foram criadas até hoje, atende às necessidades básicas da existência humana;
- É possível criar tal sociedade.

From sugeriu inclusive um nome para essa sociedade perfeita: Socialismo Comunitário Humanista. Nessa sociedade, todos teriam oportunidades iguais de se tornarem plenamente humanos. Não haveria solidão, nenhum sentimento de isolamento, nenhum desespero. As pessoas encontrariam um novo lar, adequado à “situação humana”. Tal sociedade atingiria o objetivo de Marx de transformar a alienação de uma pessoa sob um sistema de propriedade privada em uma oportunidade de autorrealização como um ser humano social, produtivamente ativo, sob o socialismo. Fromm ampliou o projeto da sociedade ideal, definindo como a nossa presente sociedade tecnológica pode ser humanizada (1968).



ATIVIDADES

01. Pesquise como o sistema de personalidade de Jung é trabalhado atualmente.
 02. Delimite as influências que outros sistemas de personalidade ou de psicoterapia receberam das ideias de Adler.
 03. Verifique quais são os impactos no mundo científico de hoje gerados pelas ideias de Fromm.
 04. Faça uma resenha crítica em relação a estes três pensadores e explique com qual você possui mais afinidades.
-

3.3 Abordagem humanista da personalidade: Rogers e Maslow



OBJETIVOS

- Compreender o posicionamento humanista no universo da Psicologia Moderna;
 - Entender as influências de Carl Rogers;
 - Saber a visão de Maslow a respeito do ser humano pela hierarquia das necessidades.
-

Introdução

No início dos anos 60, há mais de três décadas, desenvolveu-se na psicologia americana um movimento conhecido como Psicologia Humanista ou a Terceira Força. Ele não pretendia ser a revisão nem a adaptação de nenhuma escola de pensamento corrente, ao contrário do que ocorria com algumas posições neofreudianas e neocomportamentais. Em vez disso, como o termo “terceira força” indica, a psicologia humanista queria substituir o comportamentalismo e a psicanálise, as duas principais forças da psicologia (Schultz & Schultz, 2002).

Antes de adentrarmos nas teorias de seus autores mais influentes, cabe entendermos quais fatores desencadearam os trabalhos de Rogers e Maslow.

Conforme falamos no primeiro capítulo, a Psicologia Científica ajudou a transformar o próprio conceito de ciência. Enquanto na fundação da Psicologia seus fundadores demonstraram uma determinação obsessiva no sentido de

enquadrar a ciência da mente nos parâmetros do método de Francis Bacon, com o seu desenvolvimento, diversas limitações do método foram observadas. Dentre outras contribuições, a Psicologia Humanista também contribuiu para esta modificação.

No momento em que a Psicologia foi fundada, o movimento filosófico que imperava na ciência era o positivismo de Comte. O método, a rigidez, a neutralidade e o pragmatismo eram os espíritos mais fortes da época, mas, como falamos, foram insuficientes para lidar com o estudo do próprio homem. Neste sentido, o humanismo se embasou em dois sistemas filosóficos quase que antagônicos ao positivismo:

Existencialismo

Em poucas palavras, o existencialismo é um campo da filosofia que se ocupa do significado da existência humana. Os existencialistas às vezes refletem sobre estar no mundo. Essa ideia, que provem de Martin Heidegger (1962), filósofo alemão no início do século XX, enfoca um problema filosófico espinhoso que desafia a ciência psicológica. Uma visão positivista tradicional evidencia as leis que governam o comportamento dos objetos no mundo. Por exemplo, ratos que são reforçados com bolinhas de comida a virarem à esquerda em um labirinto, mais do que depressa se tornam “ratos que viram para a esquerda”. Esse é um comportamento regular e legítimo. Porém, essa lei existiria se não houvesse nenhuma pessoa para pensar sobre isso? Para responder a essa pergunta, outros filósofos, não positivistas, evidenciaram a natureza subjetiva da existência, defendendo que nada existiria se as pessoas não estivessem aqui para ver o que existe (Friedman & Schustack, 2007).

Humanismo

O humanismo é um movimento filosófico que enfatiza o valor ou mérito do indivíduo e a centralidade dos valores humanos. A abordagem humanista da personalidade, da mesma maneira, encarrega-se de assuntos sobre ética e valor pessoal. Várias abordagens da personalidade, por serem determinísticas, concentram-se em estabelecer até que ponto nosso comportamento é controlado por forças inconscientes ou experiências anteriores. Por exemplo, vimos que os psicanalistas acreditam que os seres humanos são impulsionados por

instintos primitivos do id e, além disso, vimos que os behavioristas acreditam que as pessoas são condicionadas pelas contingências do ambiente (Friedman & Schustack, 2007).

Com todos os movimentos da psicologia moderna, o *Zeitgeist* faz sentir sua influência ao transformar antecedentes e tendências num ponto de vista efetivo. A psicologia humanista parecia refletir a insatisfação e o desgosto veiculado pelos jovens dos anos 60 contra os aspectos mecanicistas e materialistas da cultura ocidental contemporânea. Dissemos que todo novo movimento usa seu oponente mais antigo, a posição estabelecida, como base a partir da qual impele a si mesmo para ganhar impulso. Em termos práticos, o novo movimento precisa afirmar articuladamente e em voz alta as fraquezas da visão dominante vigente. A psicologia humanista tinha dois desses alvos: o comportamentalismo e a psicanálise (Schultz & Schultz, 2002).

Como o próprio nome pode indicar, o foco da psicologia humanista é o ser humano como um todo, sendo olhado holisticamente. A crítica do Humanismo ao Behaviorismo tem a ver com a minimização da consciência, já que só focavam em comportamentos. O ataque à psicanálise se embasou na questão do sistema de Freud só ter como objeto pessoas doentes.

De acordo com Schultz e Schultz (2002), as chamadas terapias do crescimento, parte do movimento do potencial humano, terapias humanistas proliferaram nos anos 60 e 70, quando milhões de pessoas passaram a frequentar grupos de encontro e programas de treinamento da sensibilidade em escolas, empresas, igrejas, presídios e clínicas privadas. A popularidade desses programas vem desde então declinando dramaticamente.

Dentre esta proliferação, tiveram dois autores que conseguiram grande destaque e conseguiram se destacar da maioria: Carl Roger e Abraham Maslow.

Carl Rogers

Carl Rogers nasceu a 8 de janeiro de 1902, em Oak Park, Illinois, numa família cuja religião era rigorosamente fundamentalista. Sua infância foi limitada pelas crenças e atitudes de seus pais e pela assimilação que ele próprio fez de suas ideias. Enquanto neste sistema de crenças, relata que seus anos de meninice foram vividos em isolamento. “Qualquer coisa que hoje eu consideraria como um relacionamento interpessoal, próximo e comunicativo com outro, esteve completamente ausente durante este período” (Rogers, 1973 a, p. 196 na

ed. Bras.). No colegial, tornou-se um excelente estudante, com ávidos interesses científicos. “Já conseguia perceber que eu era diferente, um solitário, sem um lugar ou possibilidade de encontrar um lugar no mundo das pessoas. Era socialmente incompetente em qualquer tipo de contato que não fosse superficial. Durante esse período, minhas fantasias eram nitidamente bizarras, e se viessem a ser diagnosticadas provavelmente seriam classificadas como esquizoides, mas felizmente nunca cheguei a entrar em contato com nenhum psicólogo” (Rogers, 1973 a, p. 197 na ed. Bras., Fadiman & Frager, 1986).

Segundo Pervin e John (2004), Rogers iniciou sua educação universitária na University of Wisconsin, em agricultura, mas após dois anos, mudou seus objetivos profissionais e decidiu entrar para o clero. Durante uma viagem à Ásia, em 1922, ele teve a chance de observar pessoas comprometidas com outras doutrinas religiosas, assim como o cruel ódio mútuo entre os povos francês e alemão, que de outra forma pareciam ser indivíduos agradáveis. Experiências como essas influenciaram a sua decisão de estudar em um seminário teológico liberal, o Union Theological Seminary, em Nova York. Embora se interessasse por questões que dizem respeito ao significado da vida para os indivíduos, Rogers tinha dúvidas com relação a doutrinas religiosas específicas. Portanto, ele decidiu deixar o seminário, trabalhar no campo da orientação de crianças e pensar em si como um psicólogo clínico.

Depois, Rogers concluiu seu PhD, em 1931, e, segundo Friedman e Schustack (2007), trocou a religião pela psicologia infantil e clínica. É interessante observar que várias ideias humanistas provêm de fontes religiosas ou quase religiosas. Ao contrário dos psicólogos, que se instruíram sobre a personalidade do ponto de vista da biologia evolucionária, da diminuição da capacidade neurológica, do comportamento animal ou do processamento de informações, os psicólogos humanistas em geral tinham um interesse há muito existente pela religião e por questões relacionadas com o espírito humano. Rogers morreu em San Diego, em 1987, depois de ser submetido a uma cirurgia por ter quebrado o quadril; nessa época, ele ainda atuava em seu Centro de Estudos da Pessoa.

Teoria Centrada na Pessoa

O nome de sua terapia sugere algo da sua concepção da personalidade humana. Atribuindo a responsabilidade da mudança à pessoa ou cliente, e não ao terapeuta, como é o caso na psicanálise ortodoxa, Rogers supôs que as pessoas

podem alterar consciente e racionalmente seus pensamentos e comportamentos indesejáveis, tornando-os desejáveis. Ele não acreditava que as pessoas sejam controladas por forças inconscientes ou por experiências da infância. A personalidade é moldada pelo presente e pela maneira como o percebemos conscientemente (Schultz & Schultz, 2003).

Importância da Experiência

De acordo com os mesmos autores, a ideia de Rogers de que a personalidade pode ser compreendida apenas em termos das nossas experiências subjetivas pode refletir um incidente de sua própria vida. Ele também acreditava que as pessoas podem melhorar conscientemente a si mesmas. Esses conceitos se tornaram pilares de sua teoria da personalidade. No curso de uma carreira ativa, Rogers desenvolveu sua teoria e sua abordagem psicoterapêutica, exprimindo ideias em inúmeros artigos e livros populares.

Atualização do “eu” e o processo de autorrealização

No contexto citado no tópico anterior, Rogers sugeriu que a principal força motivadora da personalidade é a atualização do eu (Rogers, 1961). Embora esse impulso para autoatualização seja inato, ele pode ser ajudado ou prejudicado por experiências infantis e pela aprendizagem. Rogers enfatizou a importância da relação mãe-filho porque ela afeta o crescente sentido do eu da criança. Se a mãe satisfizer sua necessidade de amor, que Rogers denominava **estima positiva**, a criança tenderá a se tornar uma personalidade saudável. Se a mãe condicionar seu amor pelo filho ao comportamento adequado (o que é denominado **estima positiva condicional**), a criança vai internalizar a atitude da mãe e desenvolver **condições de valor**. Nessa situação, a criança só tem um sentido de valor próprio em certas condições, e evita os comportamentos que produzam desaprovação por parte da mãe. Como resultado, o “eu” da criança não consegue se desenvolver de modo pleno, já que está impedido de exprimir todos os seus aspectos.

Em relação ao processo de autorrealização, há um aspecto básico da natureza humana que leva uma pessoa em direção a uma maior congruência e a um funcionamento realista. Além disto, este impulso não é limitado aos seres humanos; é parte do processo de todas as coisas vivas. “É este impulso que é evidente em toda vida humana e orgânica (expandir-se, estender-se, tornar-se

autônomo, desenvolver-se, amadurecer), a tendência a expressar e ativar todas as capacidades do organismo na medida em que tal ativação valoriza o organismo ou o self” (Rogers, 1961, p. 35 na ed. norte-americana; Fadiman & Frager, 1986).

Processo Organísmico de Valoração

A pessoa que se autorrealiza está em contato com a experiência interna que é inerentemente produtora de crescimento, o processo organísmico de valoração. Trata-se de um guia subconsciente que avalia a experiência por seu potencial de crescimento. Orienta a pessoa para experiências que produzam crescimento e a afasta daquelas que poderiam inibir o crescimento. Mesmo as atividades que podem parecer divertidas ou proveitosas para a experiência consciente serão evitadas se pareceram erradas para o guia interno. Assim, a experiência interna, em contraposição às regras externas, dirige as escolhas. O processo interno de valorização é natural na criança, que valoriza a comida e a segurança. Com o desenvolvimento, infelizmente, as pessoas substituem a experiência interna pelas regras exteriores ao assimilarem, na vida social, valores que interferem no desenvolvimento psicológico (Rogers, 1964; Cloninger, 2003).

Ainda de acordo com Cloninger (2003), o que ocorre com as pessoas emocionalmente perturbadas e com os criminosos? Muitas pessoas não parecem ser saudáveis ou maduras. Como isso pode acontecer, se a tendência para a realização motiva todo mundo? Rogers acusava as forças sociais que levam a pessoa a perder contato com seus processos internos de crescimento. As pessoas desconsideram seus sentimentos internos porque ouvem dizer reiteradamente que esses sentimentos são ruins. Tais mensagens provêm dos pais, das escolas e até dos psicanalistas. É o medo e a atitude defensiva das pessoas, e não forças internas más, que as levam a se tornarem destrutivas.

Congruência / Incongruência

A congruência pode ser considerada como o nível de equilíbrio do processo entre a experiência e a consciência da mesma. Neste processo, existem três variáveis: tomada de consciência, a experiência e a comunicação desta. Um ato incongruente é quando há desarmonia entre estas três esferas. Já a congruência,

de acordo com Fadiman e Frager (1986), é bem descrita por um Zen-budista ao dizer: “Quando tenho fome, como; quando estou cansado, sento-me; quando estou com sono, durmo”.

A incongruência pode ser sentida como tensão, ansiedade ou, em circunstâncias mais extremas, como confusão interna. Um paciente internado em hospital psiquiátrico que declara não saber onde está, em que hospital, qual a hora do dia, ou mesmo quem ele é, está exibindo alto grau de incongruência. A discrepância entre a realidade externa e aquilo que ele está subjetivamente experienciando tornou-se tão grande que ele não é capaz de atuar (Fadiman & Frager, 1986).

Terapia

Para Rogers, a terapia era uma experiência que podia ajudar as pessoas a se reconectarem com o processo organísmico de valoração, que guia o desenvolvimento saudável. Pelo fato de orientar-se pelos insights do cliente e não do terapeuta, essa abordagem foi denominada terapia não-diretiva e depois terapia centrada no cliente, sendo às vezes chamada de terapia **centrada na pessoa**. O foco é a experiência do cliente, principalmente seus sentimentos (Mahrer & Fairweather, 1993), para que se possa mobilizar a força geradora de crescimento da tendência para a realização (Bozarth & Brodley, 1991; Cloninger, 2003).

Segundo Schultz & Schultz (2002), a abordagem de psicoterapia centrada na pessoa desenvolvida por Rogers tem tido grande impacto sobre a psicologia e sobre o público em geral, sendo ao menos tão popular quanto a psicanálise freudiana. Sua teoria da personalidade tem sido bem recebida, particularmente sua ênfase na importância do eu. Têm sido feitas críticas à falta de especificidade no tocante ao potencial inato de autorrealização, bem como à ênfase nas experiências conscientes subjetivas com a exclusão de possíveis influências inconscientes. Tanto a teoria como a terapia geraram consideráveis pesquisas corroboratórias, sendo amplamente usadas em ambientes clínicos. Rogers influenciou o movimento do potencial humano, e sua obra é vista como importante contribuição da tendência de humanização da psicologia. Foi eleito presidente da APA em 1946 e recebeu dela os prêmios *Distinguished Scientific Contribution Award* e *Distinguished Professional Contribution Award*.

Abraham Maslow nasceu no Brooklin, Nova York, em 1 de abril de 1908. Seus pais eram imigrantes russos pobres e ignorantes, mas tinham a esperança de algo melhor para o filho. Seu pai era tanoeiro (fazia tonéis). Abraham, o mais velho de setes filhos, cresceu na única família judia da vizinhança e “nem sempre sabia de onde viria a próxima refeição” (Maddi & Costa, 1972, p. 159). Descreveu sua experiência de pessoa solitária: “Cresci em bibliotecas e entre os livros, sem amigos” (Maslow, 1968, p.37; Cloninger, 2003).

De acordo com Cloninger (2003), Maslow era superdotado intelectualmente. Seu teste de Q.I. revelou o espantoso quociente de 195 (Maslow, 1954/1987, p. xxxvi). Na faculdade, começou estudando Direito, como seu pai queria. No entanto, o Direito não o atraía e ele abandonou esses estudos duas semanas depois. Partiu para um campo de estudos mais amplo em Cornell e depois transferiu-se para a Universidade de Winsconsin, em 1928, a fim de estudar psicologia. Ainda na faculdade, casou-se com sua namorada do colégio (uma prima), Bertha, tendo ela 19 anos e ele 20. Sua mulher era artista e sem dúvida estimulou o permanente respeito de Maslow por abordagens do conhecimento mais globais e mais integrativas.

Depois de receber seu PhD, retornou a Nova York, a fim de realizar estudos avançados na Universidade de Colúmbia e, nesta ocasião, aceitou um cargo no Departamento de Psicologia do Brooklin College. Na época, Nova York era um centro intelectual extremamente estimulante, abrigando muitos dos estudiosos mais brilhantes, que haviam escapado à perseguição nazista. Maslow estudou com vários psicoterapeutas, incluindo, Alfred Adler, Erich Fromm e Karen Horney. Foi muito influenciado por Max Wertheimer, um dos fundadores da Psicologia da Gestalt, e por Ruth Benedict, uma brilhante antropóloga cultural (Fadiman & Frager, 1986).

Trabalhando principalmente na Universidade de Brandeis, em Waltham, Massachusetts, entre 1951 e 1969, Maslow desenvolveu e aprimorou sua teoria numa série de livros provocadores. Ele apoiou o movimento dos grupos de sensibilidade e veio a ser um dos mais bem conhecidos psicólogos dos anos 60. Em 1967, foi eleito presidente da APA (Schultz & Schultz, 2002).

Segundo Fadiman e Frager (1986), embora Maslow seja considerado um dos fundadores da Psicologia Humanista, desagradava-lhe as limitações dos rótulos. “Nós não deveríamos ter que dizer ‘Psicologia Humanista’. O adjetivo

deveria ser desnecessário. Eu sou antidoutrinário...Eu sou contra qualquer coisa que feche portas e corte possibilidades” (Hall, 1968, p. 57).

Teoria de Maslow e hierarquia das necessidades

Abraham Maslow é considerado o pai espiritual da psicologia humanista, e é provável que tenha feito mais do que ninguém para difundir o movimento e conferir-lhe certo grau de respeitabilidade acadêmica. Maslow desejava compreender as mais elevadas realizações que os seres humanos são capazes de alcançar, razão pela qual estudou uma pequena amostra das pessoas mais saudáveis psicologicamente que pôde encontrar a fim de determinar de que maneira diferiam das pessoas cuja saúde mental não passava da média. A partir desse estudo, desenvolveu uma teoria da personalidade, a qual se concentra na motivação para crescer, para se desenvolver e realizar o eu a fim de concretizar de modo pleno nossas capacidades e potencialidades humanas (Schultz & Schultz, 2002).

A psicologia vinha trabalhando pelo rigor científico, e Maslow afirmava que esse esforço tinha abalado os objetivos do trabalho psicológico. A ciência rigorosa podia estudar apenas certos fenômenos, deixando de lado muitas coisas interessantes. A metodologia científica tradicional está **centrada no método**. As experiências humanas que não podem ser investigadas do modo tradicional são rotuladas de “não científicas”. Maslow recomendava, no lugar disso, uma abordagem **centrada no problema**, na qual os temas a serem investigados deveriam ter prioridade sobre os métodos. Outros humanistas, como Carl Rogers, compartilhavam dessa opinião. Gordon Allport, embora geralmente seja classificado como um teórico dos traços, também se mostrava a favor da ênfase nos problemas. Maslow expressou sua rejeição da abordagem centrada no método dizendo que “aquilo que não vale a pena fazer, não vale a pena fazer bem” (Maslow, 1966, p. 14; Cloninger, 2003).

Segundo Cloninger (2003), um dos obstáculos para o desenvolvimento de uma ciência como essa é o desenvolvimento limitado dos cientistas como seres humanos. A ciência tradicional funciona às vezes como um mecanismo de defesa, proporcionando segurança e previsibilidade. Ao estudar os potenciais humanos mais elevados, os cientistas tendem a experimentar resistências contra a verdade, pois esse tema os desafia pessoalmente, o que não ocorre com os tópicos não-humanos ou clínicos (Maslow, 1966).

A busca da autorrealização

Para Maslow, assim como para Rogers e Jung, há uma tendência natural ou uma pressão para a autorrealização. Isto é, o estímulo para o desenvolvimento vem de dentro do organismo em crescimento, e não de fora, no ambiente externo. Essas teorias são às vezes chamadas de organísmicas porque pressupõem que todo organismo desabrocha naturalmente ou tem um curso de vida natural (Goldstein, 1963). Por exemplo, o influente neuropsiquiatra Kurt Goldstein enfatizou a unidade e coerência natural da vida da maioria dos indivíduos (Friedman & Schustack, 2007).

Segundo Fadiman e Frager (1986), as investigações de Maslow sobre autoatualização foram inicialmente estimuladas por seu desejo de entender de uma forma mais completa os dois professores que mais o influenciaram, Ruth Benedict e Max Wertheimer. Embora Benedict e Wertheimer fossem personalidades diferentes e estivessem envolvidos em diferentes campos de estudo, Maslow sentiu que eles compartilhavam o mesmo nível de satisfação pessoal, tanto na vida profissional como na particular, o que ele raramente havia sentido em outros.

Maslow via em Benedict e Wertheimer não somente cientistas brilhantes e eminentes, mas seres humanos profundamente realizados e criativos. Iniciou seu próprio projeto de pesquisa para tentar descobrir o que os fazia tão especiais, e tinha um caderno com todos os dados que podia acumular sobre suas vidas, atitudes, valores pessoais e assim por diante. A comparação entre Benedict e Wertheimer feita por Maslow foi o primeiro passo do estudo que desenvolveria durante toda sua vida (Fadiman & Frager, 1986).

Experiências culminantes

Em determinadas ocasiões da vida, tudo parece encaixar. Esse momento especial poderia ocorrer ouvindo uma música comovente, criando uma solução engenhosa para um problema persistente, vivenciando um momento extraordinariamente sensual ou artístico e assim por diante. Nessas ocasiões, as pessoas parecem transcender o self e entrar em consonância com o mundo. Elas conseguem alcançar plena autossatisfação. Experiências tão positivas e expressivas quanto essas são um aspecto significativo da personalidade? Maslow acreditava que sim e investigava essas chamadas **experiências culminantes**. Essa ideia

teve origem na obra de William James, fim do século XIX, que escreveu sobre “experiências místicas” – fenômenos espirituais indescritíveis, efêmeros e que inspiram a verdade. Nos últimos anos, esses fenômenos foram estudados por pesquisadores como Mihaly Csikszentmihalyi (1996, 2000), que escreve sobre o “fluxo” proveniente do envolvimento total com uma força ou energia (Friedman & Schustack, 2007).

As experiências culminantes mais poderosas são relativamente raras. Têm sido configuradas pelos poetas como momentos de êxtase, pelos religiosos como profundas experiências místicas. Para Maslow, os “cumes” mais elevados incluem “sentimentos de horizontes ilimitados que se descortinam, o sentimento de ser ao mesmo tempo mais poderoso e também mais indefeso do que alguém jamais o foi, o sentimento de grande êxtase, deslumbramento e admiração, a perda de localização no tempo e no espaço...” (Maslow, 1970, p. 164; Fadiman & Frager, 1986).

Experiência Platô

Segundo Fadiman e Frager (1986), uma experiência culminante é um “auge” que pode durar poucos minutos ou algumas horas, mas raramente mais. Maslow também comenta uma experiência mais estável e duradoura à qual se refere como **experiência platô**. A experiência platô representa uma maneira nova e mais profunda de encarar e vivenciar o mundo. Envolve uma mudança fundamental na atitude, uma mudança que afeta todo o ponto de vista de alguém e cria uma nova apreciação e uma consciência intensificada no mundo. Maslow experienciou ele próprio isso, tarde em sua vida, após o primeiro ataque cardíaco. Sua consciência intensificada da vida e a possibilidade iminente da morte provocaram todo um novo modo de perceber o mundo.

Hierarquia de necessidades

Maslow postulou que as pessoas começam a se desenvolver com necessidades básicas (motivos) que não podem ser diferenciadas das motivações dos animais. Ao amadurecerem, e quando suas necessidades inferiores são satisfeitas, as pessoas desenvolvem motivações exclusivamente humanas. Assim, a motivação muda à medida que progredimos através de uma hierarquia das necessidades, ou motivos. Essa hierarquia consiste em cinco níveis: quatro níveis de

motivação por deficiência e um nível final, altamente desenvolvido, denominado motivação existencial ou autorrealização (Cloninger, 2003).

O que podemos dizer a respeito destas necessidades e do modelo de hierarquia de necessidades como um todo, é que sua teoria embasa a evolução na completude de deficiências. Cada nível apresenta as suas faltas peculiares e a pessoa consegue superá-lo quando sana tais necessidades. Em outras palavras, a teoria de Maslow pode ser considerada como a teoria que trabalha a superação das adversidades.

Sendo mais específico, segundo Friedman e Schustack (2007), Maslow dividiu as necessidades orgânicas em duas categorias. Primeiramente, ele identifica várias categorias de necessidades de carência (“**necessidades D**”) necessárias para a sobrevivência. As necessidades fisiológicas são as necessidades biológicas básicas como comida, água, sexo e abrigo (proteção). As chamadas necessidades de segurança têm a ver com a necessidade de um mundo normalmente previsível, que faça algum sentido. As necessidades de relacionamento íntimo e amor são referentes aos relacionamentos psicologicamente íntimos com outras pessoas. E as necessidades de estima envolvem o autorrespeito e o respeito pelos outros. Todas as necessidades D motivam-nos por meio de déficits (deficiências ou carências) – necessitamos de algo para satisfazer um impulso ou preencher um vazio.

Maslow defendeu que condições sociais corretas são necessárias para estimular a autorrealização, ou seja, para ele, as pessoas não são capazes de alcançar o nível “ser” (“nível S”, com “valores S” ou “motivos S”) se estiverem preocupadas em satisfazer as necessidades mais básicas. Normalmente, não somos capazes de satisfazer todo o nosso potencial humano e buscar a verdade e a beleza se não temos comida, segurança, amor e estima (Friedman & Schustack, 2007).

De acordo com Cloninger (2003), embora as necessidades de estima sejam as mais altas das motivações por deficiência de Maslow, ainda assim elas constituem apenas o quarto dos cinco estágios de desenvolvimento. O nível mais elevado, a autorrealização, é tão diferente dos outros que figura sozinha como motivo não ligado à deficiência.

Nesse nível superior, a pessoa já não está motivada por deficiências, mas sim pela necessidade de “realizar” ou preencher o seu potencial. “Um músico tem de fazer música, um artista tem de pintar, um poeta tem de escrever para ser realmente feliz. Aquilo que um homem pode ser, ele tem de ser. Podemos

chamar essa necessidade de autorrealização” (Maslow, 1943; Lowry, 1973, p. 162). É o desejo de “tornar-se tudo o que se é capaz de vir a ser” (p. 163). Subjetivamente, a pessoa se sente entediada quando as necessidades de ordem inferior estão satisfeitas, e esse tédio motiva esforços de autorrealização e é aliviado por eles (Cloninger, 2003).

PIRÂMIDE DE NECESSIDADES DE MASLOW



Terapia

Dentro da psicologia, a teoria de Maslow tem implicações para a psicoterapia. Muitas pessoas, de acordo com Maslow, procuram uma psicoterapia porque suas necessidades de amor e de pertencimento estão insatisfeitas. O progresso terapêutico exige que essas necessidades sejam preenchidas. Maslow acreditava que cada abordagem terapêutica deveria ser talhada de acordo com o paciente. Para os neuróticos seriamente perturbados, uma abordagem tradicional poderia ser apropriada. Para indivíduos mais saudáveis, as terapias em grupo e grupos de encontro seriam mais adequadas (Cloninger, 2003).

Para Maslow, a psicoterapia é eficaz primeiramente porque ela envolve um relacionamento íntimo e confiante com outro ser humano. Junto com Adler, Maslow sentia que um bom terapeuta é como um irmão ou irmã mais velha, alguém que trata o outro de modo desvelado e amoroso. Maslow propôs o modelo de “ajudante taoísta”, alguém que é capaz de ajudar sem interferir. Um bom treinador faz isto quando trabalha com o estilo natural de um atleta, a fim de fortalecer o estilo do indivíduo a aperfeiçoá-lo. Não tenta amoldar todos os atletas da mesma maneira (Fadiman & Frager).



ATIVIDADES

Delimite as relações de proximidade e diferenças entre Maslow e Rogers.

Qual é a posição atual ocupada pelas correntes humanistas no campo científico e na clínica?

3.4 Perspectivas cognitivas da personalidade



OBJETIVOS

- Ter uma visão geral das influências da Psicologia Cognitiva na Psicologia da Personalidade;
 - Saber sobre as influências que eclodiram na Psicologia Cognitiva da Personalidade;
 - Visualizar a importância de George A. Kelly na psicologia da Personalidade;
 - Entender como a Teoria Sociocognitiva surgiu e desenvolveu a Psicologia da Personalidade.
-

Introdução

“A Psicologia”, escreveu John B. Watson em seu manifesto comportamentalista de “deve descartar toda a referência à consciência”. Os psicólogos que seguiram os ditames de Watson eliminaram todas as referências à mente e aos processos conscientes e baniram os termos metalistas. Foram banidas a vontade, o sentimento, a imagem, a mente e a consciência, que nunca eram mencionados, exceto em tom sarcástico. Assim, B. F. Skinner pôde falar sobre um organismo vazio e construir um sistema influente de psicologia que nunca tentou investigar o que poderia estar acontecendo no interior. Durante décadas, os manuais introdutórios de psicologia não discutiam nenhuma concepção da mente humana. Tinha-se a impressão de que a psicologia “perdera a consciência” para sempre (Schultz & Schultz, 2002).

De súbito, ou assim pareceu, embora a coisa viesse sendo construída há algum tempo, a psicologia começou a recuperar a consciência. As palavras antes proibidas estavam sendo ditas em voz alta em reuniões e conferências e aparecendo impressas em publicações profissionais. Em 1979, a American Psychologist publicou um artigo intitulado “O Comportamentalismo e a Mente: Uma Conclamação (Limitada) a Um Retorno à Introspecção” (Lieberman,

1979), invocando não apenas a mente, mas também a técnica suspeita da introspecção. Alguns meses antes, a mesma revista publicara corajosa e abertamente um artigo com o simples título “A ciência retorna ao escrutínio científico, com discussões do tópico surgindo em lugares absolutamente respeitáveis da literatura da psicologia” (Natsoulas, 1978, p.906). O presidente da APA disse em seu discurso anual ao público reunido que a concepção de psicologia estava mudando e que essa alteração envolvia uma volta à consciência. Como resultado, a imagem psicológica da natureza humana se tornava “antes humana do que mecânica” (McKeachie, 1976, p. 831; Schultz & Schultz, 2002).

A conclusão que podemos tirar destes eventos é que a Psicologia estava se transformando, pois instituições renomadas estavam dando voz a assuntos que por décadas haviam sido negligenciados. Neste contexto, como podemos analisar em relação ao nascimento de outros sistemas em Psicologia, o solo estava se fertilizando para o crescimento da semente da Psicologia Cognitiva.

De acordo com Schultz e Schultz (2002), um exame retrospectivo do movimento cognitivo dá a impressão de uma transição lógica e rápida, algo da ordem de uma revolução, que abalou os alicerces do mundo psicológico em poucos anos. Na época, na verdade, nada disso era evidente. Essa dramática mudança na psicologia foi se fazendo lenta e calmamente, sem tambores e sem fanfarras. De fato, “ninguém anunciou a sua existência até bem depois do fato” (Baars, 1986, p. 141). A progressão da histórica com frequência só fica clara depois que o evento acontece. Observamos que a fundação da psicologia cognitiva não ocorreu da noite para o dia, nem pode ser atribuída à força e a capacidade persuasiva de um único fundador que, tal como John B. Watson, tenha mudado o campo quase que com as próprias mãos. Assim como a psicologia funcional, o movimento da psicologia cognitiva não pode reivindicar para si um fundador solitário, talvez, em parte (mais uma vez, tal como o funcionalismo), porque nenhum dos que trabalhavam na área tivesse a ambição pessoal de liderar um novo movimento. Seu único interesse era avançar com o trabalho de redefinir a psicologia.

Cabe ressaltar, no entanto, que apesar de não ter tido um fundador, a Psicologia Cognitiva teve uma pessoa responsável pela origem de seu nome. Esta pessoa foi George Miller.

Este pensador, com formação em inglês, após ser posto como instrutor da matéria introdução à psicologia, interessou-se pela área e, segundo Schultz e

Schultz (2002), em 1946, doutorou-se em psicolinguística, tendo publicado em 1951 o livro *Language and Communication* (Linguagem e Comunicação).

Após um período de aceitação compulsória da Psicologia Comportamental, pois, segundo o próprio, “as honras, a autoridade, os manuais, o dinheiro, tudo em psicologia pertencia à escola comportamentalista...quem quisesse ser psicólogo científico de fato não podia se opor a ela. Você simplesmente não conseguiria um emprego” (Baars, 1986, p. 203; Schultz & Schultz, 2002), o seu posicionamento mudara. Depois de ter contato com as primeiras tentativas de simular a mente humana através de computadores, este concluiu que o Comportamentalismo não conseguiria ser tão abrangente. Segundo Schultz e Schultz (2002), as semelhanças entre as operações dos computadores e da mente humana o impressionaram, e o seu interesse começou a se transferir para uma psicologia de orientação mais cognitiva.

Associando-se a um colega, Jerome Bruner, que estudara com William McDougall, Miller decidiu fundar um centro de pesquisas para a investigação da mente humana. Eles pediram espaço ao presidente de Havard e, em 1960, receberam a casa em que William James um dia vivera, um lugar apropriado, já que James tinha se ocupado tão intensamente da natureza da vida mental (Schultz & Schultz, 2002).

Segundo os mesmos autores, a escolha de um nome para o novo empreendimento não teria o potencial de exercer enorme impacto sobre a psicologia, mas sim de definir uma nova psicologia. Miller e Bruner preferiram a palavra “cognição” para denotar seu objeto de estudo e deram às novas instalações o nome de Centro de Estudos Cognitivos.

Outro pensador que se destacou neste início foi Ulric Neisser. Depois do Bacharelado em Havard, que concluiu em 1950, Neisser fez o mestrado no Swathmore College, estudando com Wolfgang Kohler. Voltando a Havard, doutorou-se em 1956. Apesar do seu crescente interesse por fatores cognitivos, ele não viu como escapar das garras do comportamentalismo numa carreira acadêmica. “Era o que você tinha de aprender”, disse ele. “Tratava-se de um momento em que se supunha que nenhum fenômeno psicológico era real a não ser que você pudesse demonstrá-lo num rato. Por exemplo, para estabelecer se o pensamento existia, tentava-se demonstrar que os ratos pensavam. Uma tarefa bastante peculiar, pelo menos a meu ver” (Baars, 1986, p. 275; Schultz & Schultz, 2002).

Em 1967, Neisser publicou *Cognitive Psychology* (Psicologia Cognitiva), um livro que “estabeleceu e batizou o campo” (Goleman, 1983, p. 54). Ele conta que o livro era pessoal, na verdade uma tentativa de definir a si mesmo, isto é, o tipo de psicólogo que era e que queria ser. O livro também ajudou a definir uma nova psicologia. Ele tornou-se extremamente popular, e Neisser viu-se diante do embaraço de ser apresentado como o “pai” da psicologia cognitiva. Ele não tinha o desejo de fundar uma escola de pensamento, mas mesmo assim o seu livro ajudou a afastar a psicologia do comportamentalismo e a aproximá-lo da cognição (Schultz & Schultz, 2002).

Neste contexto, com uma breve descrição de como foi o surgimento da Psicologia Cognitiva, a partir de agora, vamos comentar sobre alguns pensadores da área que contribuíram para a solidificação deste movimento.

George A. Kelly

Gerorge A. Kelly nasceu em 1905 numa fazenda em Perth, Kansas, e era filho único de uma família encabeçada por um ministro presbiteriano. Na faculdade, Kelly estudou inicialmente engenharia, optou depois por educação e completou sua formação na Universidade de Edimburgo, Escócia, em 1930. Na pós-graduação, dirigiu sua atenção no sentido de “aprender alguma coisa sobre sociologia e relações do trabalho” (Kelly, 1963 a, p. 47). Nessa época, deu aulas sobre vários temas não ligados à psicologia, entre os quais, a oratória, a arte de falar em público, teatro e política. Kelly conta ter passado apenas nove meses estudando psicologia antes de desenvolver uma teoria bastante original, sem vínculos muito estreitos com nenhum dos teóricos anteriores (Cloninger, 2003).

Sendo assim, as posições filosóficas e teóricas de Kelly surgem, em parte, da diversidade de sua experiência (Sechrest, 1963). Kelly cresceu no Kansas e graduou-se na *Friends University* e no *Park College*, no Missouri. Coursou pós-graduação na *University of Minnesota*, e na *University of Edinburgh*, e concluiu o PhD na *State University of Iowa*, em 1931. Ele desenvolveu uma clínica itinerante no Kansas, foi psicólogo da aviação durante a segunda guerra mundial e foi professor de psicologia na *Ohio State University* e na *Brandeis University* (Pervin & John, 2004).

Na *Ohio State University*, onde assumiu o cargo que fora de Carl Rogers, dirigindo o programa de formação clínica, Kelly (1955) escreveu sua obra em dois

volumes, *The Psychology of Personal Constructs*, explicando sua teoria e suas implicações clínicas.

Psicologia dos construtos pessoais

A teoria de Kelly foi desenvolvida, assim como a psicanálise e a psicologia humanista, através do contato com os clientes no consultório, sendo que o seu foco, assim como fora no humanismo, era o ser como indivíduo total e não apenas observando partes isoladas do mesmo.

Apesar de compartilhar essas características com outras teorias clínicas, a teoria de Kelly é vastamente diferente das teorias de Freud e Rogers. A teoria de Kelly interpreta o comportamento em termos cognitivos, ou seja, ela enfatiza a maneira como percebemos os eventos, a maneira como interpretamos esses eventos em relação a estruturas existentes e a maneira em que nos comportamos em relação a essas interpretações. Para Kelly, um **constructo** é uma forma de perceber ou interpretar eventos. Por exemplo, bom-mau é um constructo frequentemente utilizado pelas pessoas quando elas consideram os eventos. O sistema de constructos pessoais de um indivíduo é formado pelos constructos – ou pelas maneiras de interpretar os eventos – e as relações entre esses constructos (Pervin & John, 2004).

Assim, como veremos mais à frente ainda nesta unidade, Kelly se diferencia brutalmente de outras correntes cognitivas. Mischel e Bandura acreditavam na influência do meio como parte integrante da personalidade. Kelly desconsiderava tal importância. Segundo Cloninger (2003), Kelly considerava sua teoria como uma teoria asinina da personalidade. Com isso, queria dizer que a teoria diz respeito à “natureza do animal”, e não às forças ambientais que empurram (“teorias do forçado”) ou puxam (“teorias da cenoura”) o indivíduo (Kelly, 1958). Apesar da ênfase de sua teoria nos pensamentos das pessoas, alguns afirmam que não se trata de uma teoria cognitiva (W. G. Warren, 1990 a, 1990 b), e Kelly (1995) concordava com isso. Propunha uma integração holística, ou mesmo humanista (Kelly, 1969) da cognição com outros processos, geralmente considerados isoladamente como emocionais e motivacionais.

Neste contexto, seguem abaixo os principais pressupostos de sua abordagem:

- **Constructos Pessoais:** segundo Cloninger (2003), trata-se do ato da pessoa tentar desenvolver conceitos que tornem a vida pessoal, particularmente no âmbito das relações interpessoais, mais predizível. Predições precisas

permitem controle. A pessoa, como o cientista, descobre que as previsões nem sempre se conformam na experiência e, portanto, às vezes tem de revisar esses conceitos pessoais. É essa, portanto, a metáfora de Kelly (1955, p. 4) do **homem-cientista**.

- **Alternativismo construtivo:** explicita a posição filosófica que se encontra por trás de sua teoria: “Partimos do pressuposto de que todas as nossas interpretações atuais do universo estão sujeitas a serem revistas e substituídas.”

- **Role Construct Repertory:** Kelly inventou um instrumento de avaliação incomparável, projetado para eliciar o sistema de constructo pessoal. Em vez de pedir às pessoas para avaliar ou classificar um conjunto de traços ou dimensões da personalidade importantes para o criador do teste, a meta desse instrumento é permitir que a própria visão da pessoa sobre personalidade venha à tona usando-se um processo de comparações (Friedman & Schustack, 2007).

- **Mudanças na personalidade:** mudanças na personalidade provocam fortes emoções. A ameaça é “a percepção que a pessoa tem de uma mudança abrangente e iminente nas suas estruturas nucleares” (Kelly, 1955, p. 489). Quando saímos de nossas estruturas nucleares de papel, sentimos culpa (Kelly, 1955, 1962). Culpa, segundo Kelly, não é idêntico ao seu sentido habitual de violação de um padrão de moralidade culturalmente aceito. Considerem-se as análises de caso de duas mulheres que, tendo sido vítimas de abuso sexual, foram detidas e presas por cometer atos violentos contra os homens de suas vidas. Durante a terapia, quando passaram a pensar em si mesmas como vítimas e também como agressoras, contraintuitivamente elas vivenciaram um aumento do sentimento de culpa (Pollock & Kear-Colwell, 1994; Cloninger, 2003).

- **Terapia:** segundo Cloninger (2003), a terapia de Kelly era tipicamente breve, podendo ir de sessões realizadas em duas semanas, até três meses. Não devemos esquecer que ele trabalhava em aconselhamentos de estudantes, de forma que seus clientes já funcionavam razoavelmente bem, se comparados com outras populações clínicas.

A principal obra de Kelly foi publicada em 1955, numa década antes de a psicologia cognitiva ser estabelecida como campo de estudos dentro da psicologia. Não obstante, a obra de Kelly ajudou a preparar o caminho para abordagens mais modernas sobre cognição social, como as de atribuição e as teorias de aprendizagem social. Essas teorias, assim como as de Kelly, tentam explicar o modo como o indivíduo percebe o mundo social e antevê acontecimentos ao considerar esses processos centrais para a compreensão do comportamento

humano. Contudo, é importante lembrar que as explicações de cada pessoa dependem do contexto interpessoal, cultural e histórico, ou seja, as explicações podem mudar dependendo das pessoas, histórias e situações em questão (Hermans, Kempen & van Loon, 1992; Friedman & Schustack, 2007).

A obra de George Kelly ainda é influente. Sua abordagem sobre a personalidade é retratada em um período atual que investiga essa abordagem teórica: *The International Journal of Personal Construct Psychology* (Friedman & Schustack, 2007).

A teoria sociocognitiva

Antes de dirigir um carro pela primeira vez, você já sabia várias coisas sobre como se deve ou não dirigir. Você obteve grande parte desse conhecimento quando ocupava a posição de passageiro, antes de frequentar uma autoescola. Esse conhecimento originou-se de processos de aprendizagem observacionais – vendo outra pessoa executar uma tarefa. Albert Bandura, teórico sociocognitivo cuja principal obra aborda a natureza da aprendizagem observacional, concentra-se nesse aspecto fundamental do comportamento humano, bem como na maneira pela qual a mente e exigências de dada situação combinam-se para determinar os atos de uma pessoa (Friedman & Schustack, 2007).

Sendo mais específico, segundo Pervin & John (2004), a teoria sociocognitiva enfatiza as origens sociais do comportamento e a importância de processos de pensamento cognitivos em todos os aspectos do funcionamento humano – motivação, emoção e ação. Ela é representada de forma mais clara na obra de dois psicólogos, Albert Bandura e Walter Mischel.

Expectativas-crenças

A teoria sociocognitiva enfatiza as expectativas que as pessoas têm com relação aos eventos, as crenças que elas têm com relação aos eventos e as crenças que elas têm com relação a si mesmas. Por exemplo, as pessoas têm expectativas com relação ao comportamento de outras pessoas e recompensas ou punições pelo seu próprio comportamento em determinados tipos de situações. Elas também têm crenças com relação às suas próprias capacidades para lidar com as tarefas e os desafios apresentados por determinados tipos de situações. Claramente, elas envolvem processos cognitivos como a categorização de situa-

ções, previsão do futuro e auto-reflexão. O que é enfatizado aqui é a especificidade situacional das expectativas e crenças da pessoa, ou seja, embora as pessoas possam ter algumas expectativas e crenças generalizadas (Pervin & John, 2004).

Auto-sistema

Trata-se do conjunto de processos cognitivos por meio do qual uma pessoa percebe, avalia e regula o próprio comportamento, de modo que ele seja apropriado ao meio e eficaz para que ela alcance suas metas (Bandura, 1978). Portanto, além de o indivíduo ser influenciado por processos externos de reforçamento esperado, pensamentos, planos e metas, ou seja, pelos processos internos do self, a natureza cognitiva ativa do indivíduo durante a aprendizagem é fundamental; em vez de apenas reagir a um reforçamento direto após um acontecimento, alterando o comportamento no futuro, a pessoa pode imaginar e antecipar os efeitos do ambiente (Friedman & Schustack, 2007).

Aquisição e desempenho

Para entender a teoria de aprendizagem social é necessário entender a diferença entre aquisição e desempenho. O primeiro aspecto se refere ao fato do sucesso na absorção de um conhecimento. Já o desempenho tem a ver com a aplicação deste conhecimento em alguma situação, sendo que, na grande parte das situações, o que diferencia um ponto do outro é a questão das recompensas, que influencia na aplicação do conhecimento adquirido no cotidiano, traduzindo-se em desempenho.

Condicionamento vicariante

Diversos estudos têm demonstrado, desde então, que a observação das consequências para o modelo afeta o desempenho, mas não a aquisição. O comportamento não apenas pode ser aprendido através da observação, como reações emocionais como o medo e a alegria também podem ser condicionadas de forma vicariante: “Não é incomum que os indivíduos desenvolvam reações emocionais fortes para com lugares, pessoas e coisas, sem ter tido nenhum contato pessoal com elas” (Pervin & John, 2004). Em outras palavras, o condicionamen-

to vicariante é a capacidade de aprender aspectos emocionais apenas observando outras pessoas.

Em resumo, para sintetizar a visão cognitiva sobre a motivação, uma pessoa desenvolve metas ou padrões que servem como base para a ação. As pessoas consideram cursos de ação alternativos e tomam decisões com base nos resultados previstos (externos e internos) e na auto-eficácia percebida na realização dos comportamentos necessários. Uma vez que a ação foi tomada, o resultado é avaliado com relação às recompensas externas de outras pessoas e às próprias autoavaliações internas. Um desempenho bem-sucedido pode levar a um aumento em autoeficácia e uma diminuição do esforço ou da fixação de padrões mais altos para esforços futuros. Um desempenho malsucedido ou um fracasso pode levar o indivíduo a desistir ou continuar tentando, dependendo do valor do resultado para a pessoa e do seu senso de autoeficácia em relação ao esforço necessário (Pervin & John, 2004).



ATIVIDADES

01. Pesquise três artigos científicos relacionados à visão cognitiva da personalidade desenvolvidos nos últimos três anos.
02. Descubra quais áreas foram mais influenciadas por Kelly.
03. Quais foram as outras visões a respeito da personalidade embasadas na psicologia cognitiva?

3.5 A psicologia de traço cognitiva e humanista



OBJETIVOS

- Entender a importância das teorias de traços para a Psicologia Moderna;
- Compreender as diferenças entre cada teórico dos traços;
- Visualizar como Allport enxergou a individualidade através dos traços individuais;
- Entender como Cattell contribuiu com sua análise fatorial.

Introdução

O pressuposto básico da perspectiva de traços é que as pessoas possuem predisposições amplas, denominadas traços, para responder de maneiras específicas. Em outras palavras, conforme mencionado no capítulo 1, as pessoas podem ser descritas segundo a probabilidade de se comportarem, sentirem ou pensarem de uma maneira particular. Por exemplo, a probabilidade de agir de maneira extrovertida e simpática, de ficar nervoso e preocupado, ou de pensar sobre um projeto artístico ou uma ideia. As pessoas que possuem forte tendência para se comportarem dessa forma podem ser descritas como altas nesses traços, por exemplo, alto nos traços de “extroversão” ou “nervosismo”, ao passo que pessoas com tendência menor de se comportarem dessa forma seriam descritas como baixas nesses traços. Embora vários teóricos apresentem diferenças quanto à maneira de determinar os traços que formam a personalidade humana, todos eles concordam que os traços são partes fundamentais da personalidade humana (Pervin & John, 2004).

Sendo mais específico, Cloninger (2003) informa que um traço é um construto teórico que descreve uma dimensão básica da personalidade. Embora apresentem diferenças mais amplas do que costuma reconhecer, as teorias de traços concordam em alguns pressupostos básicos:

- As abordagens dos traços enfatizam diferenças individuais em características que são mais ou menos estáveis no tempo e nas situações;
- As abordagens dos traços enfatizam a mensuração desses traços por meio de testes que não raro constituem questionários autoavaliativos.

Quando falamos da teoria de traços em geral, parece que os pensadores que representam este campo possuem muitos pontos em comum. Esta afirmação não é mentirosa, mas também não podemos considerá-los uníssonos em relação aos seus pressupostos. Sendo assim, neste capítulo, vamos estudar alguns autores ou teorias que contribuíram para que o conhecimento dos traços se mantenha vivo ainda hoje.

Carl Jung – Introversão / extroversão

Carl Jung, cujo trabalho sobre os aspectos neoanalíticos da personalidade foi discutido anteriormente, ajudou a estabelecer as abordagens de traço. Jung, embora fosse psicanalista, pôs em movimento uma influente linha de trabalho

sobre traços quando começou a empregar os termos extroversão e introversão em sua teoria da personalidade (Jung, 1921 / 1967). Ele usou esses termos de maneira um tanto diferente das usadas atualmente. Para Jung, a extroversão refere-se à inclinação do indivíduo para coisas externas a ele, enquanto a introversão diz respeito à inclinação do indivíduo de voltar-se para o interior e explorar sentimentos e experiências. Portanto, para Jung, uma pessoa podia tender tanto para a introversão quanto para a extroversão, embora uma delas fosse dominante. Foi somente com o trabalho de Hans Eysenck, no início da década de 50, que esses termos foram empregados no sentido que têm hoje, e que será discutido a seguir (Friedman & Schustack, 2007).

Gordon Allport

Biografia

Gordon Allport nasceu em 1897, em Montezuma, Indiana. Era o quarto filho de um homem de negócios que estava abandonando a profissão para se tornar médico rural (Cloninger, 2003). Depois de viver uma vida itinerante, sua família estabeleceu-se em Ohio, onde Allport viveu sua infância.

Allport concluiu o colégio em segundo lugar, numa classe de cem alunos. Foi, então, juntar-se ao seu segundo irmão, Floyd, sete anos mais velho, na Universidade de Harvard, onde Floyd era aluno de pós-graduação de psicologia. Depois de obter um conjunto chocante de notas baixas nos primeiros exames, começou a estudar para atingir os padrões mais altos exigidos em Harvard e obteve grau A. Estudou psicologia e ética social. Depois de se formar, deu aulas de inglês e de sociologia por um breve espaço de tempo no estrangeiro, em Constantinopla, e posteriormente recebeu uma bolsa de pós-graduação em psicologia em Harvard (Cloninger, 2003).

Sua tese de Doutorado teve o tema “personalidade”, em 1922 (24 anos) e resolveu realizar seu pós-doutorado na Europa, onde teve contato com a psicologia da Gestalt e sobre a teoria alemã dos tipos, temas que refletiram em suas considerações posteriores sobre o holismo e seu desenvolvimento de um inventário de tipos (Cloninger, 2003).

De modo geral, Allport foi um psicólogo condecorado e, segundo o próprio, foi o primeiro em solo americano a ministrar um curso chamado “Personalidade: seus aspectos sociais e psicológicos”. Gordon Allport morreu de câncer de pulmão em 9 de outubro de 1967, aos 69 anos.

Teoria de Traços da individualidade

Quem quer que tenha observado as pessoas em geral, sabe que uma mesma pessoa pode comportar-se diferentemente em diversas situações. Pode, além disso, comportar-se de modo distinto em diferentes momentos, com pessoas diferentes e com idades igualmente diferentes. Dessa maneira, um conceito simplista sobre traços estáveis é obviamente inadequado. Mesmo a pessoa mais alegre e meiga pode, às vezes, ficar irritada e agressiva (Friedman & Schustack, 2007).

De acordo com os mesmos autores, essa variabilidade foi bem identificada por Gordon Allport, que sustentou a ideia de que, embora o comportamento seja variável, em cada um de nós há também algo constante. Em outras palavras, algum aspecto invariável do comportamento coexiste com aspectos variáveis. É essa porção constante a apreendida pela moderna concepção de traços.

Influência social

Allport, que tinha plena consciência de que as pessoas vivem num meio social que exerce importante influência significativa, levava em conta questões sociais específicas. Por exemplo, ele escreveu um trabalho sobre o preconceito que se tornou um texto clássico (Allport, 1954) e estudou a transmissão de boatos (Allport & Postman, 1947). Os dois campos, da psicologia social e da personalidade, estavam, no passado, relacionados de forma muito mais íntima do que vem acontecendo nas últimas décadas (Cloninger, 2003).

Traços e seus tipos

Segundo Pervin e John (2004), Allport fez uma distinção entre:

- **Traços cardeais:** expressa uma disposição que é tão penetrante e marcante na vida de uma pessoa que virtualmente todos os atos sofrem sua influência;
- **Traços centrais (honestidade, bondade, etc.):** expressam disposições que cobrem uma variedade mais limitada de situações do que ocorre com os traços cardeais;
- **Disposições secundárias:** representam disposições que são menos conscientes, generalizadas e consistentes.

A conclusão que podemos tirar a respeito destes três tipos de traços é que um mesmo traço pode variar de acordo com a intensidade e com a situação em que a pessoa se deparou. Pode ser que duas pessoas irritadiças apresentem resultados com intensidades inversas em duas situações diferentes que estimulem a agressividades.

Além disto, Cloninger (2003) levantou uma pergunta importante: Todo mundo tem traços diferentes? Ou temos todos os mesmos traços, só que em quantidades diferentes? A maioria dos pesquisadores fundamenta o seu trabalho na segunda alternativa, mas Allport não descartava nenhuma das duas possibilidades. Baseado na obra dos filósofos alemães Windelband e Stern (Hernans, 1988), Allport fazia uma distinção entre **traços individuais**, próprios de uma única pessoa e **traços comuns**, próprios de muitas pessoas, cada qual com um montante diverso. A distinção pode parecer simples à primeira vista, mas suas implicações são enormes.

Autonomia funcional

Allport é conhecido por sua ênfase não apenas nos traços, mas também no conceito de autonomia funcional. Esse conceito sugere que embora os motivos de um adulto possam ter raízes nos motivos relacionados com a redução da tensão da criança, o adulto cresce e se libera deles, tornando-se independente desses esforços iniciais para reduzir a tensão. Aquilo que originalmente começou como um esforço para reduzir a fome ou a ansiedade pode se tornar uma fonte de prazer e motivação por si só. O que começou como uma atividade projetada para ganhar dinheiro pode se tornar um agradável fim em si mesmo. “A infância não está mais no comando, a maturidade sim” (Allport, 1961, p 229; Pervin & John, 2004).

Pesquisas idiográficas

Segundo Pervin & John (2004), Allport também é conhecido por sua ênfase na singularidade do indivíduo e enfatizava a utilidade da pesquisa idiográfica ou o estudo aprofundado dos indivíduos, com o propósito de aprender mais a respeito das pessoas de modo geral. Uma parte dessa pesquisa implica o uso de materiais que sejam únicos daquele indivíduo. Por exemplo, Allport publicou 172 caras de uma mulher que proporcionavam a base para a caracterização clínica de sua personalidade, assim como uma análise quantitativa.

Biografia

Hans J. Eysenck nasceu na Alemanha, em 1916, e mais tarde fugiu para a Inglaterra para escapar da perseguição nazista. Seu trabalho foi influenciado pelos avanços metodológicos na técnica estatística da análise fatorial, pelo pensamento de tipologistas como Jung e Krestschmer, pelas pesquisas sobre a hereditariedade de Sir Cyril Burt, pelo trabalho experimental sobre condicionamento clássico do fisiologista russo Pavlov e pela teoria americana da aprendizagem de Clark Hull. Embora o seu trabalho inclua uma amostra de populações normais e patológicas, sua maior parte foi feita no Instituto de Psiquiatria do Maudsley Hospital, na Inglaterra (Pervin & John, 2004).

Eysenck levava uma vida caracterizada por grande energia e produtividade e é um dos psicólogos mais influentes e citados no século XX. Ele continuou a publicar e a palestrar em conferências mesmo após a sua aposentadoria. Na década de 1980, ele fundou o periódico *Personality and individual differences*, sendo também o seu editor. Trata-se de um jornal internacional dedicado principalmente a pesquisas sobre traços de personalidade, temperamento e bases biológicas da personalidade, que eram questões que interessavam muito a Eysenck, que morreu em 1997, após supervisionar a republicação de três de seus primeiros livros logo após concluir seu último livro, *Intelligence: a new look* (Eysenck, 1998; Pervin & John 2004).

As três grandes dimensões dos traços

De acordo com Friedman & Schustack (2007), as três dimensões da personalidade são:

- **Extroversão:** tem relação com fatores ligados à expansividade;
- **Neuroticismo:** abrange os fatores de instabilidade emocional e apreensão, que foram propostos por Cattell;
- **Psicoticismo:** tendência à psicopatologia, que envolve a impulsividade e a crueldade. O psicoticismo abrange os fatores determinação e astúcia, de Cattell. Considerando as Cinco Grandes Dimensões, que falaremos mais à frente, contém pouca amabilidade e baixa conscienciosidade.

Obs.: os traços extroversão e neuroticismo propostos por Eysenck são semelhantes aos da abordagem dos Cinco Grandes Fatores. Eysenck não responde diretamente pelo fator abertura. Na verdade, a abertura é o fator menos definido e o mais obscuro dentre as Cinco Grandes Dimensões, tanto teórica quanto estatisticamente.

Base biológica

Qual é a fundamentação teórica para essa dimensão (os traços citados no tópico anterior)? Eysenck foi um dos primeiros psicólogos da personalidade a se interessar pelas bases biológicas dos traços da personalidade. Ele sugeriu que variações individuais na dimensão introversão-extroversão refletem diferenças no funcionamento neurofisiológico. Basicamente, pessoas introvertidas são mais facilmente estimuladas pelos eventos e aprendem proibições sociais com mais facilidade do que as extrovertidas. Como resultado, as pessoas introvertidas são mais contidas e inibidas. Também existem evidências de que os introvertidos são mais influenciados por punições enquanto aprendem, ao passo que os extrovertidos são mais influenciados por recompensas. Eysenck sugeriu que as diferenças individuais nessa dimensão possuem origens hereditárias e ambientais. De fato, diversos estudos de gêmeos idênticos e fraternos sugerem que a hereditariedade desempenha papel importante em explicar as diferenças entre os indivíduos e seus resultados nessa dimensão (Loehlin, 1992; Plomin, 1994; Plomin & Caspi, 1999). Evidências de que a dimensão de extroversão-introversão consistentemente aparece em estudos interculturais, de que as diferenças individuais são estáveis com o tempo e de que fatores genéticos fazem uma grande contribuição para essas diferenças individuais argumentam em favor de uma forte base biológica para as dimensões. De fato, muitos estudos de diversos índices de funcionamento biológico (por exemplo, atividade cerebral, taxa cardíaca, nível hormonal, atividade de glândulas sudoríparas) podem ser citados para sustentar essa conclusão (Eysenck, 1990; Pervin & John, 2004).

Este exemplo da introversão-extroversão foi apenas para termos nota a respeito de como a hereditariedade pode interferir nas diferenças individuais. Assim como esta dimensão (introversão-extroversão), Eysenck também pesquisou e encontrou dados que corroborem tal tese para as outras dimensões de traços citadas por esse autor.

Raymond B. Cattell

Biografia

Raymond B. Cattell nasceu em 1905 em Devonshire, na Inglaterra. Ele concluiu o bacharelado em Química na Universidade de Londres em 1924. Cattell, então, voltou-se para a psicologia e obteve o PhD na mesma universidade, em 1929. Antes de ir para os Estados Unidos em 1937, realizou inúmeros estudos sobre a personalidade e adquiriu experiência clínica enquanto dirigia uma clínica de orientação infantil. Ele ocupou importantes posições nas universidades de Columbia, Havard, Clark e Duke. Por 20 anos, foi professor pesquisador de psicologia e diretor do Laboratory of Personality Assessment na University of Illinois. Durante sua carreira profissional, ele escreveu mais de 200 artigos e 15 livros (Pervin & John, 2004).

Pela sua formação em Química, ao olharmos os estudos desenvolvidos por Cattell, podemos inferir a tentativa de se criar uma grande tabela periódica dos elementos e aspectos psicológicos.

Teoria analítico-fatorial dos traços – Traços

Traços são unidades da personalidade com valor de predição. Cattell (1979, p. 14) definiu um traço como “aquilo que define o que uma pessoa fará ao deparar com uma situação definida”. Diferentemente de Allport, não achava necessário definir os traços em termos psicofísicos. Para Cattell, os traços eram conceitos abstratos, ferramentas conceituais úteis para fins de predição, mas que não correspondiam necessariamente a qualquer realidade física específica. Ele acreditava, contudo, que os traços de personalidade não eram fenômenos puramente estatísticos. Embora seu método fosse mais correlacional do que experimental, a sofisticação dos estudos e os padrões que deles emergiam levaram-no a crer que “os traços existem como determinantes do comportamento” (p. 98; Cloninger, 2003).

Além disto, segundo Pervin & John (2004), o conceito de traço pressupõe que o comportamento siga algum padrão e regularidade ao longo do tempo e em diferentes situações. Entre as muitas distinções possíveis entre traços, duas são de particular importância. A primeira é aquela entre os traços de capacidade (inteligência), traços de temperamento (emoções) e os traços dinâmicos

(motivação da pessoa), e a segunda é aquela entre traços de superfície e os traços de origem.

Mensuração e Teste Psicológicos

Em relação às contribuições de Cattell para a psicologia, que foram várias, podemos dizer que o senso de mensuração foi a grande mudança gerada por ele. Não que os psicólogos até então não mensurassem os seus resultados, mas foi Cattell, com sua análise fatorial, que intensificou esta busca. Segundo Friedman e Schustack (2007), visto que teóricos fundamentados na psicanálise, como Jung, estavam propondo teorias sobre as tendências básicas de motivação da personalidade, psicólogos mais orientados para aspectos quantitativos começaram a desenvolver e a usar abordagens estatísticas para tentar simplificar e objetivar a estrutura da personalidade. Alguns dos principais passos dessa trajetória foram dados por R. B. Cattell, a partir da década de 40.

De acordo com Cloninger (2003), a contribuição mais importante de Cattell para o estudo da personalidade é a sua descrição sistemática da personalidade. No seu entender, essa descrição, uma taxonomia das diferenças individuais, é essencial antes que qualquer investigação das causas da personalidade possa ser iniciada de forma sensata. As descrições requerem mensurações e, portanto, Cattell e seus colegas desenvolveram vários testes de personalidade.

Para avaliar diferenças de personalidade no conjunto da população, Cattell desenvolveu seu teste mais conhecido e mais utilizado, o **Questionário de Dezesseis Fatores da Personalidade** (16PF); “PF” significa “fatores da personalidade”, termo largamente usado em sua teoria para se referir a traços importantes. O 16PF costuma ser usado tanto com populações clínicas como com sujeitos normais. Além disso, vários testes foram criados especialmente para uso clínico, entre os quais o *Neuroticism Scale Questionnaire*, o *Clinical Analysis Questionnaire* e o *Marriage Counseling Report* (Cloninger, 2003).



ATIVIDADES

01. Pesquise outras contribuições ofertadas pelos autores citados neste capítulo que não foram citadas.
02. Quais são as semelhanças e diferenças entre Allport, Eysenck e Cattell?

03. Faça uma resenha crítica a respeito das teorias de traços e o papel delas no crescimento da Psicologia Moderna.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, Fernando. Psicanálise e Psicoterapia: o fator da sugestão no "tratamento psíquico". **Psicol. Cienc. Prof.** vol. 36. n. 1 Brasília, Jan/ Mar. 2016.
- Amatuzzi, Mauro Martins. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. **Estud. psicol.** (Campinas) vol.26. n.1. Campinas Jan./Mar. 2009;
- Araújo, Eliane Silva Casemiro de; Vieira, Vânia Maria de Oliveira. Práticas Docentes na Saúde: Contribuições para uma reflexão a partir de Carl Rogers. **Psicol. Esc. Educ.** vol.17. n. 1. Maringá, Junho 2013.
- Campos, Carolina Rosa. Avaliação da Inteligência de crianças deficientes visuais: proposta de instrumento. **Psicol. Ciência e profissão.** vol. 34. n. 2. Brasília, Abril /Junho 2014;
- Cloninger, S. C. **Teorias da personalidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Fadiman, J.; Frager, R. **Teorias da personalidade.** São Paulo: Harbra, 1986.
- Ferreira, Amauri Carlos; Silveira, Luiz Henrique Lemos. Do círculo de Eranos à construção do simbólico. **Psicol. USP.** vol.26. n.2. São Paulo, Mai/Agosto. 2015
- Friedman, H. S.; Schustack, M. W. **Teorias da Personalidade – da teoria clássica à pesquisa moderna.** 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- Hall, C. S.; Lindzey, G.; Campbell, J. B. **Teorias da personalidade.** 4 ed. Rio de Janeiro, 2000.
- Pervin, L. A., John, O. P. **Personalidade: Teoria e pesquisa.** 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- Ramos, Valmor; et. al. As crenças sobre o ensino dos esportes na formação inicial em Educação Física. Ver. **Educ. Fis. UEM.** vol. 25. n. 2. Maringá, Apr. /Junho 2014.
- Schultz, D. P.; Schultz, S. E. **História da Psicologia Moderna.** 16 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.
- Thibierge, Stéphane. Corpo e Identidade: questão de psicopatologia individual e coletiva. **Ágora** (Rio J.). vol. 18. n. 2. Rio de Janeiro, July/ Dec. 2015.
-